

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL 2016

Plano Estratégico 2016-2017



BRAGANÇA A CAMINHO DE UMA SMART REGION
NOVEMBRO 2015

Índice

Mensagem do Presidente	6
Bragança em Números	10
Diagnóstico Estratégico	22
Missão, Princípios, Valores, Visão e Lema	34
Estrutura de Gestão	37
Formulação Estratégica	40
Premissas do Orçamento	46
Linhas Estratégicas de Orientação 2016-2017	50
Estratégia em 1 Página	84
Orçamento	88
Dívida	100
Recursos Humanos	106
Colaboração com as Freguesias	113
Colaboração com as Instituições sem Fins Lucrativos	115
Grandes Opções do Plano para o ano de 2016	116
Anexos	
Grandes Opções do Plano	124
Plano Plurianual de Investimento	136
Plano de Atividades Municipal	146
Orçamento	154
Encargos a satisfazer com a liquidação de empréstimos	176
Responsabilidades contingentes do Município de Bragança	180
Autorização genérica	186
Assunção de compromissos	188
Mapa de Pessoal para o ano de 2016	194
Participações Financeiras e Entidades Participadas	202
Normas de Execução Orçamental	206

Mensagem do Presidente



As pessoas no centro da nossa atuação. Este continuará a ser o nosso lema, porque entendemos que só as pessoas têm a capacidade de criar, inovar e, por isso, permitir que um território se torne inteligente, capaz de alcançar “vantagens competitivas”, num mundo cada vez mais global e competitivo.

Assim, continuaremos a trabalhar com visão e planeamento estratégico, em diálogo e proximidade, trilhando um caminho pautado pelo bom governo na utilização dos escassos recursos que são de todos, prosseguindo os princípios do rigor, disciplina, sentido de responsabilidade e transparência na gestão, tendo sempre como objetivo primeiro a “prossecução dos interesses próprios das populações”, conforme descrito no art.º 235, alínea 2, da Constituição da República Portuguesa.

Só com o contributo de todos, alinhados numa estratégia bem definida e num planeamento exigente, chegaremos mais longe.

O envolvimento de todos é, assim, fundamental para a construção de um território melhor, porque micro contributos ajudam a construir macro conquistas.

O presente plano é o instrumento orientador dessa estratégia a prosseguir no biénio 2016-2017, assente em quatro pilares (gestão, organização interna e relacionamento com os cidadãos; coesão social; desenvolvimento económico e competitividade; reabilitação urbana).

No primeiro pilar será privilegiada uma governação inteligente, promovendo a participação nas tomadas de decisão e a utilização responsável dos escassos recursos financeiros disponíveis, por forma a criar as bases de competitividade e de suporte a um novo ciclo de gestão municipal, apostado mais nas pessoas, no desenvolvimento sustentável, na promoção económica, no turismo e na economia do conhecimento.

Os colaboradores, o ativo mais valioso desta instituição, assumem um papel fundamental na estratégia definida, pelo que terão sempre uma atenção especial.

Elevar o sentimento de pertença continuará a ser um desiderato a consolidar, pois acreditamos na tenacidade e na capacidade empreendedora dos bragançinos.

No que concerne à coesão social, prosseguimos a construção de um concelho amigo das famílias, mais inclusivo, solidário e com iguais oportunidades, promovendo uma vida inteligente, através da criação de melhores condições para todos.

Ambicionamos uma sociedade mais justa, com pessoas inteligentes, que estimulem a criatividade e se envolvam ativamente na participação da vida pública.

No pilar “desenvolvimento económico e competitividade” será privilegiada uma economia mais inteligente, que estimule o empreendedorismo, a inovação, a produtividade e a interconetividade local e regional, promovendo os recursos naturais, a proteção ambiental, a gestão de recursos sustentáveis e o planeamento urbano “verde”.

Neste vetor a mobilidade inteligente é fundamental para melhorar a acessibilidade local e a competitividade.

Por último, a reabilitação urbana é uma aposta deste Executivo, objetivo que norteou a criação de três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) definidas para Bragança: Centro Histórico, S. João de Deus e Cantarias.

Ao intervir de forma integrada nas três ARU, pretende-se contribuir para afirmar Bragança como centro polarizador de escala regional, com a concretização de obras que “devolverão” o centro histórico à cidade e o tornem o ponto número um de fruição por parte da população.

Paralelamente, ao nível interno, pretende-se consolidar a coesão de toda a Cidade, fazendo com que o Centro Histórico se volte a afirmar como elemento central do sistema urbano policêntrico que Bragança apresenta hoje em dia, com capacidade para atrair vivências urbanas qualificadas num espaço de elevado valor patrimonial e ambiental, atraindo novas atividades produtoras de emprego e residentes.

A Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal apresentado, com um montante de 36.249.000€, refletem essa vontade, apesar de como se percebe pelos números, sempre muito dependentes das transferências financeiras do estado.

Com o contributo de todos, Bragança tornar-se-á numa Smart Region, sustentável e amiga do ambiente, oferecendo melhor qualidade de vida, onde todos se sentirão ainda mais felizes e orgulhosos. Assim será.

O Presidente da Câmara Municipal
Hernâni Dias

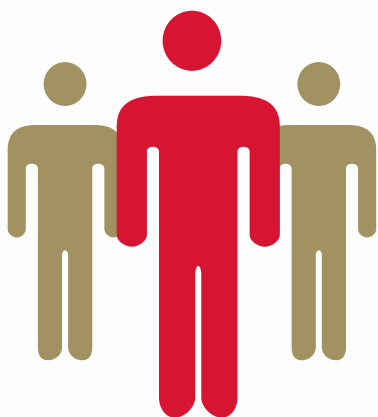


1. Bragança em números



Território

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Área (km ²)	1.173,6	2011	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Densidade populacional (hab/km ²)	30,1	2011	Censos 2011/Anuário Estatístico Região Norte (2013)
Número de freguesias (Nº)	39	2014	Município de Bragança
Área média das freguesias (ha)	3.009	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Número de Vilas	1	2014	Município de Bragança
Residentes na cidade de Bragança (Nº)	23.099	2011	Censos 2011
Densidade populacional da cidade (hab/km ²)	693	2011	Censos 2011
Corpos de bombeiros (Nº)	2	2014	Município de Bragança
Bombeiros (Nº)	112	2013	Pordata
Área ardida (ha)	33	2013	Pordata
Ocorrência de fogos florestais (Nº)	62	2013	Pordata
Altitude (máxima/mínima) em metros	1487/325		INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2012)
PDM: Zona de Equipamentos Coletivos (ha)	133		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaços de Indústria (ha)	151		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaços para Indústria (ha)	188		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Estrutura Ecológica Urbana (ha)	606		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Solo urbano urbanizado (ha)	2.184		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Solo urbano urbanizável (ha)	383		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)



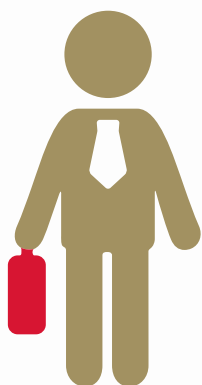
Demografia

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
População residente total (Nº)	35.341	2011	INE, Censos 2011
Densidade populacional (hab/km ²)	30.11	2011	INE, Censos 2011
Taxa de crescimento inter-censitária (%)	1.70	2001-2011	INE, Censos 2011
População [0-14] (%)	12.39	2011	INE, Censos 2011
População [15-24] (%)	10.12	2011	INE, Censos 2011
População [25-64] (%)	54.28	2011	INE, Censos 2011
População [65 +] (%)	23.61	2011	INE, Censos 2011
População [0-14] inter-censitária (%)	-9.57	2001-2011	INE, Censos 2011
População [15-24] inter-censitária (%)	-28.97	2001-2011	INE, Censos 2011
População [25-64] inter-censitária (%)	6.04	2001-2011	INE, Censos 2011
População [65 +] inter-censitária (%)	20.93	2001-2011	INE, Censos 2011
Índice de envelhecimento (Nº)	190.30	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Índice de dependência de idosos (Nº)	35.20	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2012)
Taxa bruta de natalidade (‰)	6.60	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Taxa bruta de mortalidade (‰)	12.50	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Taxa de fecundidade geral (‰)	30.20	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
População estrangeira com estatuto legal de residente	790.00	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Famílias clássicas	13835	2011	INE, Censos 2011



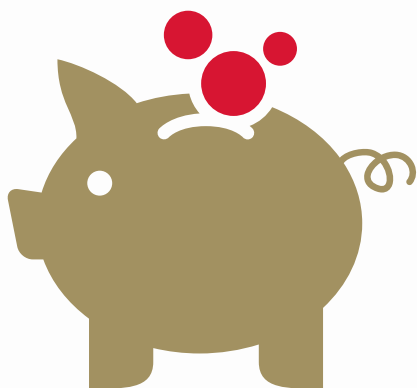
Ambiente

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	92,60	2014	Município de Bragança
Águas residuais tratadas (m³)	1.566.467	2014	Município de Bragança
Índice de qualidade da água (%)	99,70	2014	Município de Bragança
Consumidores de água (N.º)	25.510	2014	Município de Bragança
Consumo de água abastecida pela rede pública (m³)	1.751.262	2014	Município de Bragança
Consumidores de água - Domésticos Urbanos (N.º)	13.706	2014	Município de Bragança
Consumidores de água - Comerciais Urbanos (N.º)	1.367	2014	Município de Bragança
Consumidores de água - Domésticos Rurais (N.º)	8.933	2014	Município de Bragança
Espaços verdes (m²)	680.000	2014	Município de Bragança
Capitação de espaços verdes (m²/hab.)	19,18	2011	Município de Bragança
Clientes energia elétrica	28.294	2014	EDP
Redes energia elétrica (Km)	1.384	2014	EDP
Consumo de energia elétrica (MWh)	112.830	2014	EDP
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (MWh)	3,19	2014	EDP
Consumo de energia elétrica por cliente (MWh)	3,99	2014	EDP
Consumo de gás natural por 1000 habitantes (103Nm³)	122,88	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Recolha seletiva de resíduos sólidos (toneladas)	647,58	2014	Município de Bragança
Recolha indiferenciada resíduos sólidos (toneladas)	14.722,68	2014	Município de Bragança
Produção das centrais hidroelétricas (€)	809.267	2014	Município de Bragança
Consumo de energia elétrica em iluminação pública (€)	1.320.920	2014	Município de Bragança



Mercado de trabalho

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Desempregados inscritos no Centro de Emprego (N.º)	1572	Set. 2015	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego de longa duração (N.º)	657	Set. 2015	IEFP
Desempregados inscritos Centro de Emprego à procura do 1.º emprego (N.º)	220	Set. 2015	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego < 25 anos (N.º)	209	Set. 2015	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego 25-34 anos (N.º)	380	Set. 2015	IEFP
Desempregados inscritos com habilitação superior (N.º)	376	Set. 2015	IEFP
Taxa de atividade (%)	43,61	2011	INE, Censos 2011
População economicamente ativa (N.º)	15.411	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa (N.º)	13.886	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor primário (%)	5,00	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor secundário (%)	16,59	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor terciário (%)	79,00	2011	INE, Censos 2011
Sociedades constituídas (N.º)	91	2013	PorData
Sociedades dissolvidas (N.º)	63	2013	PorData
Pessoal ao Serviço nas empresas não financeiras (N.º)	9.252	2012	PorData
Pessoal ao Serviço na indústria transformadora (N.º)	874	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Trabalhadores por conta de outrem nos Estabelecimentos (N.º)	4.708	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Trabalhadores por conta de outrem nos Estabelecimentos c/ habilitação superior (N.º)	869	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sector Primário: Trabalhadores por conta de outrem Estabelecimentos (%)	0,89	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sector Secundário: Trabalhadores por conta de outrem nos Estabelecimentos (%)	29,06	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Sector Terciário: Trabalhadores por conta de outrem Estabelecimentos (%)	70,05	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos (€)	850,96	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2014)



Economia

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Indicador per capita de Poder de Compra (Base 100 - Portugal)	96,47	2011	INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio
Evolução do IPC per capita 1997-2011(p.p.)	13,97	1997-2011	INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio
IRS liquidado: colecta líquida média por declaração de IRS (€)	2.163,11	2013	Autoridade Tributária e Aduaneira
IRS liquidado: colecta líquida per capita (€)	1.025,03	2013	Autoridade Tributária e Aduaneira
Evolução da colecta líquida 2012-2013 (p.p.)	0,45	2012-2013	Cálculos próprios
Empresas não financeiras com Sede no Concelho (Nº)	3.434	2012	PorData
Empresas sedeadas Concelho face à NUT Alto Trás-os-Montes (%)	18,72	2012	Cálculos próprios
Empresas sedeadas no Concelho face ao Distrito Bragança (%)	36,93	2012	Cálculos próprios
Empresas Indústria Transformadora com Sede Concelho (N.º)	144	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Sociedades com Sede no Concelho (N.º)	1.081	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Sociedades da Indústria Transformadora com Sede no Concelho (N.º)	68	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Volume de Negócios das empresas (milhões €)	724,35	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Volume de Negócios das empresas da indústria transformadora (milhões €)	299,53	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Volume de negócios médio empresas (milhares €)	210,93	2012	http://www.portalmunicipal.pt
Proporção de empresa individuais (%)	68,52	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	97,50	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Levantamentos nacionais em multibanco (milhões €)	84,08	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Levantamentos internacionais em multibanco (milhões €)	6,34	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Compras através de terminais de pagamento automático (milhões de €)	74,77	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Pagamentos em multibanco (milhões €)	19,61	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Depósitos de clientes nos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (milhões €)	726,52	2012	PorData
Taxa de depósitos de emigrantes (%)	7,07	2012	PorData
Exportações de mercadorias (milhões €)	271,87	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Exportações de mercadorias do Concelho de Bragança face à NUT Alto Trás-os-Montes e Douro (%)	74,53	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Exportações de mercadorias do Concelho de Bragança face ao Distrito de Bragança (%)	86,85	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Saldo da balança comercial do Concelho Bragança (milhões €)	60,10	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)



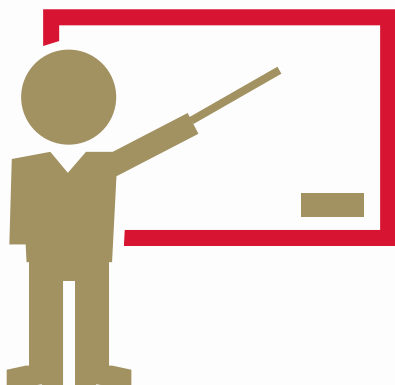
Habitação e Construção

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Alojamentos familiares clássicos (Nº)	14.755	2011	INE, Censos 2011
Edifícios clássicos de habitação familiar (Nº)	16.517	2011	INE, Censos 2011
Edifícios licenciados (Nº)	103	2014	Pordata
Edifícios concluídos (Nº)	63	2014	Pordata
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar (Nº)	63	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2012)
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (Nº)	97	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2012)
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante (€)	126,00	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2012)
Idade média dos edifícios (anos)	34,03	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Edifícios com necessidade de grandes reparações (%)	3,48	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Encargos médios com habitação (€/mês)	305,52	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Valor médio dos prédios urbanos transacionados (€)	44.866,00	2013	Pordata
Bairros Municipais de habitação social (Nº)	3	2015	Município de Bragança
Fogos de habitação social (N.º)	270	2015	Município de Bragança
Edifícios de habitação social propriedade do Município	19	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Valor médio das rendas dos contratos de arrendamento, hab. Social (€)	24,00	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Contratos de compra e venda de prédios (N.º)	650	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Contratos de compra e venda de prédios (milhares €)	16.230,00	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€ / m²)	757,00	2013	Pordata



Saúde e Proteção Social

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰)	2,3	2008-2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)	3,1	2008-2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰)	2,4	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Farmácias e postos farmacêuticos móveis (Nº)	9	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Camas dos hospitais (Nº)	222	2012	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Médicos por mil habitantes (Nº)	4,1	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Enfermeiros por mil habitantes (Nº)	15,9	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Total de pensionistas (Nº)	10.362	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Valor médio anual das pensões (€)	3.467,00	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Total de beneficiários de subsídios de desemprego (Nº)	1.651	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Valor médio anual do subsídio de desemprego (€)	3.441,00	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Total de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (Nº)	671	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Beneficiários do RSI da Seg. Social em idade ativa (%)	24,2	2012	http://www.portalmunicipal.pt
Intituições na área social (Nº)	32	2012	Carta Social do Concelho de Bragança
Capacidade de alojamento em estruturas residenciais para idosos	768	2011	Centro Distrital de Bragança Segurança Social
Total de beneficiários de abono de família para crianças e jovens (Nº)	2.294	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)



Educação

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Crianças em Educação Pré-Escolar a frequentar a Rede Pública (Nº)	325	2015/16	Município de Bragança
Total de crianças em Educação Pré-Escolar (Nº)	750	2015/16	Município de Bragança
Alunos no 1.º CEB a frequentar a Rede Pública (Nº)	916	2015/16	Município de Bragança
Total de alunos no 1.º CEB (Nº)	1.167	2015/16	Município de Bragança
Total de alunos no 2.º e 3.º CEB e equiparados, e Secundário (Nº)	5.377	2013	INE
Total de alunos no Ensino Superior (Nº)	5.680	2014/15	IPB
Total de diplomados no Ensino Superior	1.071	2014	Pordata
Taxa de analfabetismo (%)	8	2011	INE, Censos 2011
População residente com a escolaridade mínima obrigatória de 12 anos (%)	55,27	2011	INE, Censos 2011
População residente com licenciatura completa (%)	18	2011	INE, Censos 2011
Total de docentes a lecionar no privado, excluindo o Ensino Superior (N.º)	41	2013	Pordata
Total de docentes a lecionar no público, excluindo o Ensino Superior (N.º)	655	2013	Pordata
Total de docentes a lecionar no Ensino Superior (N.º)	422	2013	Pordata
Apoio municipal para compra de livros e material escolar a famílias carenciadas (€)	15.753,37	2015/16	Município de Bragança
Alunos apoiados na compra de livros e material escolar a famílias carenciadas (Nº)	288	2015/16	Município de Bragança
Despesa municipal com suplementos alimentares 1.º CEB (€)	45.949,73	2015/16	Município de Bragança
Despesa municipal com o Programa da Generalização das Refeições Escolares pré-escolar (€)	112.362,39	2015/16	Município de Bragança
Despesa municipal com o Programa da Generalização das Refeições Escolares 1.º CEB (€)	218.252,05	2015/16	Município de Bragança
Alunos 1.º CEB beneficiários de suplementos alimentares, pelo Município de Bragança (N.º)	275	2015/16	Município de Bragança
Alunos beneficiários do Programa da Generalização das Refeições Escolares (1.º CEB), pelo Município de Bragança	820	2015/16	Município de Bragança
Alunos do pré-escolar e 1.º CEB apoiados pelo Município de Bragança (N.º)	1.099	2015/16	Município de Bragança
Despesa total de apoios de ação escolar + transportes escolares (€)	729.318,00	2015/16	Município de Bragança



Transportes e comunicações

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Parque automóvel com seguro (N.º)	27.905	2013	Instituto de Seguros de Portugal
Evolução do parque automóvel seguro (%)	15,7	2009-2013	Instituto de Seguros de Portugal
Venda de automóveis por 1000 habitantes (N.º)	8,6	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Veículos automóveis ligeiros novos vendidos e registados (N.º)	209	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Veículos automóveis pesados novos vendidos e registados (N.º)	3	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Tratores agrícolas novos vendidos e registados (N.º)	59	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Linhas urbanas da rede do Serviço de Transporte Urbano de Bragança (N.º)	4	2015	Município de Bragança
Extensão da rede STUB em Bragança (Km)	41,1	2015	Município de Bragança
Taxa de cobertura global da rede de STUB (%)	78	2015	Município de Bragança
Taxa de cobertura do meio rural da rede de STUB (%)	45	2015	Município de Bragança
Paragens STUB, na cidade (N.º)	89	2015	Município de Bragança
Passageiros STUB (N.º)	192.840	2014	Município de Bragança
Quilómetros percorridos STUB (N.º)	429.635	2014	Município de Bragança
Parques subterrâneos de estacionamento (N.º)	2	2015	Município de Bragança
Viaturas estacionadas em parques subterrâneos (N.º)	217.585	2014	Município de Bragança
Movimento de passageiros embarcados e desembarcados no Aeródromo Municipal (N.º)	385	2014	CMB
Movimento de aeronaves registadas no Aeródromo Municipal (N.º)	1.503	2014	CMB
Acessos telefónicos por 100 habitantes	38,3	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Estações de correio	2	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Postos de correio	7	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Assinantes do serviço de televisão por subscrição (N.º)	7.859	2012	ANACOM



Turismo, cultura e desporto

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros* (Nº)	1.334	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Estabelecimentos de alojamento (N.º)	21	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	75.418	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	53.012	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Estada média de hóspedes estrangeiros (Nº noites)	1,40	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros (Nº noites)	1,39	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Taxa de ocupação cama (líquida) (%)	9,97	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros (milhares €)	2.322,00	2013	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2013)
Atendimentos no Posto de Turismo Municipal (Nº)	27.398	2014	Município de Bragança
Imóveis de interesse público (Nº)	21	2011	IGESPAR I.P.
Monumentos nacionais (Nº)	6	2011	IGESPAR I.P.
Imóveis de interesse municipal	2	2011	IGESPAR I.P.
Visitantes do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (Nº)	12.667	2014	Município de Bragança
Visitantes do Museu Ibérico da Máscara e do Traje (Nº)	8.318	2014	Município de Bragança
Espectadores das sessões do Teatro Municipal de Bragança (Nº)	25.435	2014	Município de Bragança
Utentes da Biblioteca Municipal (Nº)	25.281	2014	Município de Bragança
Utilizadores da Piscina Municipal (Nº)	57.297	2014	Município de Bragança

Nota:

* Capacidade de Alojamento é referida ao mês de julho.





2. Diagnóstico estratégico

Diagnóstico estratégico

Para a análise dos principais fatores críticos que afetam e/ou podem afetar a missão, visão, atividades, ações ou projetos e correspondente desempenho do Município de Bragança, sejam eles internos ou externos a esta organização, serão utilizados quatro modelos de diagnóstico estratégico: - Análise PEST; - Análise de Stakeholders; - Análise SWOT; - Análise crítica dos fatores de sucesso.

2.1 Análise dos fatores Político-Legais, Económicos, Sociais e Tecnológicos

A análise PEST tem por objetivo analisar a envolvente externa macroambiental da organização, em quatro grupos de fatores: Político-Legais; Económicos, Sociais e Tecnológicos.

Políticos:

- ✓ Conjuntura económica e social de grande contenção, condicionada pelo necessário equilíbrio das contas públicas nacionais.
- ✓ Políticas setoriais tendentes à resolução dos existentes condicionalismos de ordem financeira e de forte restrição orçamental, que afetam de forma mais significativa as regiões do interior, no que concerne à execução de investimentos públicos por parte da Administração Central.
- ✓ Quadro jurídico-legal aplicável à Administração Local.
- ✓ Quadro Comunitário de Apoio “Portugal 2020” restritivo no financiamento de infraestruturas.
- ✓ Contingências legais no recrutamento de recursos humanos versus a saída de quadros seniores por via da opção pela aposentação, que condicionam o rejuvenescimento do principal ativo da instituição: os colaboradores.

Económicos:

- ✓ Recessão económico-financeira nacional e mundial (ciclos económicos).
- ✓ Crise no setor da construção e imobiliário que afeta, de forma direta, as receitas próprias da autarquia.
- ✓ Diminuição dos recursos económicos disponíveis das famílias.
- ✓ Nível de desemprego, ainda significativo, em particular dos jovens.

Sociais:

- ✓ Envelhecimento da população em geral.
- ✓ Reduzida taxa de natalidade.
- ✓ Aumento da pressão social, que se traduz no aumento dos pedidos de apoio pelas famílias.

Tecnológica:

- ✓ Aumento da idade da reforma, com perda de know-how para a instituição e impossibilidade de passar testemunho para os mais novos, que têm maiores competências na área das TIC.
- ✓ Baixa cobertura das redes de banda larga móvel em algumas localidades rurais do Concelho.
- ✓ Massificação da comunicação através das redes sociais.
- ✓ Rápido desgaste dos equipamentos tecnológicos, que rapidamente se tornam obsoletos, obrigando a um investimento constante nesta área.

Matriz de análise PEST:

	Políticos	
	Conjuntura económica e social ↑ =	
	Políticas setoriais ↑ +	
	Quadro jurídico-legal a↔ +	
	“Portugal 2020” ↑ +	
	Recrutamento de recursos humanos ↔ =	
Tecnológicos	PEST	Económicos
Idade da reforma ↓ -		Ciclos económicosl ↔ =
Redes de banda larga móvel ↔ -		Crise no setor da construção ↔ =
Redes Sociais ↑=		
Novas TIC ↑ +		Desemprego ↔ +
	Sociais	
	Envelhecimento da população ↑ +	
	Taxa de natalidade ↑ +	
	Aumento da pressão social↑ +	

Probabilidade: ↑ elevado ↓ baixo ↔ médio

Impacto: + elevado - baixo = médio

2.2 Análise de Stakeholders

O Município de Bragança, no âmbito da respetiva atuação e competências, interage, diariamente, numa multiplicidade de relações com outros atores.

Neste contexto, considera-se de extrema importância utilizar o modelo de Stakeholders, que é um processo de análise dos objetivos, preferências e posicionamento das partes interessadas, em função das expectativas e interesses que estas manifestam, de forma mais ou menos direta, face às atividades desenvolvidas pelo Município.

Neste âmbito foram identificados 10 Stakeholders “partes interessadas”, a saber: - Cidadãos; - Colaboradores; - Governo; - Freguesias/União de Freguesias; - Programa “Norte 2020”; - Instituições de ensino; - Associações; - Empresários; - Fornecedores; - Outros agentes locais.



Grelha de análise Stakeholders:

Stakeholders	O que quer o Stakeholder do Município?	O que quer o Município do Stakeholder?
Cidadãos	Transparência, rigor e qualidade nos serviços prestados, em tempo útil, com eficiência, eficácia, economia, equidade e excelência	Reconhecimento e participação
Colaboradores	Reconhecimento e adequadas condições de trabalho	Dedicação e profissionalismo
Governo	Satisfação das necessidades da população, no âmbito das competências que estão adstritas ao Município	Implementação de políticas e investimentos que visem o desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho
Freguesias/União de Freguesias	Colaboração e apoios financeiros	Colaboração na prossecução da missão
Programa "Norte 2020"	Cumprimento dos contratos	Financiamento de projetos/ações materiais e imateriais
Instituições de ensino	Apoios e parcerias	Ensino de qualidade
Associações	Apoios financeiros e parcerias	Cumprimento dos contratos-programa estabelecidos e colaboração/participação
Empresários	Desburocratização e rapidez na análise dos processos. Infraestruturas empresariais/ outras	Criação de riqueza e emprego
Fornecedores	Adjudicações e pagamentos	Cumprimento dos contratos
Outros agentes locais	Apoios e parcerias	Colaboração

Matriz de análise dos Stakeholders

		Nível de Interesse	
		Baixo (Esforço mínimo)	Elevado (Manter informado)
Nível de Poder	Baixo	Fornecedores	Colaboradores Freguesias/União de Freguesias Instituições de ensino Associações Empresários
	Elevado	(Não criar insatisfação) Outros agente locais	(Gerir em proximidade) Cidadãos Governo Programa "Norte2020"

2.3 Análise SWOT

Neste ponto procede-se à análise dos fatores críticos de atuação, através do modelo SWOT, por forma a analisar o ambiente interno – pontos fortes e fracos (que pode ser controlado pelo decisor) e externo – oportunidades e ameaças (fora do controlo do decisor).

Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos(W)
1.Dinâmicas de envolvimento coletivo dos colaboradores 2.Capacidade técnica e operacional (know-how) 3.Modernização administrativa dos serviços 4.Processo de Certificação dos serviços municipais 5.Boas infraestruturas e equipamentos modernos 6.Sistemas de informação evoluídos e integrados 7.Procedimentos regulamentados 8.Existência de sistema de gestão documental 9.Celeridade processual 10.Situação económica e financeira sólida 11.Elevada credibilidade e confiança junto dos diversos Stakeholders 12.Boas condições institucionais para o fomento de parcerias e trabalho em rede com outras entidades	13. Fragilidade dos recursos de comunicação e das mensagens transmitidas 14. Parque automóvel envelhecido 15. Estrutura de recursos humanos envelhecida 16. Inexistência de contabilidade analítica
Oportunidades (S)	Ameaças (W)
17.Afirmação de Bragança como cidade de equilíbrio territorial com papel polarizador 18.Novo Quadro Comunitário “2020” com uma aposta clara na regeneração urbana, inovação, promoção económica e na criação de emprego 19. Potencial das relações transfronteiriças 20.Reserva da Biosfera Transfronteiriça 21.Bragança ecocidade e smart city 22.Valor identitário, histórico e patrimonial do Concelho 23. Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark 24.Dinamismo e procura das zonas industriais existentes 25.Poder de compra comparativamente elevado com outras regiões do interior 26.Presença no concelho de ensino superior público 27. Estações do AVE em Zamora e Puebla de Sanábria	28.Extensão territorial de Bragança, com 1.174 km2, um dos maiores Concelhos a nível nacional 29.Preconceitos existentes em cidadãos que não conhecem a Bragança de hoje (embora genericamente errados): Distância; Ruralidade; Vazio cultural; Ausência de modernidade 30.Problemas estruturais, generalizados aos territórios de baixa densidade (envelhecimento populacional, depovoamento das aldeias, baixa taxa de natalidade) 31.Estrangulamento da região na ligação à rede rodoviária principal de Espanha, nomeadamente na ligação a Puebla de Sanábria 32. Adiamento da conclusão do troço da A-11 entre Zamora e Quintanilha 33.Restrições legais à contratação de recursos humanos

Ilustração 4: Matriz SWOT

Ambiente Externo	Ameaças	28. Extensão territorial de Bragança, com 1.174 km2, um dos maiores Concelhos a nível nacional		-													14. Fragilidade dos recursos de comunicação e das mensagens transmitidas
		29.Preconceitos existentes em cidadãos que não conhecem a Bragança de hoje (embora genericamente errados): Distância; Ruralidade; Vazio cultural; Ausência de modernidade	-														15. Parque automóvel envelhecido
		30.Problemas estruturais, generalizados aos territórios de baixa densidade (envelhecimento populacional, depovamento das aldeias, baixa taxa de natalidade)															16. Estrutura de recursos humanos envelhecida
		31.Estrangulamento da região na ligação à rede rodoviária principal de Espanha, nomeadamente na ligação a Puebla de Sanábria															17. Inexistência de contabilidade analítica
		32. Adiamento da conclusão do troço da A-11 entre Zamora e Quintanilha															1. Dinâmicas de envolvimento coletivo dos colaboradores
	Oportunidades	33.Restrições legais à contratação de recursos humanos		-		+											2. Capacidade técnica e operacional (know-how)
		17.Afirmação de Bragança como cidade de equilíbrio territorial com papel polarizador	+														3. Modernização administrativa dos serviços
		18.Novo Quadro Comunitário “2020” com uma aposta clara na regeneração urbana, inovação, promoção económica e na criação de emprego												+			4. Processo de Certificação dos serviços municipais
		19. Potencial das relações transfronteiriças															5. Boas infraestruturas e equipamentos modernos
		20.Reserva da Biosfera Transfronteiriça	+														6. Sistemas de informação evoluídos e integrados
		21.Bragança ecocidade e smart city	+														7. Procedimentos regulamentados
		22.Valor identitário, histórico e patrimonial do Concelho	+														8. Existência de sistema de gestão documental
		23. Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark															9. Celeridade processual
		24.Dinamismo e procura das zonas industriais existentes												+			10. Situação económica e financeira sólida
		25.Poder de compra comparativamente elevado com outras regiões do interior															11. Elevada credibilidade e confiança junto dos diversos Stakeholders
		26.Presença no concelho de ensino superior público															12. Boas condições institucionais para o fomento de parcerias e trabalho em rede com outras entidades
		27. Estações do AVE em Zamora e Puebla de Sanábria															



2.4 Análise dos fatores críticos de sucesso

A estratégia territorial de Bragança deverá contribuir para a prossecução de objetivos de âmbito superior, colocados a escalas territoriais mais amplas, num processo interligado e de interação relevante.

Decorrentes dos vários fatores atrás descritos, é possível destacar os seguintes desafios e fatores críticos de sucesso:

A consolidação de Bragança como pólo estruturante do território envolvente

Bragança assume, historicamente, um papel polarizador enquanto principal centro político-administrativo da sub-região em que se insere, afirmando-se enquanto centro urbano estruturante com uma significativa influência regional.

A relevância do enquadramento geoestratégico de Bragança, acrescida das funções políticas e administrativas que acolhe, fruto do estatuto de capital de distrito, e das dinâmicas urbanas e económicas induzidas, contribuíram para uma concentração neste território de uma oferta diversificada de equipamentos e serviços nos mais variados âmbitos (economia, administração pública, ciência e tecnologia, cultura, educação, saúde, entre outros.).

Para além do seu papel no contributo para a coesão de todo o território do nordeste português, importa destacar que o efeito polarizador de Bragança tem abrangência a uma escala transfronteiriça. A proximidade à região espanhola de Castela e Leão, e mesmo à Galiza, tem, nos últimos anos, facilitado a realização de um conjunto alargado de iniciativas conjuntas.

A afirmação de Bragança como Eco Cidade e Smart City

Bragança tem vindo a procurar afirmar-se como Eco Cidade, tendo sido elaborado o “Plano Estratégico para a Eco Cidade de Bragança”, sob o lema “fazer de Bragança um Município Classe A” e que pretende tornar Bragança numa Eco Cidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, fazendo valer os seus recursos endógenos.

A Eco Cidade de Bragança é entendida como um ecossistema, seguindo princípios ecológicos, que se devem estender a várias áreas: energias renováveis, eco turismo, eco construção, eco produtos, transportes públicos não poluentes, multifuncionalidade dos espaços (com interação entre as diferentes zonamentos e contra as perspetivas de separação das atividades urbanas), entre outros.

A estratégia para o desenvolvimento de Bragança desdobra-se em diferentes Eixos Estratégicos, onde se inclui o apoio a clusters e setores estratégicos, a valorização do território e o ambiente como suportes do desenvolvimento e a criação de uma cultura de Eco Cidade, centrada na cidadania, na educação e na formação. A prioridade que, hoje em dia, é atribuída a aspetos como a mobilidade sustentável, a eficiência energética, ou a introdução de novas tecnologias nos centros históricos e tradicionais das cidades poderá ser vista como forte oportunidade para reforçar esta estratégia.

O estudo desenvolvido pela IDC - Analyze The Future, publicado em maio de 2015, coloca Bragança no Top 4 das cidades inteligentes em Portugal, sendo o reconhecimento pela estratégia desenvolvida nos últimos anos, que urge consolidar, no sentido de tornar Bragança num território inteligente, orgulhoso, participativo e dinâmico, com cidadãos ainda mais felizes.

A Promoção de Bragança como Território Dinâmico, Inovador e Participativo

Bragança pretende afirmar-se como um concelho competitivo na área económica, capaz de atrair e fixar empresas, entidades e recursos humanos qualificados. O particular empenho e esforço do Município, aliados à tradicional tenacidade e capacidade empreendedora dos transmontanos e as características diferenciadoras do território têm dado origem a um conjunto de novas iniciativas empresariais e à atração de investimentos significativos para a região. Para tal, tem sido relevante a presença e dinamismo do Instituto Politécnico de Bragança, como centro de saber e de conhecimento de nível superior, capaz de atrair e fixar, na região, recursos humanos qualificados.

A prioridade atribuída à promoção da inovação e da competitividade teve como reflexo a criação do Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark, fruto de uma parceria entre os Municípios de Bragança e Vila Real, o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Portus Park, que se apresenta como uma oportunidade significativa, potenciadora da captação de investimentos inovadores à escala internacional, numa lógica de promoção da “hélice tripla”: empresas, administração pública e entidades do sistema científico e tecnológico.



Destaque, ainda, para a presença da empresa Faurecia (produção de componentes automóveis), com 720 colaboradores que está, nesta data, a desenvolver um projeto de investimento, no montante de 40 milhões de euros, tendo em vista a expansão da atual unidade de produção, prevendo-se que até 2018 sejam criados 500 novos postos de trabalho. Esta empresa, de matriz exportadora, tem contribuído para a fixação de outras empresas do setor, sendo expectável que Bragança, no médio e longo prazos, se transforme num cluster da indústria automóvel.

Por último, a já implementação de instrumentos e iniciativas de estímulo à participação cívica, tais como o Orçamento Participativo (OP) Geral e Jovem, iniciado em 2015, a integração de jovens voluntários na Festa da História e a constituição da Orquestra Fervença, um projeto de dinamização cultural, que envolveu a comunidade brigantina.

A atração de população e o combate ao envelhecimento da população residente

O Município de Bragança tem demonstrado capacidade para fixar e manter população, não acompanhando a tendência de despovoamento que se fez sentir, ao longo das últimas décadas, noutros territórios de baixa densidade.







3. Missão, Princípios, Valores, Visão e Lema

3. Missão, Princípios, Valores, Visão e Lema

A Nossa Missão

Promover e assegurar a melhor qualidade de vida à população do concelho de Bragança, através da concretização de ações inovadoras, inteligentes, sustentáveis e de desenvolvimento integrado.

Os Nossos Valores

Os Valores que se consideram facilitadores da Missão e pelos quais se rege a atuação do Município de Bragança são os seguintes:

- Transparência
- Rigor
- Ética
- Integridade
- Espírito de equipa
- Responsabilidade social
- Sentimento de pertença e coesão
- Respeito
- Dedicação
- Ambição
- Inovação
- Cooperação

Os Nossos Princípios

- Universalidade e centralidade nas pessoas
- Cooperação e desenvolvimento de relações de parceria
- Diálogo, participação e proximidade da administração ao cidadão/munícipe
- Responsabilização
- Eficiência, eficácia, economia e equidade, na utilização dos recursos
- Inovação na gestão
- Desenvolvimento do conhecimento e das competências dos recursos humanos municipais

A Nossa Visão

Transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma forte marca própria, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica.

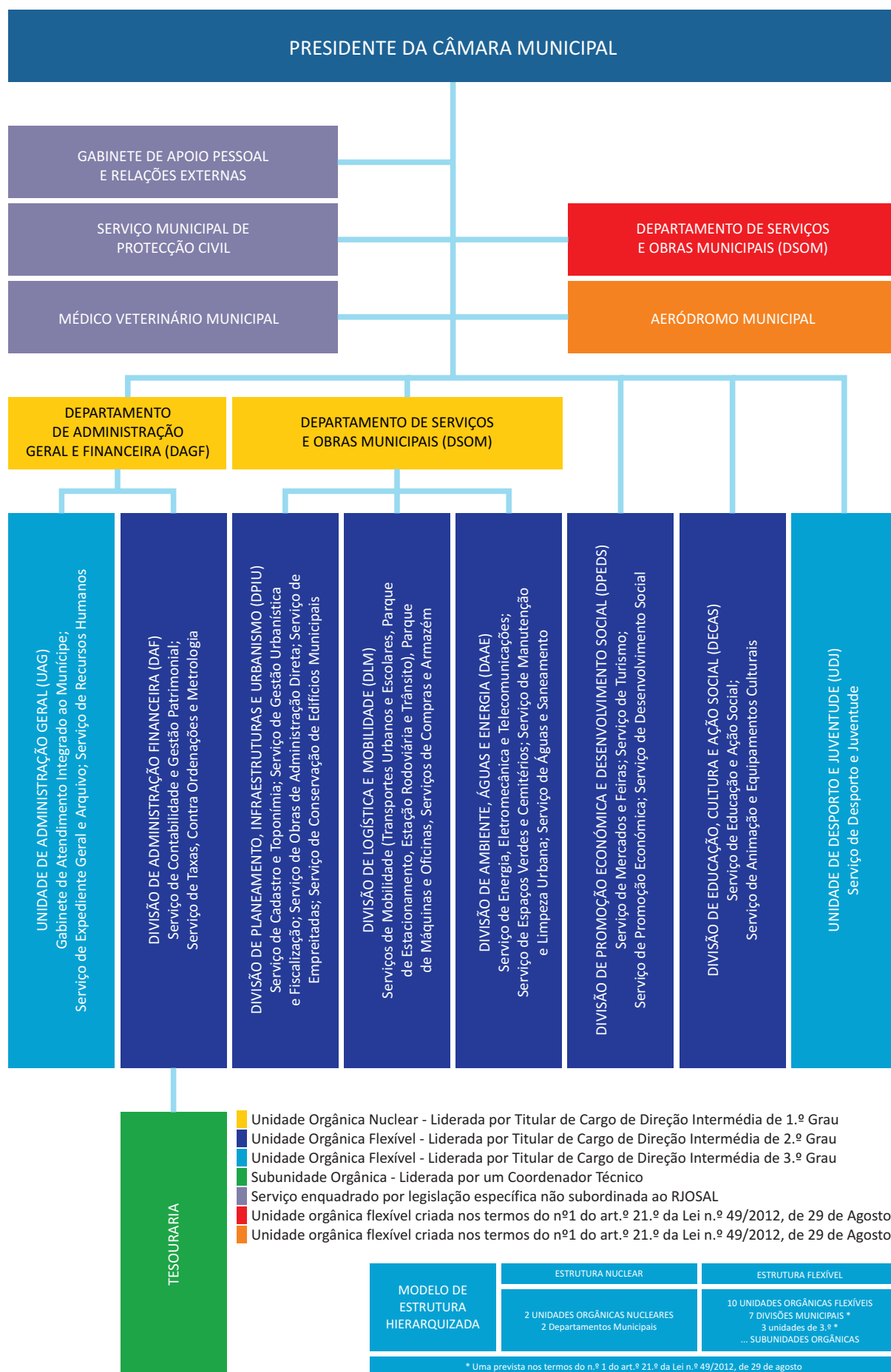
O Nosso Lema

As pessoas no centro da nossa atuação.

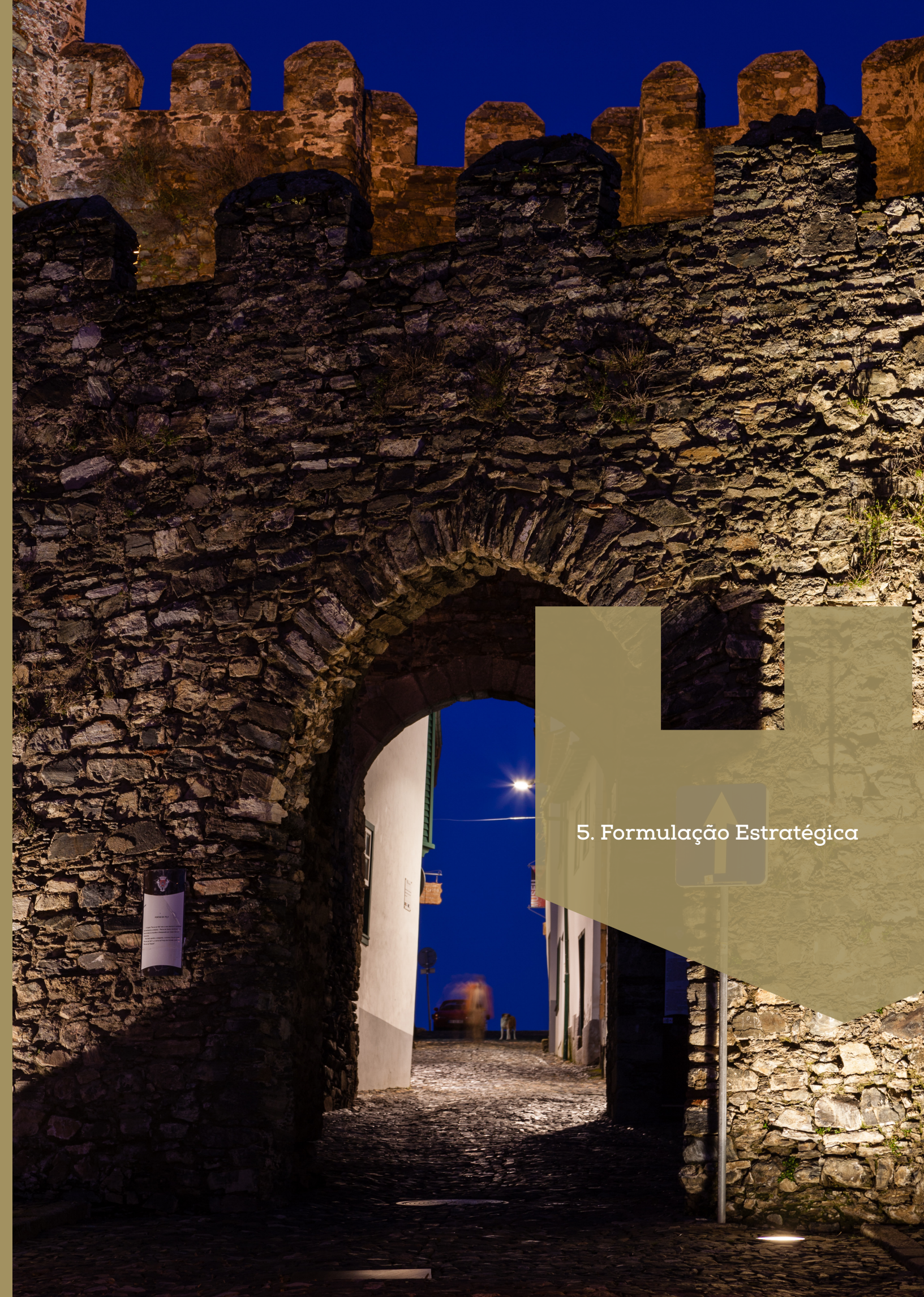




4. Estrutura de Gestão





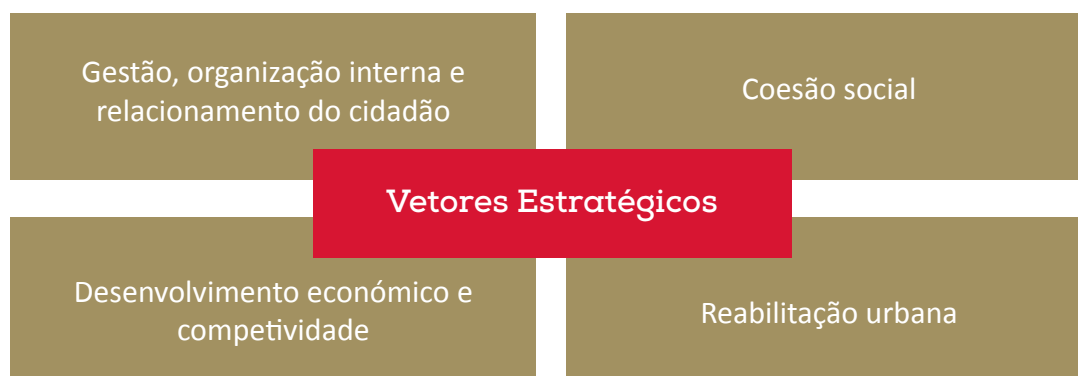


5. Formulação Estratégica

5. Formulação Estratégica

Vetores Estratégicos e Estratégia

Tendo por base o contexto interno e externo em que o Município de Bragança desenvolve a sua missão, o trajeto rumo à Visão organiza-se em quatro eixos prioritários de intervenção: Gestão, Organização Interna e Relacionamento com o Cidadão; Coesão Social; Desenvolvimento Económico e Competitividade; e Reabilitação Urbana.



Estratégia – Eixos prioritários de intervenção

O cruzamento entre as dimensões das análises SWOT, PEST, Stakeholders e dos fatores críticos de sucesso permitiu a identificação de 13 vetores estratégicos, integrados nos quatro eixos estratégicos.

Gestão, organização interna e relacionamento com cidadão

Este continuará a ser um eixo prioritário da instituição, por forma a garantir as melhores práticas organizacionais, ao nível da gestão e de interação no triângulo Executivo/Colaboradores/Cidadãos, dando resposta às necessidades e exigências dos Municípes, através da prestação de serviços com eficácia, eficiência, economia, equidade e excelência, e em tempo útil.

1. Promover as melhores práticas de gestão, rigor e transparência
2. Garantir o equilíbrio das contas municipais
3. Assegurar a assunção dos compromissos com os fornecedores em tempo útil
4. Contribuir para o bem-estar, o espírito de grupo e a união dos colaboradores
5. Implementar instrumentos de participação cívica e de proximidade aos cidadãos
6. Estimular o sentimento de pertença da comunidade brigantina
7. Aferir o nível de notoriedade da instituição perante os stakeholders diretos (cidadãos, colaboradores e fornecedores)

metas

implementar, em 2016, a contabilidade analítica

posicionar-se, em 2017, no Top 20 do Índice de Transparência Municipal (ITM)

melhorar a posição no ranking dos municípios de média dimensão, no anuário financeiro dos municípios portugueses (ano base:2014)

estabelecer um plano de desenvolvimento pessoal para, no mínimo, 40% do pessoal administrativo, técnico e superior

reduzir a dívida global, face ao período homólogo, em 10%

garantir um prazo médio de pagamento, em 15 dias

realizar, pelo menos dois eventos anuais, para os colaboradores, promotores de convívio e salutar confraternização

implementar, pelo menos, três instrumentos de participação cívica

realizar um estudo de imagem e notoriedade da instituição

indicadores de desempenho

contabilidade analítica implementada com sucesso

posição no anuário financeiro dos municípios

posição no TOP 20 do ITM

pessoal administrativo, técnico e superior que frequentou ações de formação (40%)

prazo médio de pagamento (n.º dias)

dívida global do Município (%)

convívios promovidos para os colaboradores (n.º)

instrumentos de participação cívica (n.º)

seguidores nas redes sociais (n.º)

visitas à página do MB na internet (n.º)

índice de notoriedade

Coesão social

Sendo as pessoas o centro da nossa atuação, a promoção da coesão social será um eixo vital, por forma a garantir iguais oportunidades para todos e a construção de um território mais inclusivo e solidário.

8. Promover o desenvolvimento integrado do Concelho, centrado nas pessoas

meta

garantir a comparticipação em 100% das despesas com manuais escolares, transportes e alimentação para os alunos carenciados integrados no escalão 1 do abono de família, a frequentar o EB1

garantir a comparticipação das despesas com manuais escolares, refeições e prolongamento de horário, em 50% aos alunos escalão 2 e em 25% aos alunos escalão 3, a frequentar o EB1

proceder à reabilitação do Bairro Social da Coxa, até ao final do ano de 2016

promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das classes desfavorecidas, através da

implementação do plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas

assegurar a redução, em 70%, do tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos, para famílias com dificuldades financeiras

reduzir a taxa do IMI para as famílias com descendentes

indicadores de desempenho

estudantes beneficiários de apoios sociais escolares (%)

montante dos apoios sociais diretos concedidos pelo MB (€)

beneficiários do plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas (N.º)

famílias numerosas apoiadas (n.º)

famílias com descendentes apoiadas (n.º)

Desenvolvimento económico e competitividade

O reforço do **desenvolvimento económico e da competitividade**, como garante da criação de riqueza e emprego para todos, e de forma especial para os mais jovens.

9. Aumentar o índice de notoriedade de Bragança, projetando a marca como território de excelência

10. Promover a internacionalização e a capacidade da economia do Concelho, à escala regional e global

11. Promover o turismo e as atividades conexas

12. Assegurar e reivindicar melhores acessibilidades e mobilidade para todos

meta

aumentar, em 12%, o número de turistas que visitam o Concelho (ano base: 2014), medido através de duas variáveis: hóspedes em unidades hoteleiras (ponderação de 80%) e atendimentos no posto de turismo municipal (ponderação de 20%)

aumentar, em 30%, a área de acolhimento empresarial (m²), até ao final do ano de 2017

Indicadores de desempenho

ações promocionais da marca Bragança (n.º)

área para acolhimento de empresas na Zona Industrial das Cantarias (m²)

participação em feiras nacionais e estrangeiras, envolvendo os empresários locais (n.º)

eventos promotores de fluxos turístico e de dinamização da economia (n.º)

Reabilitação urbana

A **reabilitação urbana** da cidade de Bragança, criando maior atratividade e qualidade de vida para os cidadãos, potenciando novos fluxos de pessoas e de economia para o Centro Histórico.

13. Promover a revitalização urbana da cidade

meta

espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²): 20.575 até 2017

edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²): 3.238 até 2017

aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10): para 5 em 2017

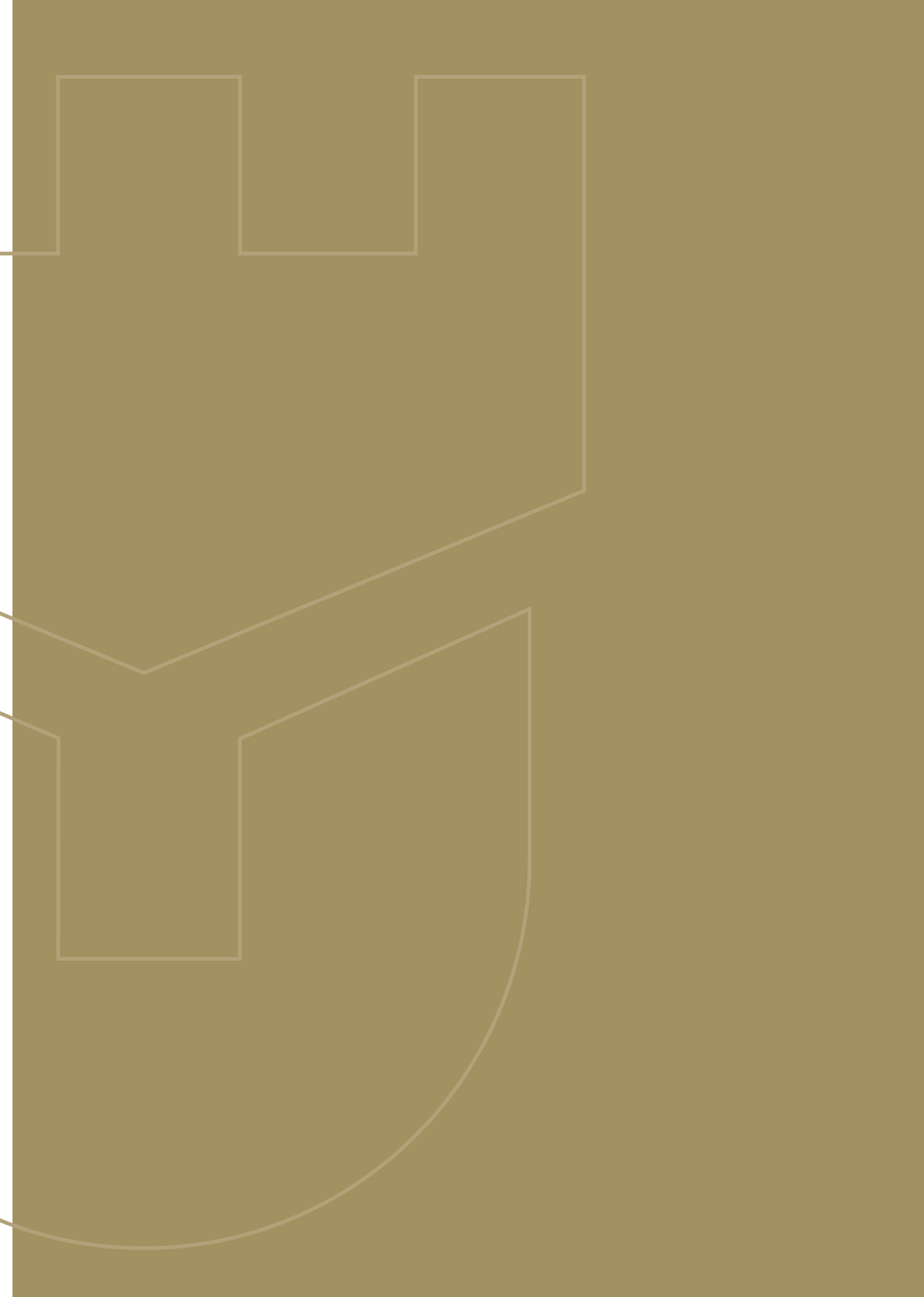
indicadores de desempenho

espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)

edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²)

grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)





6. Premissas do Orçamento

6. Premissas do Orçamento

Adequada e responsável utilização dos escassos recursos financeiros, priorização do investimento, rigor e transparência na gestão, tendo em vista a prossecução das necessidades e anseios dos vários agentes económicos locais. Estes são os principais princípios utilizados na elaboração do presente documento estratégico para o biénio 2016-2017.

Como não poderia deixar de ser, este documento reflete, também, os legítimos compromissos assumidos pelo Executivo Municipal e sufragados nas últimas eleições autárquicas.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais vem estipular novas regras no âmbito da elaboração dos orçamentos municipais. Estabelece, entre outros, princípios fundamentais, a sujeição do setor local aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e suas sucessivas alterações, reforçando deste modo a sua aplicabilidade.

Em cumprimento do disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, em sede de elaboração do orçamento devem ser previstos os recursos necessários para cobrir todas as despesas devendo, para isso, as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes respeitando, deste modo, o princípio do Equilíbrio Orçamental. Igualmente, o pressuposto vertido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece a obrigatoriedade da receita corrente bruta cobrada ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, deve ser considerado em sede de elaboração dos documentos previsionais.

Conforme estabelece o n.º 1 do artigo 46.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o orçamento municipal inclui a identificação e descrição das responsabilidades contingentes (mapa que consta em anexo), ou seja, possíveis obrigações que resultam de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3. do POCAL. Igualmente e cumprindo o imposto pela Lei do Orçamento de Estado, as receitas respeitantes à venda de bens imóveis não podem ser superiores à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior.

No âmbito da política fiscal municipal para o desenvolvimento económico e empresarial, mater-se-á a isenção de pagamento da taxa de derrama para empresas com sede no concelho de Bragança, com o objetivo de apoiar os empresários e empreendedores gerando emprego e riqueza, que permitam melhorar as condições de vida das populações e, ainda, criar condições que favoreçam a criação e atração de novas empresas.

Dada a situação de emergência que o país atravessou e que afetou de forma direta as famílias e as empresas, no ano de 2015 foi reduzida em 0,015 p.p. a taxa do IMI para os prédios urbanos avaliados, fixando-a em 0,320%.

Para o ano de 2016 foi prevista uma taxa de IMI de 0,310%, representando uma diminuição de 3,13% face ao ano anterior, medida que continuará a aliviar a carga fiscal das famílias, mantendo a necessária sustentabilidade financeira do Município, que tem de harmonizar o orçamento da receita com o orçamento da despesa (que sofre pressão em especial nas áreas social e educação). De realçar que, nos últimos 3 anos, a redução deste imposto foi de 12,68%.

No que concerne à elaboração dos mapas financeiros previsionais foram considerados um conjunto de princípios e regras orçamentais que se encontram previstos, quer no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, quer no POCAL, quer na Lei do Orçamento de Estado de 2015.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece igualmente no seu artigo 44.º que, articuladamente com as Grandes Opções do Plano deve ser apresentado em simultâneo com a proposta de orçamento municipal o quadro plurianual de programação orçamental. Não obstante a obrigatoriedade do referido documento, até à data os elementos constantes do quadro plurianual carecem da regulamentação estabelecida do artigo 47.º da mesma Lei, pelo que, partilhamos do entendimento publicitado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses ao considerar que não se encontram criadas as condições legais para o cumprimento do referido artigo, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.

Esta decisão assenta, igualmente, no facto de que o aludido documento, a ser aprovado, vincularia limites para o exercício económico seguinte ao do presente orçamento, com resultados futuros que presentemente se desconhecem.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), com o objetivo de ajudar financeiramente as Câmaras Municipais endividadas. Este Fundo baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado.

Pese embora esta medida seja penalizadora e de certa forma injusta para os municípios cumpridores e que sempre praticaram e continuam a praticar uma gestão rigorosa, disciplinada e responsável, como seja o caso de Bragança, obrigará a um esforço financeiro deste Município, até 2021, de 1.506.185,25€ (215.159,00€/ano de 2015 a 2020 e de 215.171,25€ em 2021).



The background image shows two tall, dark, tapered towers silhouetted against a vibrant sunset sky. The sky transitions from a deep blue at the top to a bright orange and yellow near the horizon. In the foreground, a fountain with multiple jets of water is visible, also silhouetted. A small, dark, vertical structure, possibly a light pole, stands near the fountain. A semi-transparent, light-colored geometric shape, resembling a stylized 'L' or a corner, is overlaid on the right side of the image, partially obscuring the towers and the sky.

7. Linhas estratégicas
de orientação para
2016-2017

7. Linhas estratégicas de orientação para 2016-2017

7.1. Gestão, organização Interna e relacionamento com o cidadão

- RIGOR
- TRANSPARÊNCIA
- EFICIÊNCIA
- RESPONSABILIZAÇÃO
- PRESTAÇÃO DE CONTAS
- PARTICIPAÇÃO
- UNIÃO
- PROXIMIDADE

- ✓ Implementar, durante o ano de 2016, a Contabilidade de Custos (processo em fase de finalização) que deverá evoluir para Contabilidade Analítica (custos e proveitos), sendo este um importante instrumento de gestão e planeamento para apoiar as diferentes decisões económicas e permitir um maior controlo e apuramento dos custos, bem como a medição do desempenho e a avaliação da eficiência e eficácia dos programas.
- ✓ Garantir a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com redução gradual da dívida municipal e o cumprimento do prazo médio de pagamentos a 15 dias, contribuindo, deste modo, para a dinamização da atividade económica.
- ✓ Promover a Semana do Colaborador, com a realização de atividades desportivas, culturais, exposição de trabalhos feitos pelos colaboradores, workshop temáticos, entre outros, no sentido de promover o convívio, a união e a motivação do ativo humano do Município de Bragança.
- ✓ Promover a tradicional Ceia de Natal e outros eventos, onde a grande família do Município se reúne para partilhar e confraternizar momentos de alegria.
- ✓ Reforçar a informação na intranet, importante veículo de comunicação interna dos colaboradores.
- ✓ Promover o “Open day” do Município, permitindo aos cidadãos conhecer, de forma informal e descontraída, a instituição e o respetivo funcionamento.
- ✓ Promover, periodicamente, inquéritos de auscultação do nível de satisfação dos stakeholders (municípes, turistas e fornecedores).
- ✓ Realizar um estudo de imagem e notoriedade da instituição, por forma a monitorizar a sua evolução e adequar a comunicação, otimizando as “mensagens” transmitidas.
- ✓ Implementar um plano ajustado às necessidades de formação dos colaboradores de cada unidade orgânica, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e/ou reforço das suas competências e para o ajustamento às novas exigências do exercício das respetivas funções, aumentando, deste modo, as suas qualificações técnicas ou profissionais tendo em vista uma melhor prestação do serviço ao cidadão, com mais eficiência, eficácia e qualidade.
- ✓ Alargar o processo de certificação, de forma progressiva, dos serviços do Município de Bragança, através do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) já em implementação, em conformidade com a norma ISO 9001:2008 (sendo que nesta data já estão 15 serviços certificados).
- ✓ Introduzir, no âmbito das aplicações de gestão autárquica, ações de melhoria com o objetivo de consolidar e estabilizar o Sistema de Informação, o que, por sua vez, irá potenciar uma melhor prestação de serviços ao munícipe.
- ✓ Implementação de novos circuitos de gestão documental, no seguimento do processo de desmaterialização em curso.

- ✓ Potenciar os serviços online, de forma a suportarem cada vez mais a interação do munícipe com a autarquia via Internet, sem necessidade de deslocação física para a resolução dos seus problemas.
- ✓ Reforçar e continuar a renovação do parque informático, dotando os serviços com a capacidade tecnológica necessária ao desempenho das suas atividades. Também ao nível dos sistemas centrais será feito um upgrade permitindo aumentar a capacidade de armazenamento da informação e, em simultâneo, melhorar os mecanismos de segurança.
- ✓ Elaborar o regulamento de publicidade do Concelho de Bragança, dada a tendência crescente de pretensões dos munícipes e/ou empresários em promover, em espaço público, a comercialização ou alienação de quaisquer bens ou serviços, bem como qualquer outra forma de comunicação que vise promover ideias, princípios, iniciativas ou instituições, que não tenham natureza política.
- ✓ Elaborar o Manual de Contratação Pública do Município de Bragança, no sentido de regular os procedimentos para as compras de bens e serviços, com ganhos de eficiência, eficácia e economia.
- ✓ Potenciar a participação dos cidadãos nas decisões municipais, através da dinamização do orçamento participativo (geral e jovem) e de outros instrumentos de participação cívica.
- ✓ Implementar o serviço de proximidade “Alerta Bragança”, via internet e/ou através de aplicação móvel (Android e iOS), por forma a permitir ao cidadão reportar de forma fácil, no dia a dia, pequenos problemas, nomeadamente ao nível da rede viária, da iluminação pública, da recolha de resíduos, da limpeza urbana ou avaria de equipamentos públicos, entre outros.
- ✓ Promover uma contínua articulação e espírito de colaboração com as Freguesias e Uniões de Freguesias, parceiros estratégicos na prossecução da Missão do Município de Bragança, realizando reuniões periódicas com os eleitos locais, assim como visitas às freguesias do concelho e o atendimento permanente por parte dos diversos serviços municipais, dando uma resposta eficaz e em tempo útil às necessidades das populações locais.



7.2 Coesão Social

- **INCLUSÃO**
- **IGUAIS OPORTUNIDADES**
- **PESSOAS NO CENTRO DA ATUAÇÃO**

Os problemas sociais constituem uma das principais preocupações do Município de Bragança, estando consciente da urgência de um trabalho intenso no sentido de criar um concelho ainda mais solidário e inclusivo.

A situação económica e financeira que o país atravessa, aliada às situações de exclusão social, o envelhecimento da população rural, o despovoamento do espaço rural, os problemas sociais com que as famílias se deparam, no quotidiano, acarretam uma pressão social permanente, que se traduz num aumento dos pedidos de apoio nas mais diversas áreas.

7.2.1 Educação

- ✓ Premiar o mérito, instituindo o prémio ao melhor aluno de cada ciclo de aprendizagem.

7.2.2 Ensino Pré-escolar

- ✓ Promover uma política de melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar, assegurando, a nível da componente social, a disponibilização dos recursos humanos para as componentes de apoio ao serviço de refeições e de prolongamento de horário, bem como o fornecimento de material de apoio às iniciativas desenvolvidas no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família, procurando satisfazer as necessidades da comunidade escolar.
- ✓ Proceder à renovação de algum material didático e mobiliário, existente nas salas dos jardins de infância existentes no concelho, que se encontre desadequado face às novas exigências ou deteriorado pelo uso.

7.2.3 Ensino Básico

- ✓ Continuar o processo de manutenção dos edifícios escolares e de atualização/renovação do equipamento das escolas que, face às características desta área, ao desgaste constante dos materiais e à evolução da tecnologia na educação, exige um esforço permanente de atualização para que os alunos tenham, no imediato, as melhores condições de aprendizagem.
- ✓ Fornecer o material pedagógico e as fotocópias, em sala de aula, aos alunos do 1.º ciclo, atribuindo aos Agrupamentos de Escolas as verbas necessárias, para assegurar o correto e normal funcionamento da atividade letiva.
- ✓ Continuar a política de concessão de apoios (transportes, alimentação e manuais escolares) aos alunos carenciados do concelho e assegurar aos alunos deslocados das suas residências, na área rural, devido à concentração de escolas, a gratuitidade do transporte e da alimentação.
- ✓ Contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados

à Escola, agrupamentos, pais/encarregados de educação e Ministério da Educação, pelo que o município marcará presença nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas através dos seus três representantes.

- ✓ Assegurar que o Conselho Municipal de Educação continuará a ser um espaço privilegiado de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que permitam, com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança, reunindo periodicamente conforme estipulado no seu regimento e extraordinariamente sempre que se verifique necessidade, convidando entidades e personalidades que possam contribuir para uma melhor abordagem dos assuntos em análise.
- ✓ Promover nos equipamentos culturais municipais (Centro Cultural Municipal Adriano Moreira/ Biblioteca Municipal, Teatro Municipal, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e no Centro de Fotografia Georges Dussaud) “pacotes” de atividades de serviço educativo, em colaboração com as escolas do concelho, que vão desde as visitas jogo/guiadas, às exposições, aos espetáculos musicais e teatrais direcionados para este público, passando por ateliês de máscaras, escrita, dança e leitura, e pelas oficinas pedagógicas, oferecendo, deste modo, um serviço educativo transversal aos vários equipamentos culturais.
- ✓ Apoiar atividades e projetos das várias escolas do concelho que sejam considerados pedagógicos e relevantes para a comunidade educativa, como a produção de exposições, deslocação de escritores nacionais às escolas e ações de formação para o público escolar.
- ✓ Comemorar o Dia Mundial da Criança organizando atividades que envolvam a participação de todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º CEB, público, particular e cooperativo do concelho.
- ✓ Assinalar a quadra natalícia junto dos jardins de infância e das escolas do 1.º CEB, do ensino público, particular e cooperativo do concelho, através da atribuição de prendas a todas as crianças e alunos.
- ✓ Proceder à aquisição de novo equipamento móvel para apoio às atividades desenvolvidas na Escola Fixa de Trânsito.
- ✓ Assegurar a realização de ações de sensibilização sobre segurança rodoviária na Escola Fixa de Trânsito, em articulação com o Programa Escola Segura da PSP, para os alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico público, particular e cooperativo do concelho.
- ✓ Promover a realização de ações de sensibilização sobre segurança rodoviária na Escola Fixa de Trânsito dirigidas aos condutores em geral.

7.2.4 Ensino de Adultos

- ✓ Criar medidas no âmbito social, que visem a promoção do desenvolvimento das igualdades de oportunidades no acesso ao Ensino Superior, no sentido de minimizar as diferenças socioeconómicas possibilitando a prossecução dos estudos ao nível superior, nomeadamente através da atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes residentes no Concelho, criando regulamento para o efeito.
- ✓ Colaborar, com o Instituto Politécnico de Bragança, os Agrupamentos de Escolas e instituições de ensino profissional, na integração de alunos estagiários nos serviços municipais, permitindo a aplicação de conhecimentos em ambiente de trabalho.

- ✓ Apoiar projetos desenvolvidos pelas escolas do concelho de Bragança, ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, a partir das iniciativas que surjam nesse sentido.

7.2.5 Saúde

O Município de Bragança, ciente de que a confiança dos cidadãos na disponibilidade e na qualidade dos cuidados de saúde prestados é umas das principais preocupações para quem faz opção de fixar a sua residência e atividade económica no interior, tudo fará para que sejam asseguradas respostas, com qualidade e em tempo útil, que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos.

Assim, destaca-se as seguintes iniciativas:

- ✓ Desenvolver e consolidar o projeto de cuidados de saúde primários de proximidade à população, através da Unidade Móvel de Saúde, em parceria com a Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE) e a Santa Casa da Misericórdia de Bragança. Esta iniciativa visa aumentar a acessibilidade, equidade e qualidade dos cuidados prestados, principalmente a grupos mais vulneráveis, com dificuldades de acesso à sede ou extensões do Centro de Saúde, nomeadamente a população com 65 e mais anos.
- ✓ Dar continuidade, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança e com a colaboração dos Agrupamentos de Escolas, ao projeto de Saúde Oral, “Sorrir Branquinho”, que visa a prevenção da cárie dentária nas crianças em idade pré-escolar, criando as condições necessárias ao aumento do número de jardins de infância aderentes à escovagem dos dentes em contexto escolar e, assim, reduzir a incidência e prevalência das doenças orais nestas crianças, melhorar conhecimentos e comportamentos sobre higiene oral e promover a equidade na prestação de cuidados de saúde oral às crianças e jovens com Necessidades de Saúde Especiais.
- ✓ Apoiar, financeiramente, o funcionamento da Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos da Terra Fria, em parceria com a ULSNE e os Municípios de Macedo de Cavaleiros e Vinhais, com o objetivo de proporcionar atendimento integrado e multidisciplinar a doentes.
- ✓ Apoiar e participar em outras iniciativas que visem a prevenção e melhoria da saúde dos cidadãos podendo, ainda, no âmbito das suas competências, participar em projetos de melhoria das infraestruturas de saúde.
- ✓ Desenvolver iniciativas que promovam a saúde e bem-estar dos cidadãos, nomeadamente caminhadas, assim como ginástica para a população sénior do meio rural.
- ✓ Reivindicar, junto do Governo, a melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde prestados à população, nomeadamente:
 - A manutenção do helicóptero do INEM, em funcionamento, 24 horas/dia, estacionado em Macedo de Cavaleiros, para servir Trás-os-Montes e Alto Douro.
 - Que a ULSNE disponha de uma ampla oferta de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, evitando que os cidadãos tenham de se deslocar a outras Unidades e Regiões, com elevados encargos para os próprios e para o Estado.
 - Requalificação e ampliação das instalações da Unidade Hospitalar de Bragança, face ao atual cenário de alguma degradação de determinados espaços e serviços.
 - Que a ULSNE seja dotada de especialidades médicas fundamentais para os cidadãos, nomeadamente cardiologia 24 horas, e Consultas Externas em determinadas especialidades (Hematologia Clínica, Cardiologia Pediátrica, Dermatologia e Neurocirurgia), atualmente inexistentes na ULSNE.

- A garantia que esta área territorial disponha de um Centro de Respostas Integradas e de um novo Laboratório Distrital de Saúde Pública.

7.2.6 Ação Social

- ✓ Manter a gratuidade dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos carenciados, integrados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens, a redução de 50% e de 25% nas refeições e manuais escolares e prolongamento de horário, para as crianças e alunos integrados nos escalões 2 e 3, respetivamente.
- ✓ Manter a redução em 70% do tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos, para famílias com dificuldades financeiras.
- ✓ Apoiar as famílias numerosas, através do alargamento do 2.º escalão de consumo, limitando-o, no entanto, a um consumo máximo de 3m³ mensais por pessoa (Consumo de Referência), sendo mais uma medida amiga das famílias e da natalidade.
- ✓ Reduzir a taxa do IMI, em 15% e 20%, para famílias com 2 e 3 ou mais descendentes, respetivamente.
- ✓ Continuar a desenvolver ações que permitam o convívio e a inclusão de setores mais fragilizados da nossa sociedade, como o encontro “Bragança e a Comunidade Internacional”, de forma a aproximar e a integrar os imigrantes aqui residentes e os estudantes em ERASMUS ou outra forma de mobilidade e fazê-los sentirem-se parte da nossa comunidade.
- ✓ Realizar, em colaboração com outras entidades, mais uma edição do Encontro de Gerações (a XIII), que, do inicial Encontro de Idosos, evoluiu, naturalmente, para um Encontro de Gerações dada a abrangência intergeracional que foi conseguindo, procurando estabelecer uma relação de maior proximidade entre a população sénior do nosso concelho e, através deles, uma relação entre familiares e amigos de várias gerações.
- ✓ Organizar a VI Feira de Emprego, Educação e Solidariedade Social de Bragança, em articulação com a entidade gestora do CLDS+ e em colaboração com diversas entidades, iniciativa que pretende constituir-se como um espaço de oportunidades de divulgação, de apresentação de ofertas de formação, de emprego e de respostas sociais.
- ✓ Manter a representação e colaboração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e continuar a assegurar as instalações e os meios materiais de apoio necessários ao funcionamento da comissão,
- ✓ Promover ações de sensibilização no âmbito da Rede Social de Bragança e ação de formação na área da parentalidade positiva no âmbito da CPCJ.
- ✓ Realizar a campanha anual “Inverno Solidário” para atribuição de cobertores e edredons a famílias carenciadas do concelho.
- ✓ Participar ativamente no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e acompanhamento de beneficiários que tenham subscrito o Programa de Inserção (PI) que incluam ações na área da melhoria habitacional/realojamentos.
- ✓ Participar na Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes (Plataforma da Rede Social – NUT’s III).

- ✓ Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Centros Sociais e Paroquiais, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.
- ✓ Apoiar as Fábricas das Igrejas na requalificação e conservação do importante património religioso existente no Concelho de Bragança.
- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Freguesias na execução de obras de melhoria e construção de centros de convívio, fundamentais para promover a salutar convivência e reforço dos laços de amizade e união dos cidadãos do meio rural.
- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Freguesias na execução de obras de melhoria/ampliação/construção de cemitérios.
- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Juntas e Uniões de Freguesias na execução de outros investimentos tendentes à melhoria da qualidade de vida das populações.

7.2.7 Habitação

- ✓ Nesta data, o Município dispõe de 270 fogos de habitação social, sendo que, no Bairro Social da Mãe d'Água existem 124 fogos, no Bairro Social da Coxa 114 e no Bairro Social da Previdência 32. Durante o ano de 2016, pretende-se:
- ✓ Concretizar uma intervenção global e estruturada nos edifícios do Bairro Social da Coxa (cobertura, caixilharias, revestimento exterior, pintura e outros trabalhos de conservação), com o objetivo de melhorar a imagem e a eficiência energética dos edifícios, com consequente diminuição da fatura energética das famílias, tornando as habitações mais condígnas.
- ✓ Continuar o processo de recuperação de imóveis que vão sendo disponibilizados pelos anteriores inquilinos, para proceder ao realojamento de outros agregados familiares necessitados.
- ✓ Implementar a atualização gradual dos valores anuais das rendas ao abrigo do Regime de Renda Apoiada, em consequência da atualização dos processos dos agregados familiares residentes em habitação social.
- ✓ Proceder, no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana, à beneficiação de edifícios no Centro Histórico, para alojamento social de famílias jovens, contribuindo para a revitalização e dinamização desta área.
- ✓ Reforçar os apoios no âmbito do programa de melhorias habitacionais prioritárias, com a importante colaboração das Juntas/Uniões de Freguesias, através da beneficiação das habitações de famílias carenciadas.



7.2.8 Ambiente e Sustentabilidade

Saneamento

O Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais definia como meta para cada Concelho do País, que se atinja um nível de atendimento, para o saneamento das águas residuais, de 90%. No Concelho de Bragança, com os investimentos concretizados, o atual índice é de 92,6%, sendo a média do Continente e da Região Norte de 76%, e na NUT III Alto Trás-os-Montes de 82% (Anuário Estatístico da Região Norte).

Assim, o Município de Bragança, ciente da importância deste tema para as populações, continuará a investir nesta área, através de uma nova candidatura a fundos comunitários, no âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020.

Assim, para 2016 estão previstos os seguintes investimentos:

- Conclusão dos emissários e estação de tratamento de águas residuais na localidade de S. Pedro dos Serracenos.
- Reabilitação da ETAR de Fermentãos.
- Lançamento de concurso público para execução da ETAR na localidade de Gimonde.
- Lançamento de concurso público para execução de uma ETAR no matadouro municipal, para substituição da infraestrutura de pré-tratamento existente, mas que já não satisfaz as exigências que se impõem a este tipo de unidades industriais.
- Conclusão/ampliação da rede de saneamento para drenagem das águas residuais provenientes das ruas João Fernandes e Ana Garcia, com ligação ao emissário da zona industrial das Cantarias.
- Lançamento de concurso para execução da rede de saneamento na “Veiga” – Gostei.

Águas

No **setor das águas** foram considerados os seguintes trabalhos:

- Finalização da execução de conduta adutora e reforço do armazenamento de água, entre a caixa de derivação das Quintas do Reconco e o reservatório de Vale de Lamas, incluindo derivação para o reservatório existente de Baçal. Com esta infraestrutura concluída, o abastecimento às localidades de Baçal, Gimonde, Sacoias, Vale de Lamas e ainda ao loteamento do sabor, passará a efetuar-se a partir deste novo sistema adutor e de armazenamento de água.
- Ligação de furo de água ao novo depósito de Quintela de Lampaças.
- Execução de projetos para a reabilitação das redes de abastecimento de água nas localidades de Rabal, Outeiro, Parada, Babe, Nogueira, Santa Comba de Rossas, França, Coelhoso e Izeda.
- Correção do traçado da conduta elevatória, proveniente da estação de bombagem do rio Sabor, na avenida Les Pavillons-sous-Bois, a qual, atualmente, se encontra instalada por baixo das instalações de uma unidade Comercial.
- Concretizar o procedimento que permitirá a requisição de determinadas prestações de serviços de água e saneamento, que sejam solicitadas “on-line” pelos nossos municípios.

Meio ambiente

- ✓ Realizar um folheto de sensibilização e campanhas junto dos cidadãos, em colaboração com a EIM-Resíduos do Nordeste, para a redução da produção de resíduos, contribuindo para um melhor ambiente e uma redução dos quantitativos de RSU's recolhidos e, por conseguinte, uma redução da fatura mensal com recolha, transporte e tratamento de RSU's.
- ✓ Continuar a política de valorização dos resíduos sólidos.
- ✓ Continuar a operação de replantação de árvores, arbustos e herbáceas, que contribuirão para uma melhor imagem urbana e embelezamento paisagístico.
- ✓ Requalificar espaços urbanos, tornando-os mais atrativos e acessíveis aos cidadãos, por forma a manter uma relação saudável com o ambiente que nos rodeia.
- ✓ Implementar uma nova solução de jardim, na rotunda junto da Escola Secundária Abade de Baçal.
- ✓ Iniciar os trabalhos de construção do Parque Urbano da Trajinha, projeto que será redimensionado ao contexto atual de escassos recursos financeiros, por forma a criar um novo espaço de lazer e bem-estar para a população. Projeto a implementar no âmbito do Orçamento Participativo 2016.
- ✓ Realizar trabalhos de conservação da floresta e matas do concelho, nomeadamente através da realização de ações de silvicultura preventiva, onde se enquadram a limpeza de aceiros florestais em zonas de potencial risco de incêndio florestal.
- ✓ Articular com as autoridades competentes (PSP e GNR), um conjunto de iniciativas que permitirão melhorar a gestão e limpeza de áreas privadas, por forma a dar cumprimento à legislação de defesa da floresta contra incêndios.
- ✓ Fomentar a criação de "pequenas florestas urbanas", espaços onde poderiam ser facilmente exploradas componentes pedagógicas, lúdicas, desportivas, nomeadamente no espaço envolvente ao Estádio Municipal, espaço envolvente aos depósitos da Mãe D'Água, espaços de cedência na Braguinha, Rica Fé, Fraga Selvagem, entre outros.
- ✓ Construir o Observatório Ibérico da Biodiversidade (se obtido financiamento comunitário), no âmbito do AECT ZASNET.

Cemitérios

- ✓ Promover um sistema de identificação dos talhões e sepulturas dos Cemitérios Municipais que permitirá uma melhor organização e sistematização da informação, bem como uma maior eficiência nas operações de gestão cemiterial, a executar durante o 1.º semestre de 2016.
- ✓ Concluir a pavimentação dos arruamentos do cemitério do Toural.

Atividade Sanitária e Veterinária Municipal

- ✓ Dar cumprimento ao pagamento mensal das despesas de funcionamento do Canil Intermunicipal, conforme protocolo celebrado.
- ✓ Dar eficácia ao regulamento sobre posse, circulação, detenção e alojamento de animais no Concelho de Bragança.
- ✓ Para a sua divulgação deverão ser implementadas várias campanhas de sensibilização, visando nomeadamente: - recolha de dejetos caninos; alimentação animal na via pública; regras de circulação com canídeos na via pública. As campanhas serão acompanhadas de ações de sensibilização nas escolas, nas ruas e parques verdes, em colaboração com as autoridades locais e associações, bem como com a divulgação, através de Mupis.
- ✓ Renovar o protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança (curso de Enfermagem Veterinária) e a Associação Amicus Canis, para colaboração nas esterilizações a animais do canil que vão para adoção.
- ✓ Realizar inspeções sanitárias aos talhos e peixarias, bem como a outras unidades de transformação e venda de produtos, estreitando a colaboração com as restantes entidades inspetivas.



7.2.9 Cultura

- ✓ Realizar uma nova exposição de fotografia do fotógrafo Georges Dussaud, a partir de um conjunto de 38 fotografias recentemente doadas pelo fotógrafo à coleção do Centro de Fotografia Georges Dussaud.
- ✓ Realizar uma exposição do prestigiado fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado a partir de um conjunto de 45 fotografias cedidas à coleção do Centro de Fotografia Georges Dussaud pelo Instituto Politécnico de Bragança, no âmbito de um protocolo estabelecido com o Município de Bragança.
- ✓ Executar os catálogos das exposições “Sebastião Salgado” e “PORTUGAL” e editar uma coleção de postais sobre as fotografias da coleção do Centro de Fotografia Georges Dussaud.
- ✓ Apresentar, por vontade de Georges Dussaud, a atual exposição PORTUGAL, inaugurada em 2015 no Centro de Fotografia Georges Dussaud, no Espaço Miguel Torga (São Martinho de Anta, Sabrosa), em maio de 2016, no âmbito de protocolo a estabelecer entre o Município de Bragança e o Município de Sabrosa, dado que a mesma estabelece uma profunda relação com a obra “Portugal”, de Miguel Torga, Procura-se, assim, uma forma não só de continuar a divulgar a obra de Georges Dussaud, mas também de divulgar o Centro de Fotografia Georges Dussaud noutras regiões do país.
- ✓ Proceder à divulgação e dinamização do Centro de Interpretação do Forte São João de Deus, através da realização de serviço educativo e de visitas guiadas de forma a divulgar de forma interativa a história da presença militar em Bragança.

- ✓ Concluir as obras e colocar em funcionamento o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, concretizado em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integrado no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, instalado em edifício próprio com projeto da autoria do arquiteto Souto Moura. Este Centro terá como principal objetivo preservar a memória e a presença das comunidades judaicas que povoaram a região do Nordeste Transmontano e que desempenharam um papel relevante nas formas de sociabilidade da região e na diáspora.
- ✓ Potenciar, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, a divulgação e o conhecimento das tradições ligadas com esta temática, integrando conferências e exposições, em estreita colaboração com a Academia Ibérica da Máscara.
- ✓ Realizar exposições temporárias ligadas à máscara e aos artesãos representados no museu. Cada mês ou mês e meio irão estar expostas algumas das peças mais representativas do artesão convidado permitindo, assim, dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos artesãos, criando uma maior proximidade entre o artesão e o visitante do museu.
- ✓ Integrar no Serviço Educativo oficinas/ateliers com os alunos das escolas do concelho ligadas a eventos ou exposições que estarão patentes em outros espaços, visitas guiadas e outras atividades de modo a dar a conhecer aos mais jovens as nossas tradições.
- ✓ Apresentar no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, ao longo do ano de 2016, seguindo, sensivelmente, os mesmos moldes dos anos anteriores, seis exposições, concretamente duas no Espaço Graça Morais (uma das quais será uma seleção de obras da artista a partir das diversas coleções públicas e privadas onde está representada e ainda uma exposição intitulada “Mãe”, exposição de homenagem à mãe da artista) e quatro no espaço das Exposições Temporárias. O programa de exposições temporárias, três individuais e uma coletiva, resultará não só da produção própria do CACGM, em colaboração direta com os artistas, mas também de coproduções com instituições nacionais de referência como a Fundação Caixa Geral de Depósitos – CULTURGEST, Para 2016, e pela primeira vez, o CACGM apresentará uma exposição de arquitetura, centrada no trabalho do arquiteto Eduardo Souto Moura, autor do projeto do CACGM e do Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano. As outras duas exposições individuais são de desenho, de João Jacinto, e de escultura e instalação, de Jorge Perianes.
- ✓ Editar quatro novos catálogos das exposições temporárias, destacando-se de entre eles o catálogo da exposição de arquitetura de Souto Moura, onde será dado destaque aos dois projetos da sua autoria em Bragança. O catálogo da exposição da Coleção da FCGD – Culturgest será realizado em parceria com a referida instituição e as várias instituições que recebem a exposição sendo a participação do Município de Bragança apenas de 25%.
- ✓ Manter as Visitas/Jogo, as Visitas Pais & Filhos e as Visitas Guiadas, e sempre que possível, dentro da disponibilidade dos grupos e da equipa de trabalho, complementadas com breves Oficinas de Prática Artística.
- ✓ Dar continuidade a um conjunto de oficinas realizadas em período de férias e, ainda, a um conjunto de atividades específicas a serem dinamizadas ao longo de todo o ano em alguns dos dias temáticos como o Dia Internacional dos Museus, o Tempo para a Infância ou as Férias Desportivas e Culturais do Município de Bragança.
- ✓ Realizar, em calendário fixo, no 2º sábado de cada mês, Oficinas de Prática Artística num programa intitulado 12 Sábados / 12 Oficinas. Esta atividade será realizada em articulação com a atividade “Sábados de Encantar”, realizada na Biblioteca Municipal.

- ✓ Dar continuidade aos projetos pontuais que ocupam um lugar de destaque, compreendendo uma grande diversidade de iniciativas como: instalações, concursos, concertos, performance, oficinas/ateliers, conferências, encontros com artistas, críticos, arquitetos e escritores ou apresentação de trabalhos e projetos relevantes, entre outras.
- ✓ Produzir novas peças cerâmicas com ilustrações da artista, “posters” e postais, bem como a produção de outros artigos de merchandising ligados à imagem do museu, entre os quais alguns artigos para o público mais jovem.
- ✓ Apresentar no Teatro Municipal de Bragança, palco das artes, uma programação regular e sistemática, assente na apresentação de criações nacionais no âmbito de todas as artes do espetáculo: teatro, música, dança, novo-circo, ópera, musicais e alta comédia, espetáculos que são a espinha dorsal de toda a programação e definem a linha de orientação estética do TMB.
- ✓ Continuar a apostar no trabalho com a comunidade, nas coproduções e nas residências artísticas, que trazem mais-valias indiscutíveis ao Teatro, à cidade, à região e que se vêm assumindo como projetos âncora do Teatro Municipal de Bragança porque marcam a diferença e definem a identidade deste teatro. Levam a nossa marca, a nossa identidade, em cada espetáculo que coproduzimos e dão-nos visibilidade, projetam-nos no país e fora dele, pois são normalmente projetos com carreira nacional e internacional.
- ✓ Desenvolver mais e mais fortes parcerias com as escolas de educação estética e artística (Escola Superior de Educação; Conservatório de Música e Dança; escolas de música; escolas de dança; outras) seja através do apoio logístico a projetos criativos, seja através de possibilidade de estágios curriculares, seja através de formação em áreas que sabemos nucleares para a formação estética e artística.
- ✓ Continuar a olhar atentamente para o Serviço Educativo dando especial atenção ao serviço educativo destinado à infância e à idade maior. Trabalharemos mais e melhor a relação com as escolas, a formação estética e artística e a educação de públicos, tendo como mote: Sensibilizar. Educar. Formar. Fidelizar.
- ✓ Como vetores de programação para 2016 destaca-se:
 - Programação para a infância e Juventude: dirigida a crianças do pré-escolar e 1º ciclo – espetáculos cujo custo tem sido integralmente suportado pela autarquia (pré-escolar e 1º ciclo) o que resulta em entradas livres para todas as crianças; 2º ciclo – espetáculos com preço reduzido salvaguardando a entrada livre para alunos carenciados.
 - Programação para bebés e crianças até aos 3 anos: proporcionando um primeiro contacto com as artes de palco sensibilizando bebés e familiares que os acompanham para a importância nas artes na educação e formação da criança.
 - Oficinas / Workshops / Ateliers: Dirigidos a públicos definidos - podem ser a pedra de toque para a relação com as diferentes expressões artísticas; para o diálogo EU «» OUTRO.
 - (H)Á conversa com... Entendemos importante a relação e o diálogo entre os vários intervenientes no processo artístico, entre os vários agentes culturais envolvidos: atores, encenadores, cenógrafos, bailarinos, músicos, coreógrafos (...). Estas conversas poderão acontecer durante a estada dos referidos artistas em Bragança, antes ou depois do espetáculo que apresentam.
 - Formação estética e artística: Criação de cursos de curta duração no âmbito da formação artística das artes de palco.
 - Visita ao teatro: Com a colaboração da comunidade académica em geral estabeleceremos parcerias que nos permitam fazer uma visita encenada ao teatro.

- Festivais: Os festivais criam dinâmicas próprias e fluxos de públicos muito interessantes e que devemos desenvolver e apurar. Ao longo de uma década criamos e mantivemos festivais. Os mais antigos e emblemáticos foram co-organizados com o Teatro de Vila Real: FAN – festival de ano novo; Vinte e sete – festival internacional de teatro e Douro jazz – festival internacional de jazz. Com eles, estamos certos, educámos, fidelizámos e conquistámos públicos. Contudo os festivais estão a perder força e público e, depois de atempada reflexão, entendemos por bem introduzir algumas alterações que nos levam a partilhar e a manter com o Teatro de Vila Real apenas o Vinte e sete – festival internacional de teatro, passando os outros dois a tornar-se projetos autónomos e diferentes nos dois teatros.

Os novos festivais:

SOLOS e de MONÓLOGOS às quintas-feiras, em formato intimista para um público-alvo limitado, apresentando novas linguagens e tendências estéticas, novos projetos, jovens criadores e jovens intérpretes.

NOITES FRIAS. VOZES QUENTES - que têm ganho dimensão nos últimos anos e reconhecimento por parte de artistas e do público.

POETAS AO PALCO! – as vozes dos poetas chegam-nos nas mais diversas formas: diseurs, cantores, músicos, atores. É a festa da poesia no Teatro com espetáculos para o público em geral mas também com espetáculos direcionados a públicos específicos, nomeadamente público escolar.

DANÇA BRAGANÇA DANÇA – animados pelo entusiasmo que o evento gerou em 2015, os espetáculos de dança continuarão em 2016.

TEATRO ABERTO - O teatro abre-se à comunidade escolar e as escolas dos diferentes níveis de ensino serão protagonistas no nosso palco.

O PALCO NA PRAÇA – A praça norte do TMB torna-se o espaço urbano onde é agradável e todos querem estar.

BRAGANÇA JAZZ (?) JAZZ EM OUTUBRO (?) – nomes provisórios – Em 2016 arranca o ano zero do festival que quer ser uma montra do melhor jazz português, sem excluir naturalmente presenças internacionais, a que se associará o blues e outras manifestações artísticas destes ritmos.

No TMB, setembro de 2016, será um pouco a montra do que teremos ao longo de toda a temporada. Chamar-lhe-emos – ENTRADA LIVRE – e prepararemos uma programação multifacetada que despolete a curiosidade, a vontade de vir, de participar, de frequentar, de estar, de usufruir. Será o tempo de abrímos e mostrarmos o teatro organizando visitas guiadas para todos os públicos; será o tempo de boas vindas a todos os públicos: do pré-escolar à idade maior. Queremos recebê-los a todos, neste mês inaugural.

- ✓ A Biblioteca Municipal de Bragança deve continuar a constituir-se como um centro de leitura e de pesquisa privilegiado para a comunidade. Tem como objetivo primordial fornecer o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento literário da população que procura este espaço. Recebe, diariamente, dezenas de utilizadores, cada vez mais exigentes, tornando-se necessário continuar o melhoramento do acervo da biblioteca e da biblioteca infantil em material livro e não livro, desenvolvendo, paralelamente, projetos de atração dos jovens ao espaço como o Concurso Literário “Conto de Natal 2016”, a hora do conto, sempre que solicitada e no espaço da Biblioteca, os “Sábados de Encantar”, a visualização de filmes para crianças, atividades de extensão cultural, “Leituras Partilhadas”, comemoração de eventos relevantes do ponto de vista sociocultural através da exposição de material informativo, tertúlias com escritores e em ligação com os outros espaços culturais municipais.
- ✓ Adquirir um novo fundo documental para assegurar a disponibilização aos leitores das principais novidades literárias e material audiovisual para atualização do espólio existente e satisfazer a procura.



- ✓ Continuar a desenvolver as atividades previstas no protocolo assinado com o Plano Nacional de Leitura, com o objetivo de, em rede com as escolas do concelho, ser elaborado um catálogo conjunto, definido um plano de atividades entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal, promovendo o intercâmbio e a interação dos objetivos comuns, no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), e comemorar o Dia do Livro e dos Direitos de Autor e o Dia da Poesia.
- ✓ Organizar, no âmbito do projeto “Os Escritores vão à Escola”, visitas de escritores consagrados às escolas do concelho permitindo o contacto direto dos alunos com os escritores e ilustradores e a análise das obras estudadas em contexto de sala de aula de forma diferente e pessoal.

- ✓ Organizar o II Encontro da Rede de Bibliotecas de Bragança em parceria com a Rede de Bibliotecas de Bragança e a Rede de Bibliotecas Escolares.
- ✓ A Biblioteca Adriano Moreira, fruto da generosa doação do Professor Adriano Moreira ao Município de Bragança, disponibiliza para consulta e leitura, dos cidadãos em geral e, de forma muito particular, aos investigadores do Ensino Superior, um acervo diversificado.
- ✓ Dar continuidade ao ciclo de conferências intitulado “Biblioteca Adriano Moreira: Conversas sobre Valores e o Futuro”.
- ✓ Realizar vários eventos culturais, em parceria com outras entidades, nomeadamente: o Dia da Poesia; os Festivais de Tunas Femininas, Masculinas e Mistas; o Festival da Lombada; o Festival Internacional de Folclore; o Encontro de Coros Infanto-Juvenis e o Encontro Internacional de Grupos Corais Cidade Bragança, bem como os concursos de presépios e de contos de Natal.
- ✓ Organizar a II edição do Festival Literário de Bragança, incluindo visitas a escolas de autores de literatura infanto-juvenil e sessões na biblioteca municipal, reforçando a aproximação entre autores e um público ainda em formação, sessões de leitura, mesas de debate, exposição e venda de livros, entre outras atividades.
- ✓ Continuar a apoiar as atividades desenvolvidas pelas associações culturais, artísticas, recreativas, humanitárias e de solidariedade social através de protocolos de colaboração, estabelecidos no âmbito do regulamento de atribuição de apoios, como resultado das candidaturas aos apoios municipais apresentadas por aquelas entidades.
- ✓ Desenvolver a “Orquestra Fervença”, projeto de construção social e cultural que procura criar pontes entre diferentes entidades e agentes. O sucesso do trabalho desenvolvido e apresentado em 2015 é um enorme incentivo à manutenção deste projeto de orquestra formada por várias comunidades locais, musicais e outras, para apresentação de performances únicas e irrepetíveis, de envolvimento, inclusive da audiência, sob a batuta do compositor e maestro Tim Steiner em colaboração com estas comunidades da cidade.
- ✓ Dar continuidade à aposta na valorização e divulgação das festas de Inverno e da máscara ibérica, organizando mais uma edição do Carnaval dos Caretos com participação de mascarados de Portugal e Espanha e das escolas do concelho.
- ✓ Dinamizar a Festa da História dando continuidade ao processo de melhoria iniciado em 2015, dando-lhe uma maior dimensão, reforçando a participação e envolvimento da comunidade, melhorando as condições de mobilidade e logística, os conteúdos de programação, a (Re) organização e aproveitamento dos espaços e reforçando a comunicação, de forma a torná-la mais atrativa e com capacidade de gerar maiores fluxos turísticos nacionais e internacionais.
- ✓ Consolidar os projetos existentes e que aparecem já como referência do concelho e suporte da nossa identidade como as Festas de Bragança, que têm dinamizado o centro da cidade, a partir da Praça Camões, com espetáculos musicais com bandas locais, dando oportunidade aos jovens músicos do concelho de, atuando no período festivo, mostrar o trabalho desenvolvido ao longo do ano e transformando aquele espaço num ponto de encontro das noites de Verão.



7.2.10. Desporto e Juventude

Desporto, saúde e bem-estar

- ✓ Continuar a acolher eventos desportivos de nível nacional e internacional, com destaque para a Volta a Portugal em bicicleta, a mais antiga e importante prova velocipédica portuguesa, que faz parte do imaginário popular associando o fenómeno desportivo da Volta, ao calor e às festas populares do verão. Em 2015 este evento trouxe grande alegria à cidade e um importante impacto na promoção turística de Bragança e na dinamização da economia local.
- ✓ Promover, em colaboração com entidade(s) do setor, o I Trail de Bragança, tendo sido um dos projetos vencedores apresentados no âmbito do Orçamento Participativo Jovem. Trata-se de um tipo de corrida de montanha, que consiste essencialmente em correr por trilhos técnicos, preferencialmente inacessíveis de qualquer outra forma.
- ✓ Apoiar, financeira e logisticamente, os clubes e associações desportivas, em iniciativas pontuais ou tendo por base a contratualização de ações e objetivos, num espírito de exigência e de rigor na avaliação do cumprimento dos termos dos acordos, no sentido de uma maior seletividade nos apoios a conceder e na exigência da aplicação dos recursos públicos.
Promover o programa “Mexa-se em Bragança”, que decorre no pavilhão e na piscina municipal, sendo direcionado para indivíduos entre os 35 anos e os 65 anos de idade, como prevenção secundária da diabetes Mellitus Tipo 2.

- ✓ Promover as seguintes atividades orientadas na Piscina Municipal:
 - Hidroginástica e Deep Water: para todos aqueles que queiram praticar desporto e melhorar a sua condição física.
 - Adaptação ao meio aquático: Etapa que compreende o primeiro contato com a água através de atividades diversificadas.
 - Natação para bebés: O objetivo primordial da adaptação ao meio aquático, além do prazer de brincar na água traz vantagens de socialização, relaxar e tranquilizar. Contribui para o fortalecimento do triângulo familiar (Mãe-Pai-Criança).
 - Aprendizagem de técnicas: nesta etapa, o aluno aprende o padrão motor básico de cada uma das técnicas, adquirindo uma coordenação dos movimentos dos braços e pernas, associada a uma respiração controlada.
 - Aperfeiçoamento: procura-se atingir uma maior eficiência técnica, isto é, nadar maior distância ou mais rápido no menor tempo possível.
 - Escola de Natação: etapa de aperfeiçoamento das técnicas alternativas, iniciação da aprendizagem dos gestos técnicos das técnicas simultâneas e respetivas partidas, participação em provas inter-municipais.
- ✓ Semana do Desporto: No ano de 2016 pretende-se evoluir a iniciativa que nos anos anteriores esta restrita apenas à comemoração do Dia de Desporto. Assim, será oferecido um programa mais alargado e diversificado de iniciativas de natureza desportiva, com a realização de seminários e colóquios sobre esta temática e outras diversas atividades, com destaque para a realização do IV Passeio de BTT Noturno e a Maratona de Fitness com a população inscrita no Programa Desporto Sénior no Meio Rural, Programa Mexa-se e das atividades orientadas na Piscina Municipal. A atividade decorrerá na Praça Cavaleiro Ferreira. Nessa Semana será concedido o acesso gratuito a todos os equipamentos desportivos a fim de sensibilizar e incentivar a população para a prática da atividade física.
- ✓ Realizar passeios pedestres e passeios de BTT, em estreita colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesias, alargando o programa a outras localidades, que demonstrem interesse em participar.
- ✓ Organizar o Encontro de Jogos Tradicionais, no dia 01 de maio, com o apoio da Associação de Jogos Populares do Distrito de Bragança, e em colaboração com as Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho.
- ✓ Promover vários torneios de natação na Piscina Municipal, nomeadamente: Torneio Internacional de Natação Cidade de Bragança; Torneio Formação Cidade Bragança; Torregri 1 encontro de técnicas alternadas; Torneio Regional de Verão.
- ✓ Bragança Ativa: Trata-se de uma atividade de sensibilização para a prática de Atividade Física que ocorre no mês junho, no Pavilhão e na Piscina Municipais, com parte teórica e prática, dirigida à população sénior (Programa Desporto Sénior no Meio Rural, Mexa-se, Atividades Orientadas na Piscina Municipal e IPSS).
- ✓ Promover a realização do I Grande Prémio das Cantarinhas (projeto vencedor no âmbito do OP geral).
- ✓ Promover Festas temáticas na piscina municipal, que visem, para além do bem-estar físico, o convívio entre os utentes, nomeadamente em épocas festivas: Natal, Carnaval, Páscoa, Halloween e S. Valentim, encerramento das atividades, bem como a realização de provas convívio com os alunos inseridos nas atividades da escola de natação e classes orientadas da piscina municipal.

- ✓ Organizar a Maratona de Hidroginastica By Night, num sábado à noite, de forma a contemplar a atividade física a socialização e um ambiente festivo.
- ✓ Alargar o Programa “Desporto Sénior no Meio Rural” a outras Freguesias, proporcionando, gratuitamente, um plano de atividades lúdico-desportivas, devidamente programadas e orientadas, de natureza inclusiva, eclética e multilateral.
- ✓ Realizar, pelo segundo ano consecutivo, o Torneio de Futsal interfreguesias, numa perspetiva de promoção da igualdade de oportunidades entre a população residente na cidade, vila e aldeias do concelho, visando a promoção da prática da atividade desportiva e do convívio saudável e generalizado a toda a população das 39 freguesias, o desenvolvimento das competências individuais e o fomento do sentimento da união e amizade entre todos, fundamentais para a promoção da cidadania.



Juventude

- ✓ Realizar, periodicamente, reuniões do Conselho Municipal de Juventude de Bragança.
- ✓ Depois do sucesso da primeira edição, realizada em 2015, dar continuidade à iniciativa “Bragança Jovem – Festa da Juventude”, com a realização de um conjunto de atividades, nas diferentes áreas, dirigidas aos mais jovens.
- ✓ Lançar, em 2016, um concurso de ideias para a conceção de logótipo da juventude de Bragança, aberto à população do concelho de Bragança com idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos, naturais e/ou a residir, estudar ou trabalhar no concelho de Bragança.
- ✓ Conceber um website vocacionado para a Juventude, um canal de comunicação que incluirá informações dirigidas aos jovens, nomeadamente notícias, jovens em foco, agenda de eventos, roteiros, informação sobre o Conselho Municipal de Juventude, entre outros.
- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Juventude para o Concelho de Bragança, que defina a estratégia global das políticas locais de juventude, em articulação o Conselho Municipal de Juventude.
- ✓ Implementar o Orçamento Participativo Jovem.
- ✓ Promover as Férias Desportivas e Culturais (1 de julho a 14 de agosto).
- ✓ Promover intercâmbios com a Diputación de León (Espanha), através da presença de jovens de Bragança nas estâncias de SKI da Província de León (nas férias de Natal) e a participação de jovens de León nas Férias Desportivas e Culturais do Município de Bragança (nos meses de julho e agosto).
- ✓ Participar com jovens de Bragança nos Jogos do Eixo Atlântico,
- ✓ Apoiar, logística e financeiramente, as associações juvenis, no desenvolvimento dos respetivos planos de atividades.
- ✓ Apoiar a Associação Académica do IPB na realização da receção ao caloiro, semana académica, assim como outros eventos promovidos por esta ou as Associações de Estudantes dessa instituição de ensino.
- ✓ Apoiar o Quintanilha Rock, importante evento transfronteiriço na área da música, que se tem afirmado a cada edição como uma referência neste tipo de eventos.
- ✓ Promover o “Carnaval Jovem” e o “Baile de Finalistas”, em articulação com as Associações de Estudantes dos Agrupamentos de Escolas.
- ✓ Criar, no âmbito da ARU, uma bolsa para jovens criadores naturais e/ou a residir, estudar ou trabalhar no concelho de Bragança, com o objetivo de estimular as indústrias criativas, nas diversas áreas das Artes e das Letras e que pretendam instalar-se no Centro Histórico.
- ✓ Criar um Gabinete Municipal de Empreendedorismo, constituído por uma equipa multidisciplinar tendo como missão apoiar a instalação de novos projetos e atividades promovidas por jovens empresários que, para além de criarem o seu próprio emprego, contribuam também para o aumento da oferta de trabalho e de novas oportunidades de negócio no concelho de Bragança. Os objetivos gerais deste Gabinete são elevar o nível de informação e apoiar projetos para a emancipação da juventude do concelho.



- ✓ Disponibilizar terrenos para construção de habitação própria e permanente a um preço abaixo do preço de mercado. Os destinatários deste benefício seriam os jovens até 30 anos (singulares) ou jovens casais, quando a soma de idades não exceda 55 anos. Esta medida visa a atração e fixação de jovens.
- ✓ Reabilitar edifícios no Centro Histórico para alojamento de jovens estudantes (residências de estudantes) em regime de programas de mobilidade, contribuindo para a dinamização dessa zona e criação de novos negócios.

7.3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

- **INOVAÇÃO**
- **EMPREENDEDORISMO**
- **CRIAÇÃO DE RIQUEZA**
- **MARCA BRAGANÇA**
- **EMPREGO**
- **MOBILIDADE**

- ✓ Promover parcerias e intercâmbios internacionais, reforçando as geminações e estabelecendo novas relações externas, que sejam geradoras de sinergias e promotoras de desenvolvimento sustentável e de competitividade territorial.
- ✓ Implementar um portal empresarial inovador, no sentido de ajudar os investidores a encontrar a solução ideal para instalação do seu negócio.
- ✓ Transformar o Concelho num ecodestino de excelência, reconhecido a nível nacional e internacional.
- ✓ Melhorar a experiência turística no concelho, com enfoque no acolhimento, informação, interpretação e qualificação dos recursos humanos.
- ✓ Definir uma estratégia eficaz de comunicação que permita gerar o sentimento de pertença da comunidade e reforçar a notoriedade de Bragança na comunicação social nacional e internacional.
- ✓ Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social, órgão consultivo, independente, de reflexão e consulta, representativo das forças vivas do concelho que procurem congregar as diversas sensibilidades e concertar os interesses numa perspetiva de defesa do interesse público municipal. Este órgão terá como principais objetivos promover o pensamento estratégico através da reflexão sobre os problemas socioeconómicos do concelho e as estratégias para o seu desenvolvimento sustentável, e estimular e promover a participação pública individual e coletiva, apoiando o Município na definição das políticas municipais de desenvolvimento económico e social, num espírito de cidadania ativa, agregadora, participativa e responsável.
- ✓ Implementar a cooperação territorial transfronteiriça, através do AECT-ZASNET e do AECT León-Bragança, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do território.
- ✓ Colaborar com outras entidades territoriais de âmbito regional e local na execução de projetos de cooperação.
- ✓ Promover o território no exterior para a valorização das potencialidades e recursos próprios.
- ✓ Colaborar com as cidades geminadas, através da realização de intercâmbios culturais, empresariais e outros.
- ✓ Cooperar no processo de Descentralização Administrativa do Município de Aileu (Timor Leste), nos termos do acordo de cooperação assinado, no primeiro trimestre de 2013, com a Comissão Instaladora do Município de Aileu.

Agricultura, pecuária, sivilcultura, caça e pesca

- ✓ Continuar a desenvolver o processo para a realização da feira do gado, no recinto de valorização de raças autóctones, em estreita articulação com as associações do setor, criando novas oportunidades de negócio para os criadores.
- ✓ Incentivar e apoiar a realização de feiras e certames, nas freguesias rurais, para promoção e divulgação dos produtos da terra e raças autóctones, bem como dos recursos endógenos.
- ✓ Valorizar a fileira da castanha e o setor cinegético através da realização da Feira Norça, Norpesca e Norcastanha.
- ✓ Reinvidicar, junto da Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, a definição de uma nova forma forma organizativa de exploração da Zona de Caça Nacional da Lombada, permitindo rentabilizar um “diamante bruto” que se encontra por polir.
- ✓ Apoiar, logistamente, a realização de montarias no Concelho de Bragança, devido à importância que assumem na criação de fluxos turísticos e dinamização da economia local.
- ✓ Reivindicar, junto do Ministério da Agricultura e do Mar, a concretização dos seguintes projetos de melhoria da produtividade agrícola do Concelho: - Construção de barragem de Rega na Serra da Nogueira para servir as Freguesias de Rebordãos, Zoio e Nogueira. - Melhoria do sistema de rega da barragem de Castanheira, com substituição do sistema de alagamento por rega de pressão, reduzindo custos e melhorando a eficiência na utilização da água; - Construção de uma barragem de rega em Parada, para servir as freguesias contíguas, estando já o projeto feito, assim como o estudo de impacto ambiental; - Construção de uma reserva de água em Macedo do Mato, para rega do amplo olival existente nas freguesias da parte sul do Concelho de Bragança e freguesias contíguas do Concelho de Macedo de Cavaleiros.
- ✓ Promover e apoiar o Concurso Concelhio Bovino de Raça Mirandesa e o Concurso de Ovinos de Coelho, bem como o Concurso Nacional do Cão de Gado Transmontano.
- ✓ Potenciar o evento “Banca na Praça” como espaço de transação de produtos da terra e dinamização económica do tecido local e do Centro Histórico.
- ✓ Melhorar a eficiência e a qualidade do serviço prestado no Matadouro Municipal de Bragança, adotando novas técnicas e procedimentos internos.
- ✓ Potenciar a utilização e a taxa de ocupação dos módulos e lojas do Mercado Municipal de Bragança, divulgando e promovendo eventos temáticos e disponibilizando formação específica aos operadores.
- ✓ Apoiar, financeira e tecnicamente, as Freguesias e Uniões de Freguesias na construção de pontões de acesso a terrenos agrícolas, charcas, entre outras.
- ✓ Proceder, com a maquinaria municipal, ao enchimento e limpeza de caminhos agrícolas, entre outros trabalhos, que valorizem a atividade agrícola.

Iluminação pública e energia

- ✓ Dar continuidade à instalação de baterias de condensadores em vários edifícios municipais, contribuindo para a poupança energética e sustentabilidade ambiental.
- ✓ Realizar estudos com vista à certificação energética de todos os edifícios municipais.
- ✓ Instalar sistemas de microprodução de 20 kVA, em regime de autoconsumo, em vários edifícios municipais (Centros Escolares e outros).
- ✓ Elaborar contratos de manutenção para vários equipamentos / Manutenção corretiva (AVAC, CTTV, Centrais de incêndios, Up's, entre outros).
- ✓ Instalar, na Central Hidroelétrica de Montesinho, um autómato que foi descontinuado e proceder à instalação de equipamentos de comunicação via GSM, (em 2015, foi efetuada a mesma operação para a central do Prado-Novo).
- ✓ Implementar e monitorizar o Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança, que visa dar resposta aos compromissos assumidos no âmbito do Pacto dos Autarcas.
- ✓ Assegurar as tarefas associadas à gestão dos vários equipamentos municipais nomeadamente, dos semáforos, das fontes luminosas, e outros equipamentos elétricos e mecânicos sob responsabilidade do Município.

Estabelecimentos industriais

- ✓ Captar e apoiar iniciativas e projetos de investimento concelhio com elevado potencial de criação de emprego e riqueza, aumentando a competitividade territorial de Bragança.
- ✓ Estimular a cooperação empresarial e industrial, promovendo o desenvolvimento do cluster da indústria automóvel em Bragança.
- ✓ Criar as condições infraestruturais para a instalação de novas empresas ou a expansão das existentes, através da ampliação da Zona Industrial das Cantarias (em fase de análise de propostas), criando condições para evolução para uma Área de Localização Empresarial (ALE), através de um novo modelo de gestão. O projeto prevê a constituição de 46 lotes, cuja venda ocorrerá a preços simbólicos, destinados 45 deles a indústria e um posto de abastecimento de combustível, bem como a criação de infraestruturas capazes de servir diretamente o espaço urbano e as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos, abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva.
- ✓ Dar dimensão ao Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark promovendo, em rede, a inovação, a incubação e acolhimento de empresas de base tecnológica.
- ✓ Garantir a atratividade de Bragança para os investidores privados, no que concerne aos impostos municipais (isenção de derrama, isentar de todas as taxas de licenciamento as operações urbanísticas no Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark).
- ✓ Implementar o regulamento de classificação de projetos de investimento de interesse municipal.



Mobilidade Inteligente

Encontra-se, em fase de elaboração o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), que prevê os seguintes investimentos:

- ✓ Qualificar o espaço localizado a sul do Teatro Municipal, valorizando-o e criando continuidades com a Praça Cavaleiro de Ferreira e estabelecendo uma nova ligação entre diferentes cotas.
- ✓ Melhorar a articulação entre a Av. Sá Carneiro e diferentes pontos do Centro Histórico e melhorar as suas condições de circulação, conforto e de convivência.
- ✓ Definir um novo desenho e perfil para a Av. João da Cruz, melhorando as suas condições de conforto e de convivência e melhorando a articulação entre diferentes pontos do Centro Histórico e da Cidade, tendo em conta a manutenção da sua identidade e a sua importância na memória da cidade.
- ✓ Desenvolver um Plano de Mobilidade que, no Centro Histórico, contemple as necessidades dos seus diferentes utilizadores e potencie a permeabilidade deste território com as restantes áreas da cidade.
- ✓ Garantir uma lógica de visitação em todo o Centro Histórico, assegurando a existência de percursos estruturados e confortáveis, apoiados na disponibilização de informação relevante.

- ✓ Articular a rede de ciclovias de Bragança, assegurando a ligação a vários pontos estratégicos do Centro Histórico.
 - ✓ Implementar um troço de ciclovia que assegure a ligação entre o Bairro Mãe D'Água e a zona industrial das Cantarias.
 - ✓ Reforçar os postos e bicicletas de uso partilhado (bike-sharing) que garanta o acesso a bicicletas a toda a população.
 - ✓ Diminuição do ruído provocado pelo tráfego rodoviário na Rua Alexandre Herculano através da substituição do pavimento de paralelepípedos por um pavimento que provoque menores níveis de ruído.
 - ✓ Melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada no espaço público da cidade e nos acessos a edifícios, através do rebaixamento de passeios e obras de retificação da calçada.
 - ✓ Reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos coletivos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada.
 - ✓ Definir um plano de implementação de abrigos de autocarros nas principais vias rodoviárias de acesso ao núcleo urbano da cidade.
 - ✓ Contribuir para a maior mobilidade sustentável no centro urbano de Bragança, através da aquisição de um conjunto de 4 autocarros “verdes” e amigos do ambiente.
 - ✓ Eliminar os principais pontos de conflito na rede de transportes da cidade de Bragança, nomeadamente nas rotundas da subestação da EDP, da Unidade Hospitalar e da Braguinha.
 - ✓ Colocar em prática um sistema de informação e gestão, com o objetivo de prestar informação atualizada aos utentes e gerir a circulação da frota rodoviária.
 - ✓ Implementar um sistema de gestão de estacionamento uniformizado na cidade de Bragança, nos parques/lugares de estacionamento de superfície e subterrâneos.
 - ✓ Implementação de um serviço de transporte a pedido que sirva as zonas de mais baixa densidade do Concelho que não são servidas pela rede de transportes da cidade.
- Aquisição de veículos elétricos para serem usados pelas equipas de manutenção urbana do Município de Bragança, de modo reduzir a poluição atmosférica e sonora resultantes das operações regulares de manutenção.

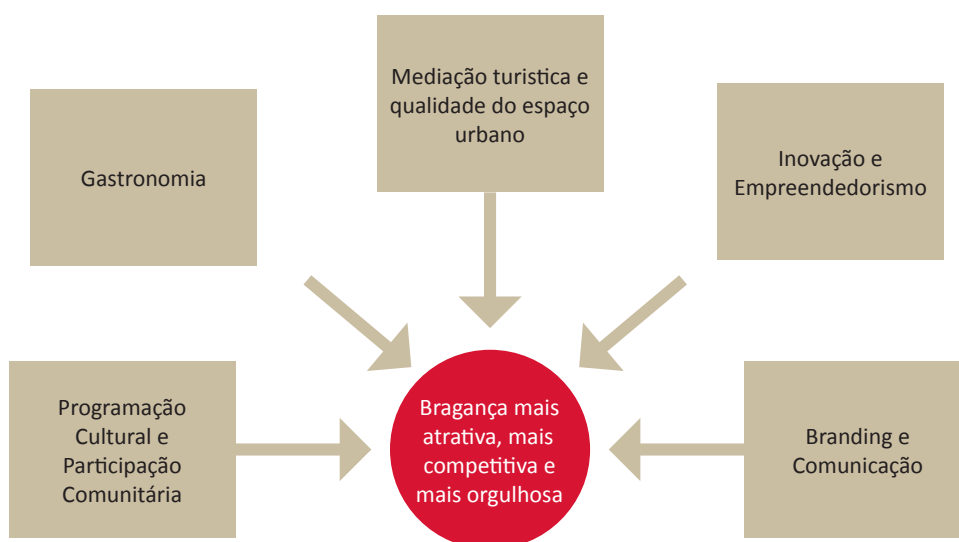
Outros investimentos:

- Criar a plataforma APP em tempo real para a cidade (mobilidade).
- Desenvolver um novo, moderno e funcional website do STUB.
- Atualizar a formação de condução aos motoristas.
- Elaborar o regulamento de utilização dos transportes escolares e atualizar os atuais regulamentos de estacionamento subterrâneo e de superfície.
- Executar pequenas obras de manutenção e melhoria no terminal rodoviário de Bragança.
- Executar obras de melhoria de passeios.
- Repavimentar o Bairro Novecentista.

- Adquirir dois novos autocarros, para modernização da frota do STUB.
- Melhorar a sinalização informativa vertical no Concelho de Bragança.
- Beneficiar e repavimentar vias municipais.
- Executar trabalhos correntes de manutenção e conservação da extensa rede viária municipal, num total de 452,57 km.
- Continuar a construção e consolidação da Circular Interior de Bragança.
- Continuar a reivindicar a concretização dos seguintes investimentos:
Troço da E-82 entre Quintanilha e Zamora.
Ligação de Bragança a Puebla de Sanábria (A-52), através de via capaz e que responda às necessidades atuais do transporte de mercadorias e passageiros, por forma a abrir portas de conexão com os principais corredores europeus de comunicações, através da integração na Rede Transeuropeia de Transportes, criando uma rede de transportes europeia verdadeiramente multimodal.
Melhoria das ligações Outeiro-Vimioso e Bragança-Vinhais.

Comércio e turismo

- ✓ Aumentar a atratividade e satisfação dos turistas através da conformação de produtos e serviços inovadores que valorizem o património material e maximizem o valor simbólico do mesmo.
- ✓ Converter a região num destino gastronómico de excelência, reconhecido a nível nacional e internacional, com base numa cozinha autêntica e em produtos e produtores regionais e em estreita ligação ao território, às paisagens, aos eventos, às pessoas, à degustação e comércio de produtos de elevada qualidade.
- ✓ Valorizar a vertente económica, social, criativa, científica e turística da gastronomia.
- ✓ Implementar o Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano do Município de Bragança, assente em 5 eixos estratégicos: Eixo 1: Programação cultural e participação comunitária (Celebrar e Participar); Eixo 2: Gastronomia (Saborear e surpreender); Eixo 3: Mediação turística e qualidade do espaço urbano (Receber e descobrir); Eixo 4: Inovação e empreendedorismo (Inovar e gerar valor); Eixo 5: Branding e comunicação (Pertencer, atrair e revelar).



- ✓ Promover os produtos locais através da realização da Semana Gastronómica da Caça, Pesca e Castanha, da Carne de Qualidade e da Semana Gastronómica do Butelo e da Casula.
- ✓ Acompanhar e apoiar as concessões dos parques de campismo municipais, contribuindo para um serviço de qualidade ao turista e utilizador das infraestruturas.
- ✓ Promover os seguintes eventos: Smart Travel, Festival do Butelo e das Casulas de Bragança, Rota do Castanheiro em Flor, Banca na Praça, Norçaça, Norpesca e Norcastanha, entre outros.
- ✓ Implementar projetos que visem a dinamização do comércio tradicional e animação do centro histórico, através do projeto “Bragança, Terra Natal e de Sonhos” e da Feira das Cantarinhas, em parceria e colaboração com a União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, ACISB, NERBA e outras entidades locais.
- ✓ Apoiar iniciativas que visem a dinamização do comércio tradicional e animação do centro histórico, promovidas por outras entidades.
- ✓ Participar ativamente na promoção turística e dos produtos endógenos de Bragança em feiras nacionais e internacionais, envolvendo empresários e produtores do concelho.
- ✓ Realizar ações de marketing turístico e territorial de Bragança junto de mercados nacionais e internacionais, envolvendo e potenciando os empresários e produtores concelhios.
- ✓ Definir um plano de comunicação que tenha em conta distintos segmentos: munícipes, transmontanos residentes no exterior, visitantes e turistas, empresas e profissionais de turismo, criadores e prescritores (profissionais, estudantes e amadores), entidades públicas, setor privado e meios de comunicação social.
- ✓ Continuar o trabalho de redefinição de materiais de informação turística, incluindo a tradução para espanhol, inglês, francês e mandarim, tornando-os mais informativos, apelativos e práticos.
- ✓ Renovar totens e mupis de informação turística.
- ✓ Abrir o Posto de Turismo Interativo, em rede com as lojas do Porto e Norte de Portugal, no Centro Histórico de Bragança.
- ✓ Proceder ao levantamento, sinalização e homologação de percursos pedestres, bem como de uma rota de BTT no concelho, que permita aos turistas e munícipes usufruir, em segurança, do património natural de Bragança.
- ✓ Reeditar a ação de (in)formação para os atores turísticos, alargando o âmbito e os atores envolvidos, potenciando a informação e o serviço de qualidade ao turista.

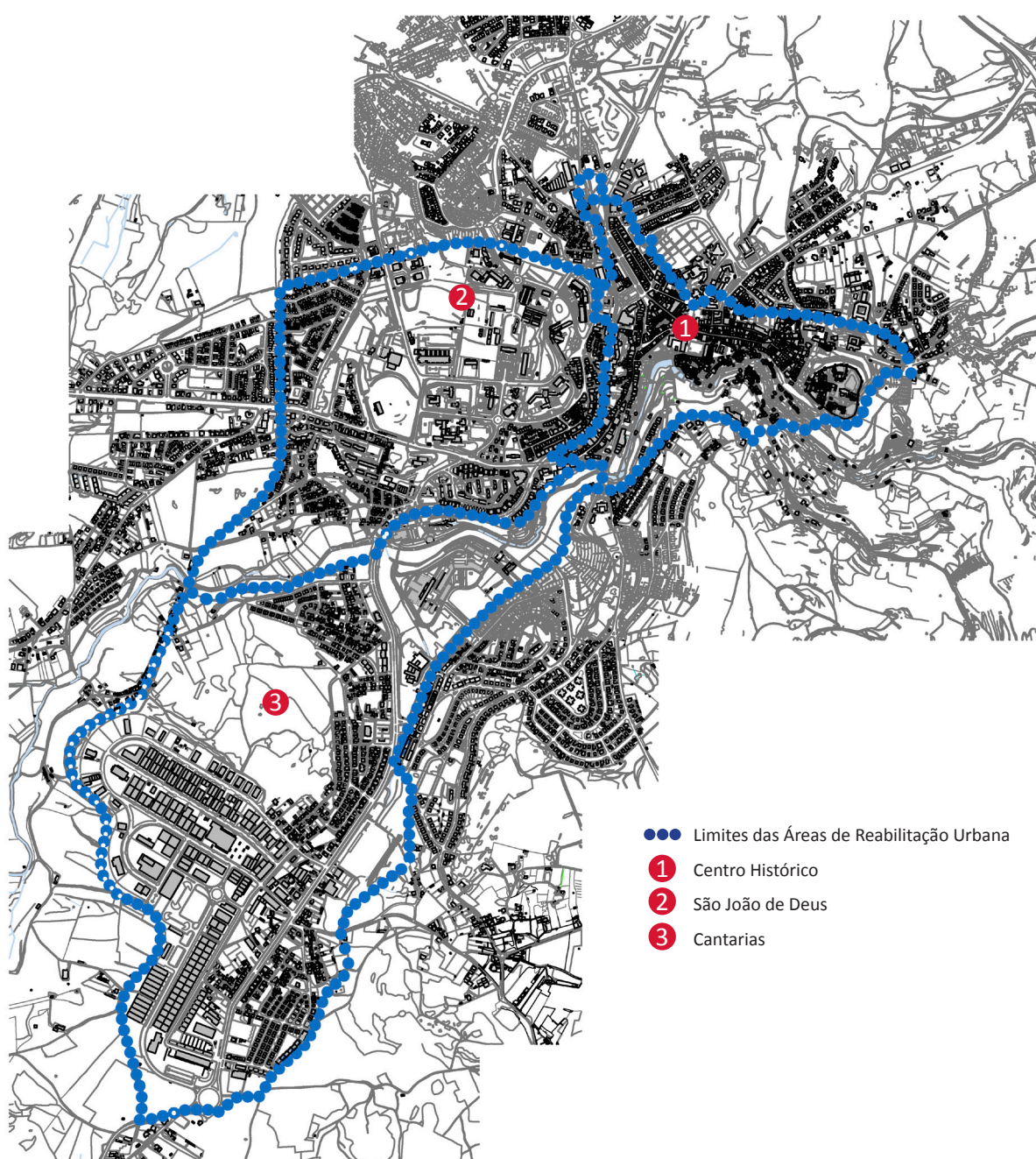


7.4. Reabilitação Urbana

- REABILITAÇÃO URBANA
- ATRATIVIDADE
- CRIATIVIDADE
- MELHOR CIDADE

A aposta na valorização urbana de Bragança foi assumida pelo Executivo Municipal como uma prioridade e um vetor estratégico da Governação para os próximos anos.

Neste âmbito, foram criadas três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU): Centro Histórico (64 ha); Cantarias (225 ha) e S. João de Deus (138,5 ha).



Para as três áreas supra encontra-se em elaboração o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) que, com base numa estratégia integrada, irá definir um conjunto articulado e coerente de iniciativas, ações e investimentos.

A constituição destas ARU's faz com que a cidade seja abrangida por um conjunto alargado de benefícios e incentivos que irão contribuir de forma concertada para estimular o envolvimento do setor privado no processo de reabilitação.

Vantagens da delimitação da Área de Reabilitação Urbana:

- ✓ IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
Isenção por um período de 5 anos, prorrogável por mais 5 anos a contar da data de conclusão da ação de reabilitação;
- ✓ IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
Isenção na 1ª transmissão do imóvel reabilitado, quando destinado exclusivamente a habitação própria e permanente;
- ✓ IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
Aplicação de taxa reduzida de 6% em empreitadas de reabilitação urbana;
- ✓ IRS - Imposto sobre o Rendimento Singular
Deduções à coleta, dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de imóveis.
- ✓ Fundos de Investimento Imobiliário (IRS E IRC)
Ficam isentos de IRC os rendimentos de qualquer natureza obtidos por fundos de investimento imobiliário que operem de acordo com a legislação nacional, desde que se constituam entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 e pelo menos 75% dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a ações de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana. Os rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento referidos, pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, quer seja por distribuição ou Benefícios Fiscais 2014 mediante operação de resgate, são sujeitos a retenção na fonte de IRS ou de IRC, à taxa de 10%, excetuando as situações referidas no EBF. O saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação de unidades de participação nos fundos de investimento referidos é tributado à taxa de 10% quando os titulares sejam sujeitos passivos de IRS residentes em território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respetivo englobamento.

Este programa terá por base um processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis (nacionais e internacionais), envolvendo os agentes locais e identificando as oportunidades de investimento na conceção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e uma carteira de projetos estruturantes.

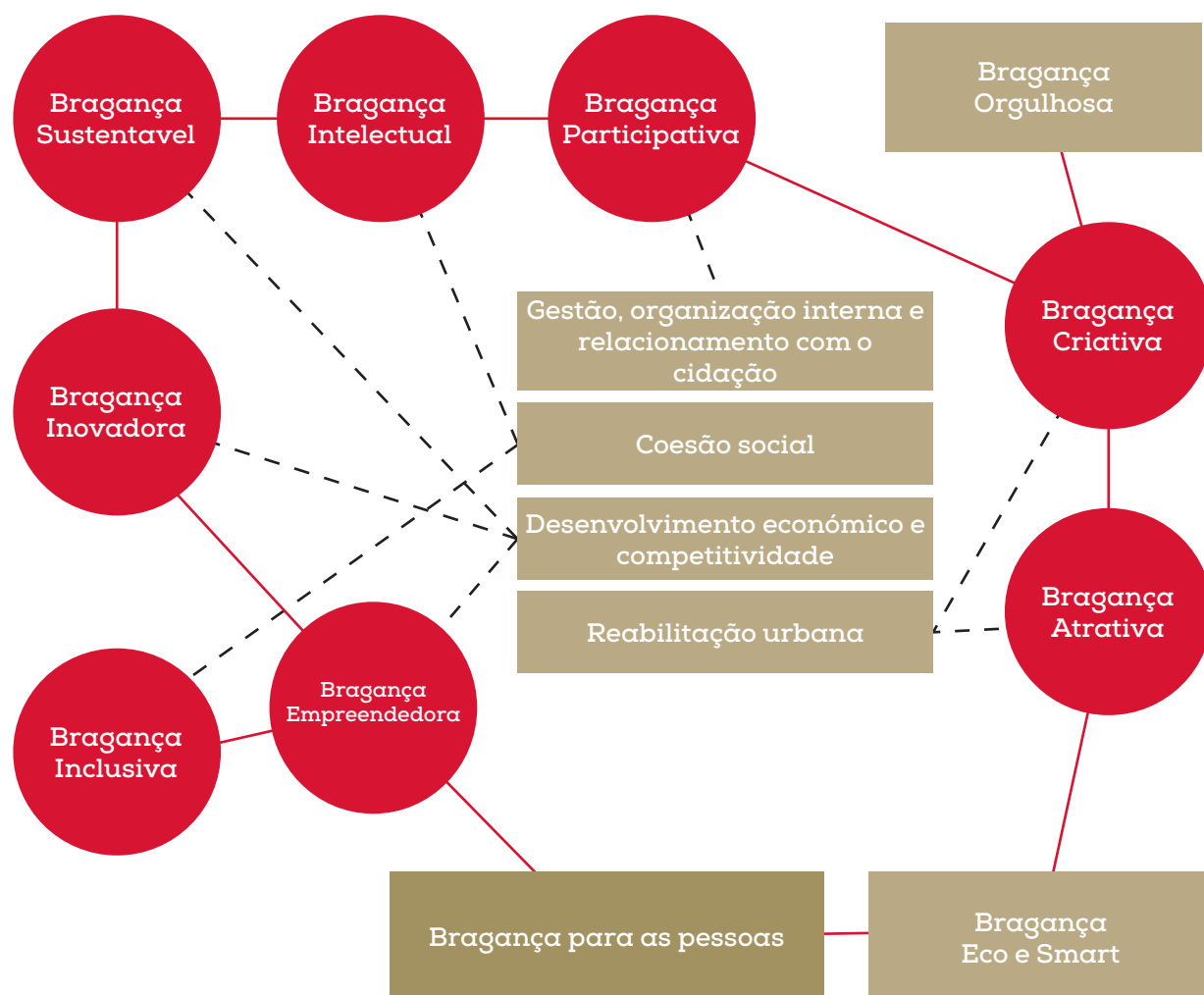
Principais medidas/projetos previstos no âmbito do PARU:

- ✓ Abrir um novo espaço à utilização da cidade, criando condições para instalar no Centro Histórico valências do IPB.
- ✓ Criar novas residências para estudantes no Centro Histórico em espaços devidamente reabilitados para o efeito.
- ✓ Criar, no Centro Histórico, uma biblioteca de matriz jurídica que concentre todo o acervo jurídico relativo às questões da interioridade.

- ✓ Reabilitar o edifício Paulo Quintela, melhorando as suas condições técnicas e de conforto, de forma a abri-lo à cidade como um verdadeiro “salão nobre” municipal e assembleia digital.
- ✓ Proceder aos arranjos exteriores do Convento de São Francisco, criando um espaço qualificado e aberto que facilite a sua utilização por moradores e visitantes.
- ✓ Bragança Welcome Center: Criar um espaço de grande visibilidade, que seja o “ponto de encontro” da Cidade de Bragança, dos seus habitantes e visitantes e assuma um papel estruturante e valorizador da experiência turística de Bragança e da região envolvente.
- ✓ Qualificar o espaço público da Praça do Castelo, garantindo melhores condições de visitação e permanência (projeto vencedor do OP Jovem).
- ✓ Criar um núcleo museológico ferroviário na estação rodoviária de Bragança.
- ✓ Criar o espaço lúdico-pedagógico destinado a crianças e amigos das famílias, de grande visibilidade, que promova a atratividade do Centro Histórico de Bragança junto dos habitantes de outras zonas da cidade e dos concelhos limitrofes.
- ✓ Dotar a cidade de Bragança de um pavilhão multifuncional, capaz de albergar eventos de promoção de dimensão e índole diversas.
- ✓ Promover a requalificação da frente ribeirinha nas proximidades do Bairro da Coxa e do Instituto Politécnico de Bragança, procurando a renaturalização e a revitalização do Rio Fervença e suas margens.
- ✓ Criar um núcleo museológico da língua portuguesa, localizado no espaço dos antigos silos da EPAC em Bragança.
- ✓ Ampliação da Zona Industrial das Cantarias e requalificação dos espaços comuns, promovendo uma maior articulação com as dinâmicas urbanas da cidade.
- ✓ Criar uma estrutura de apoio   reabilitação urbana, dedicada exclusivamente à gestão de todo o processo do PEDU e   mobilização de todos os atores envolvidos na reabilitação urbana.
- ✓ Promover, através de fundos comunitários Portugal 2020, a constituição de um Fundo Imobiliário para apoiar o processo de Reabilitação Urbana no Centro Histórico, procurando assegurar a participação da iniciativa privada (proprietários, investidores, promotores imobiliários, entre outros).
- ✓ Adotar um pacote fiscal de incentivo à fixação de jovens casais e estudantes no Centro Histórico, no sentido de repovoar esta zona com jovens casais e famílias.
- ✓ Promover um Festival de Street Art, com artistas de renome nacional e internacional, potenciando a criatividade e melhorando a atratividade da cidade.



8. Estratégia em 1 página





An aerial photograph of a historic stone castle with multiple towers and battlements. The castle is surrounded by a mix of green trees and dry, brownish-yellow fields. In the upper right, there is a modern facility with large white storage tanks and circular basins, possibly a water treatment plant. A winding road cuts through the landscape. Overlaid on the image are several yellow geometric shapes: a large 'M' shape in the center, a large 'C' shape at the bottom, and two rectangular boxes in the top left. The text 'Um território para.' is written in white across the middle of the image.

Um território para.



conquistar!

9. Orçamento

9. Orçamento

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI)¹ vem estipular novas regras no âmbito da elaboração dos orçamentos municipais. Estabelece entre outros princípios fundamentais, a sujeição do setor local aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e sucessivas alterações, reforçando deste modo a sua aplicabilidade.

Em cumprimento do disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, em sede de elaboração do orçamento devem ser previstos os recursos necessários para cobrir todas as despesas devendo, para isso, as receitas correntes serem pelo menos iguais às despesas correntes respeitando, deste modo, o princípio do Equilíbrio Orçamental. Igualmente a RFALEI, sob a epígrafe “Equilíbrio Orçamental” estabelece a obrigatoriedade da receita corrente bruta cobrada ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, pelo que, numa óptica ex-ante, o cumprimento da referida regra deverá ser de igual forma considerado no momento da elaboração do orçamento.

O quadro seguinte apresenta o orçamento municipal para o ano de 2016 decomposto pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, isto é, correntes e capital.

Quadro 1: Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2016 e cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental

Descrição	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	Capital	
Receitas	28.162.800	8.086.200	36.249.000
Despesas	23.345.700	12.903.300	36.249.000
Saldo	4.817.100	-4.817.100	

Valores em euros

Descrição	2016
A - Receitas correntes previstas	28.162.800
B - Despesas correntes previstas	23.345.700
C - Saldo corrente previsto(A-B)	4.817.100
D - Amortização média dos EMLP	1.032.968
E - Diferença (C-D)	3.784.132
Conclusão	Cumprimento da regra do equilíbrio (n.º 2, art. 40.º do RFALEI)

A previsão da amortização média de empréstimos de médio e longo prazos calculada de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo.º 40 e artigo.º 83, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende ao valor aproximado de 1.033.000,00 euros.

Face ao anteriormente referido, encontra-se evidenciado, no quadro anterior, o cumprimento dos princípios orçamentais aludidos, ou seja, as receitas correntes no montante de 28.162.800,00 euros quando confrontadas com o valor de 23.345.700,00 euros de despesas correntes originam uma poupança corrente no valor de 4.817.100,00 euros, bem como, atingindo a despesa corrente acrescida

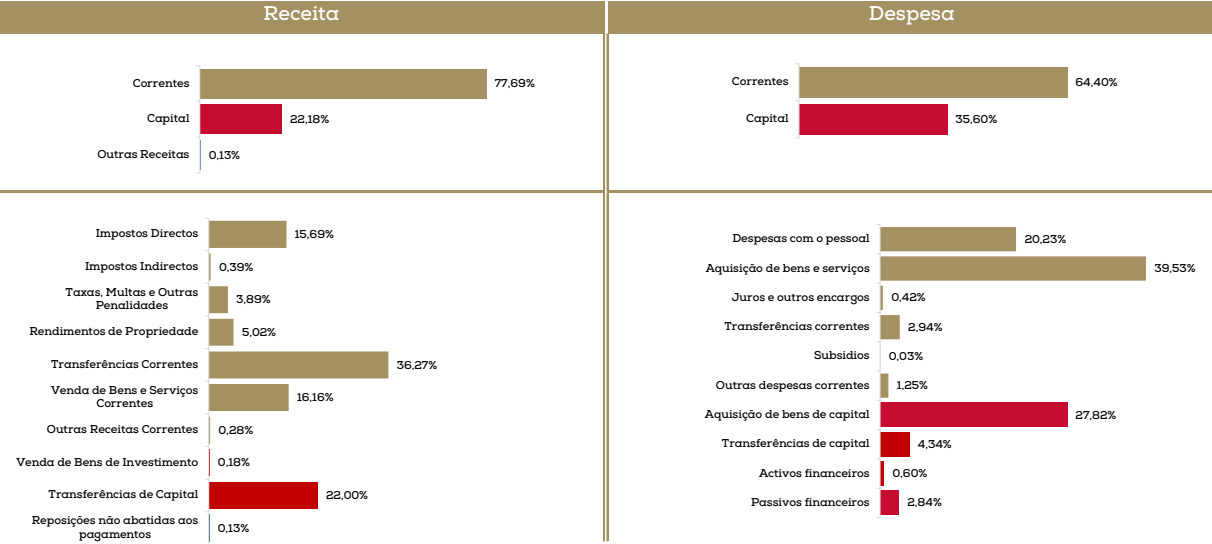
¹Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

da amortização média de empréstimos de médio e longo prazos o valor de 24.378.668,00 encontra-se igualmente demonstrada em sede previsional, o cumprimento da vulgarmente denominada “regra de ouro”.

O gráfico seguinte ilustra a decomposição do Orçamento Municipal, concluindo pela sua natureza corrente, embora com maior dependência na receita com um peso de 77,69%.

Observando a estrutura da receita municipal constata-se a influência das transferências, quer correntes quer de capital, bem como da receita fiscal. Este tipo de receitas, face à sua importância serão posteriormente analisadas com maior detalhe.

Gráfico 1: Composição do Orçamento previsto 2016



Refletindo a tendência do orçamento da receita, a composição da despesa corrente é vocacionada, em grande parte, para a aquisição de bens e serviços (i.e. 39,53%), seguida das despesas com o pessoal (i.e. 20,23%). A aquisição de bens de capital, no cômputo do orçamento global representa um contributo de 27,82%.

A respetiva composição do orçamento para o ano de 2016 encontra-se evidenciada no quadro 2, sendo efetuada igualmente a comparação com o ano de 2015. Em termos globais apresenta uma redução de 2,89%, ou seja, 1.079.800,00 euros.

Relativamente ao orçamento de receita, importa destacar a diminuição de 14,18% das receitas de capital, originada pela redução da previsão das transferências de igual natureza. Nas receitas correntes verifica-se um aumento ligeiro de (i.e. 0,79%).

Quanto ao orçamento da despesa, constatamos a diminuição da componente corrente focalizada na aquisição de bens e serviços cuja diminuição ascende a 9,93%.

Quadro 2: Mapas Comparativos dos Orçamentos previstos: 2015 vs. 2016

ORÇAMENTO DE RECEITA

Descritivo	2015	2016	Var.%
Receitas Correntes			
Impostos Diretos	5.542.200	5.687.800	2,63%
Impostos Indiretos	60.200	140.100	132,72%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.282.900	1.409.300	9,85%
Rendimentos de Propriedade	1.826.800	1.820.100	-0,37%
Transferências Correntes	13.279.800	13.146.400	-1,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.911.700	5.857.700	-0,91%
Outras Receitas Correntes	38.200	101.400	165,45%
Total (Receitas Correntes)	27.941.800	28.162.800	0,79%
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	55.600	63.900	14,93%
Transferências de Capital	9.312.600	7.975.900	-14,35%
Passivos Financeiros	200	200	0,00%
Outras Receitas de Capital	300	300	0,00%
Total (Receitas Capital)	9.368.700	8.040.300	-14,18%
Outras Receitas			
Reposições não abatidas pagamentos	18.300	45.900	150,82%
Total (Outras Receitas)	18.300	45.900	150,82%
TOTAL	37.328.800	36.249.000	-2,89%

Valores em euros

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descritivo	2015	2016	Var.%
Despesas Correntes			
Despesas com o pessoal	7.170.700	7.332.000	2,25%
Aquisição de bens e serviços	15.909.000	14.329.400	-9,93%
Juros e outros encargos	161.200	153.300	-4,90%
Transferências correntes	925.600	1.067.400	15,32%
Subsídios	21.200	11.300	-46,70%
Outras despesas correntes	475.900	452.300	-4,96%
Total (Despesas Correntes)	24.663.600	23.345.700	-5,34%
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	10.253.700	10.082.700	-1,67%
Transferências de capital	1.035.100	1.574.800	52,14%
Ativos financeiros	364.900	216.900	-40,56%
Passivos financeiros	1.011.500	1.028.900	1,72%
Total (Despesas Capital)	12.665.200	12.903.300	1,88%
TOTAL	37.328.800	36.249.000	-2,89%

Valores em euros

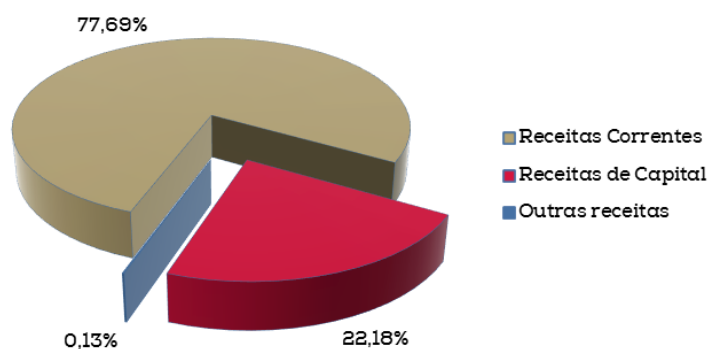
9.1. Orçamento da Receita

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3. do POCAL, reportando o mês de setembro de 2015 como o último mês de cálculo. Igualmente e atentos ao disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2015, as receitas respeitantes à venda de bens imóveis não podem ser superiores à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração. Acresce referir que as transferências da Administração Central apresentam, para 2016, o mesmo valor do orçamento de 2015, considerando que, à data de elaboração dos presentes documentos previsionais, ainda não foram publicados os valores das transferências a efetuar para os Municípios no ano de 2016. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior.

Assim sendo, a previsão para o ano de 2016 em termos de receita ascende a 36.249.000,00 euros, comportando a análise seguinte a decomposição da estrutura na sua vertente corrente e de capital, particularizando igualmente as respetivas fontes originadoras de fundos.

Importa destacar que as receitas correntes são aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia, provenientes de rendimentos no período orçamental e agrupadas em: impostos diretos e indiretos; taxas, multas e outras penalidades; rendimentos de propriedade; transferências correntes; venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes. No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos designados de: venda de bens de investimento; transferências de capital; ativos financeiros; passivos financeiros e outras receitas de capital.

Gráfico 2: Composição do Orçamento de Receita



Quadro 3: Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita

	Valor	%	Receitas de Capital	Valor	%
Impostos Diretos	5.687.800	100,0%	Venda de Bens de Investimento	63.900	100,00%
Imp.Municip. sobre Imóveis	4.518.000	79,43%	Terrenos	22.600	35,37%
Imp.Unico de Circulação	764.200	13,44%	Edifícios	40.700	63,69%
Imp.Municip.S/Tran.Onerosas Imóveis	405.200	7,12%	Outras	600	0,94%
Impostos Abolidos	200	0,00%			
Outros	200	0,00%			
Impostos Indiretos	140.100	100,00%			
Loteamentos e Obras	80.700	57,60%			
Outros	59.400	42,40%			
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.409.300	100,00%	Transferências de Capital	7.975.900	100,00%
Mercados e Feiras	137.300	9,74%	Administ. Central - Estado	1.166.000	14,62%
Loteamentos e Obras	113.000	8,02%	Estado - Part/comunitária proj.co-financiados	6.513.600	81,67%
Saneamento - Conservação	1.062.600	75,40%	Outras	296.300	3,71%
Outras	96.400	6,84%			
Rendimentos de Propriedade	1.820.100	100,00%			
Rendas - Outros	1.783.600	97,99%			
Outros	36.500	2,01%			
Transferências Correntes	13.146.400	100,00%			
Administração Central	13.145.600	99,99%			
Outras	800	0,01%			
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.857.700	100,00%	Passivos Financeiros	200	100,00%
Venda de bens - Água	1.326.600	22,65%	Empréstimos de curto, médio e longo prazos	200	100,00%
Venda de bens - Eletricidade	1.027.400	17,54%			
Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto	186.200	3,18%			
Serv. Esp.Autarquias - Resíduos sólidos	1.469.000	25,08%			
Serv. Esp.Autarquias - Transp. Coletivos	149.400	2,55%			
Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento	344.700	5,88%			
Rendas	872.500	14,89%			
Outras	481.900	8,23%			
Outras Receitas Correntes	101.400	100,00%	Outras Receitas de Capital	300	100,00%
IVA Reembolsado	83.000	81,85%	Outras Receitas de Capital	300	100,00%
Diversas	10.300	10,16%	Outras Receitas	45.900	100,00%
Outras	8.100	7,99%	Outras Receitas	45.900	100,00%
Total das Receitas Correntes	28.162.800	77,69%	Total das Receitas de Capital	8.086.200	22,31%

Observando o quadro supra, merecem destaques as seguintes considerações:

Decorrente da própria estrutura da receita municipal, do elevado grau de volume de transferências previstas e da componente da receita fiscal, é expectável que as receitas correntes representem 77,69% do Orçamento Municipal.

Assim:

- As receitas fiscais no valor de 7.237.200,00 euros, representando 19,97% do orçamento incluem os impostos (diretos e indiretos) e as taxas, multas e outras penalidades. O aumento previsível de 351.900,00 euros face ao ano de 2015 é proveniente essencialmente do aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis;
- Os Rendimentos de Propriedade, que representam 6,46% do orçamento corrente, advêm principalmente da renda de concessão paga pela EDP no âmbito da utilização da rede elétrica municipal em baixa tensão;
- As Transferências Correntes representam 46,68% do orçamento corrente e 36,27% do orçamento global. São provenientes da Administração Central, maioritariamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da Participação Variável no IRS;
- A venda de Bens e Serviços Correntes representam 20,80% do orçamento corrente. A venda de eletricidade concorre com 17,54% destas receitas, sendo a venda de bens e serviços relacionados com a recolha dos resíduos sólidos e o fornecimento de água igualmente significativas, com um peso de 25,08% e 22,65%, respetivamente. As receitas derivadas das rendas (estando nestas incluídas as de habitação, edifícios e outras) participam em 14,89%.

Ao nível **das receitas de capital, representando 22,31%** (com inclusão das outras receitas) do Orçamento Municipal convém destacar:

- A rubrica Venda de Bens de Investimento que, face às restrições impostas legalmente, apresenta um valor de 63.900,00 euros;
- Os agregados de receitas que constituem a rubrica Transferências de Capital são provenientes da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados (81,67%) e do Fundo de Equilíbrio Financeiro (14,62%). No seu cômputo, contribuem com 98,64% para o orçamento de receitas de capital;

Quadro 4: Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento

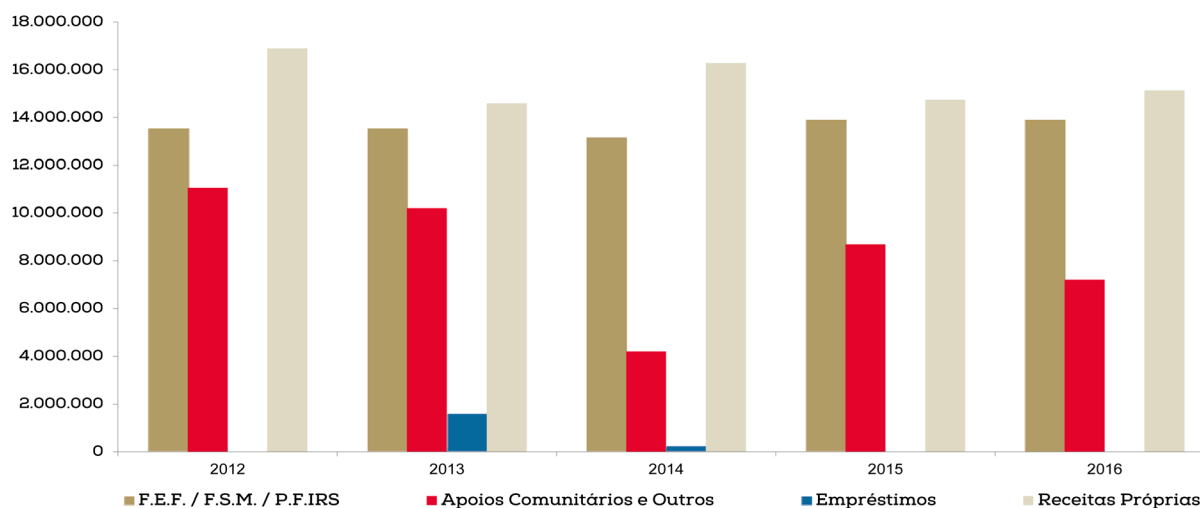
- Dotações iniciais -

Fontes de Financiamento	2015		2016		Variação em %
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS	13.911.700	37,27%	13.911.700	38,38%	0,00%
Apoios Comunitários e Outros	8.680.700	23,25%	7.210.600	19,89%	-16,94%
Empréstimos	200	0,00%	200	0,00%	0,00%
Receitas Próprias	14.736.200	39,48%	15.126.500	41,73%	2,65%
TOTAL	37.328.800	100,00%	36.249.000	100,0%	-2,89%

Valores em euros

Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital) do orçamento para 2016, concluímos que 41,73% são recursos próprios da autarquia, 38,38% são transferências da administração central e 19,89% são receitas provenientes de apoios comunitários e outros (este último diminuído em 16,94% face ao ano anterior). De salientar que as verbas mencionadas provenientes de fundos comunitários, no montante de 6.513.550,00 euros são receitas consignadas, cujo valor está afeto à cobertura de despesas específicas.

Gráfico 3: Evolução das Receitas Totais dotações iniciais por fontes de financiamento



Quadro 5: Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários para 2016

Operação	Valor
Remodelação e conservação das instalações municipais	170.000,00
Modernização da gestão, redes e serviços municipais no âmbito das TIC	119.000,00
Requalificação do auditório Paulo Quintela no âmbito da modernização administrativa	212.500,00
Rede de bicicletas de uso partilhado bragança - bike sharing	68.000,00
Atualização do plano de mobilidade	68.000,00
Mobilidade inteligente + sustentabilidade no transporte público	612.000,00
Aquisição de equipamento ligeiro e pesado para proteção civil	29.750,00
Equipamento tecnológico para as escolas	425,00
Conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe de Água e Coxa	892.500,00
Projeto e construção de habitação social	425,00
Domus Universitária-recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes	255.000,00
Recuperação de imóveis no centro histórico para alojamento social de famílias jovens	127.500,00
Recuperação de edifício para instalação do observatório da interioridade	29.750,00
Requalificação do espaço público da avenida João da cruz	85.000,00
Construção da Ciclovia - 2ª fase - ligação ao CCV	425,00
Construção da ciclovia da Mãe de Água	425,00
Construção da praça nova da Mãe de Água	425,00
Construção da circular interior - troço da Mãe de Água	425,00
Repavimentação da avenida Abade de Baçal e bairro Novecentista	425,00
Construção da circular interior - troço de ligação à avenida Abade de Baçal	425,00
Arranjo urbanístico da rua Emídio Navarro no acesso ao Paço Episcopal	425,00
Requalificação do espaço público da avenida Sá Carneiro	85.000,00
Requalificação dos acessos perpendiculares à avenida Sá Carneiro	51.000,00
Recuperação das muralhas e acessos à Cidadela	26.350,00
Arranjos exteriores do convento de S. Francisco - Ordem Terceira Franciscana	85.000,00
Praça Camões com utilização permanente	25.500,00
Requalificação do jardim António José de Almeida - centro de artesanato	25.500,00
Reforço da rede clicável na área ARU e criação de ciclovias naturais e históricas	42.500,00
Construção de ETAR's em França, Rabal, Rebordãos, S. Pedro e outras localidades	170.000,00
Requalificação paisagística das margens do rio Fervença	8.500,00
Construção do núcleo museológico ferroviário	170.000,00
Ampliação da praça sul do teatro municipal	25.500,00
Recuperação das antigas instalações da biblioteca Calouste Gulbenkian	85.000,00
Conclusão da bancada do estádio municipal e arranjos exteriores	850,00
Conservação da floresta e matas na área do município	34.000,00
Iluminação led em toda a ARU (inclui parques de estacionamento)	85.000,00
Melhoria da eficiência energética	85.000,00
Plano de racionalização dos consumos energéticos (PREN) - certificação energética dos edifícios municipais e medidas corretivas	42.500,00
Zona industrial das cantarias - fase II	1.530.000,00
Sinalização da rede viária municipal-sinalização direcional e informativa	21.250,00
Sinalização urbana	25.500,00
Aquisição de abrigos de passageiros	68.000,00
Construção de pavilhão para promoção da atividade económica regional	425,00
Adaptação de edifício a posto de turismo e espaço memória da presença sefardita	425.000,00
Programa integrado de turismo cultural e desenvolvimento urbano	510.000,00
Criação de gabinete técnico de apoio ao empreendedor (arquitetura, engenharia, economia ou gestão, ação social e animação sócio cultural)	85.000,00
Total	6.513.550,00

Valores em euros

11.2.Orçamento da Despesa

Seguindo a mesma orientação utilizada nas receitas, nomeadamente na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projetado evidenciando a relação existente entre a capacidade de financiamento que esta Autarquia dispõe e as dotações afetas a cada uma das funções, objetivos ou finalidades comuns às mesmas atividades (classificação funcional) ou a cada operação económica (classificação económica).

A realização de despesas tem como princípio fundamental e no âmbito das competências e atribuições legalmente conferidas às autarquias, a afetação de recursos ao desenvolvimento de atividades para a satisfação das necessidades da população local.

A análise particularizada das despesas incide sobre o agrupamento das mesmas, por natureza económica, classificadas em correntes e de capital. São despesas correntes as que afetam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do ativo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na contratualização de serviços ou bens de consumo correntes. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da Autarquia.

O orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 36.249.000,00 euros, é diminuído em 2,89% face ao ano precedente. Revelam para este valor, o decréscimo em 5,34% nas despesas correntes e o aumento de 1,88% nas despesas de capital.

Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

Das despesas **correntes que representam 64,40%**, são relevantes as seguintes informações:

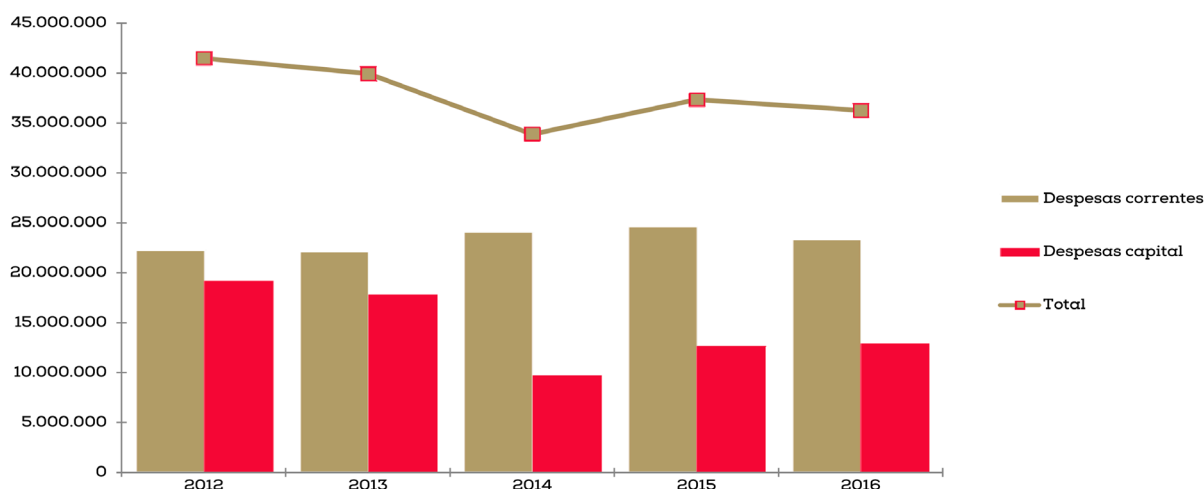
- As despesas com o pessoal, representando 31,41% do orçamento corrente, face ao valor inicialmente estimado para o ano 2015, registam um acréscimo de 2,25% (i.e. 161.300,00 euros), Tendo por base as dotações corrigidas e reportadas a 30 de setembro de 2015, que atingem o valor de 7.318.100,00 euros, este acréscimo situa-se na ordem dos 0,19%;
- A rubrica de aquisição de bens e serviços regista uma redução de 9,93%. Em termos desagregados, a aquisição de bens e a aquisição de serviços correspondem a uma diminuição de 14,30% e 9,13%, respetivamente;
- Os juros e outros encargos ascendem a 153.300,00 euros, diminuindo 4,90% face ao valor previsto no ano anterior;
- A rubrica de transferências correntes ascende a 1.067.400,00 euros, demonstrando um aumento de 141.800,00 euros, que se traduzem, 15,32%;
- Os subsídios apresentam dotações na ordem dos 11.300,00 euros;
- As outras despesas correntes, no valor de 452.300,00 euros, traduzem uma diminuição de 4,96% face ao valor previsto no ano anterior.

Ao nível das rubricas das despesas de capital que representam 35,60% do orçamento total há a salientar:

- A aquisição de bens de capital diminui 1,67% (i.e. 171,100 euros). Esta tipologia de despesas representa 27,82% do orçamento global;
- As transferências de capital demonstram um incremento de 52,14%;
- Os passivos financeiros evidenciam um aumento de 1,72% (i.e. 17.400,00 euros).

Em termos comparativos a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

Gráfico 4: Evolução da estrutura da despesa (2012 a 2016)



A previsão dos fundos da Autarquia é efetuada pelas unidades orgânicas que a integram, gerando orçamentos previsionais resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo municipal. O principal objetivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

Apresenta-se, sinteticamente, a previsão das despesas desagregadas pelas várias unidades orgânicas, bem como pela sua natureza (correntes ou de capital) indiciadoras do tipo de atividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao Departamento de Serviços e Obras Municipais absorvem 50,95% do total do Orçamento Municipal. É neste departamento que está concentrada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia, o que justifica a representatividade de cerca de 64,98%, (i.e. 8.385.000,00 euros) do total das despesas de capital.

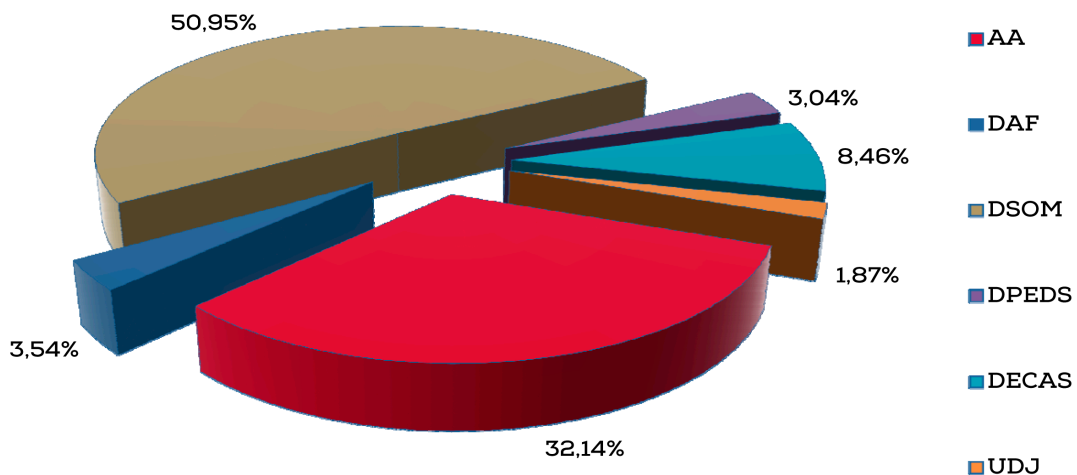
À Administração Autárquica, com um peso de 32,14% da despesa, estão associados, para além de despesas com o pessoal, os valores inerentes às operações financeiras - encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, aquisições de bens e serviços e as transferências correntes e de capital.

Quadro 6: Repartição departamental da despesa total 2016 – por tipo de despesa

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes			Total	Despesas de Capital	TOTAL
	Despesas com pessoal	Aquisição de bens e serviços	Outras Despesas			
Administração Autárquica	1.251.700	4.475.400	1.444.300	7.171.400	4.480.300	11.651.700
Assembleia Municipal	33.800	10.500	0	44.300	0	44.300
Câmara Municipal	1.217.900	4.464.900	1.291.000	6.973.800	3.234.500	10.208.300
Operações Financeiras	0	0	153.300	153.300	1.245.800	1.399.100
Departamento de Administração Geral e Financeira	1.250.700	28.000	0	1.278.700	4.500	1.283.200
Unidade de Administração Geral	741.400	19.600	0	761.000	1.500	762.500
Divisão de Administração Financeira	509.300	8.400	0	517.700	3.000	520.700
Departamento de Serviços e Obras Municipais	3.317.300	6.768.100	0	10.085.400	8.385.000	18.470.400
Divisão de Planeamento Infraestruturas e Urbanismo	921.100	131.600	0	1.052.700	6.845.000	7.897.700
Divisão de Logística e Mobilidade	1.173.200	1.463.300	0	2.636.500	841.000	3.477.500
Divisão de Ambiente, Águas e Energia	1.223.000	5.173.200	0	6.396.200	699.000	7.095.200
Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social	354.900	735.800	0	1.090.700	10.000	1.100.700
Divisão de Educação, Cultura e Ação Social	867.400	2.119.600	60.000	3.047.000	18.500	3.065.500
Unidade de Desporto e Juventude	290.000	202.500	180.000	672.500	5.000	677.500
Total	7.332.000	14.329.400	1.684.300	23.345.700	12.903.300	36.249.000

Valores em euros

Gráfico 5: Despesa global por orgânica



O quadro seguinte evidencia a previsão do esforço financeiro a despendar pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional) e que se concentram em três grandes objetivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. No ano de 2016 estas funções encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão: o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respetivamente.

A análise destes objetivos ou funções deverá ser efetuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas aos diferentes objetivos.

Nestes mapas previsionais as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível surgem os objetivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, subfunções, através das quais se pretendem atingir os objetivos gerais e o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das subfunções ou a forma de as executar. Esse terceiro nível de detalhe será abordado aquando da explicitação do PPI e do PAM.

Quadro 7: Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2016

Descrição	Dotações Iniciais - 2016		
	PPI	PAM	GOP'S
Funções Gerais	1.668.000	222.100	1.890.100
Serviços gerais de administração pública	1.632.000	100	1.632.100
Segurança e ordem públicas	36.000	222.000	258.000
Funções Sociais	5.233.800	1.337.200	6.571.000
Educação	7.000	125.500	132.500
Saúde	0	114.000	114.000
Segurança e acção sociais	0	428.500	428.500
Habitação e serviços colectivos	4.791.800	152.100	4.943.900
Serviços culturais, recreativos e religiosos	435.000	517.100	952.100
Funções Económicas	4.026.000	96.700	4.122.700
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	40.000	2.000	42.000
Indústria e energia	2.092.000	42.500	2.134.500
Transportes e comunicações	629.500	100	629.600
Comércio e Turismo	1.164.500	22.100	1.186.600
Outras Funções Económicas	100.000	30.000	130.000
Outras Funções	215.200	77.800	293.000
Transferências entre Administrações	0	77.800	77.800
Diversas não especificadas	215.200	0	215.200
TOTAL	11.143.000	1.733.800	12.876.800

Valores em euros

No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Atividades Municipal prevê transferências no valor de 1.733.800,00 euros e o Plano Plurianual de Investimentos estima um valor de 11.143.000,00 euros. Globalmente, estes dois documentos, evidenciam um esforço financeiro de 12.876.800,00 euros cujo valor é afeto em 14,68% às funções gerais, em 51,03% às funções sociais, em 32,02% às funções económicas e em 2,27% a outras funções.

10. Dívida

A análise efetuada nesta secção comporta as principais fontes geradoras de dívida do Município.

É destacada a evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida, desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital), bem como, face ao peso que têm na totalidade da dívida do Município a sua estrutura e evolução homóloga a setembro de 2014 e 2015.

Igualmente se apresentam os critérios utilizados para o cálculo dos limites para o endividamento municipal estabelecidos pelo novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013) e o seu posicionamento provisório a setembro de 2015.

Seguindo o referido enquadramento, o quadro seguinte evidencia a evolução do serviço da dívida.

Quadro 8: Previsão do serviço da dívida

		Previsões	
		2015	2016
(1)	Amortizações	1.011.400	1.028.800
(2)	Juros	142.700	122.600
(3)=(1+2)	Serviço da dívida	1.154.100	1.151.400

Valores em euros

Comparativamente aos valores inicialmente orçamentados em 2015 prevê-se, para o ano de 2016, um decréscimo destes encargos no valor de 2.700,00 euros.

Acresce-nos salientar, que o ano de 2016 serão totalmente satisfeitos os encargos financeiros com o Novo Banco S.A. e o BPI.

A projeção estimada da dívida e encargos decorrentes de empréstimos bancários, atualmente contratados, apresentam os seguintes valores:

Quadro 9: Projeção estimada da dívida e encargos para 2015 e 2016

Descrição		Ano de 2015			Ano de 2016			Var. 2015/2016
		Dívida (01.01.2015)	Amortizações	Dívida (31.12.2015)	Dívida (01.01.2016)	Amortizações	Dívida (31.12.2016)	
Empréstimos contraídos até 31.12.2014	MLP	6.314.554	1.023.133	5.291.420	5.291.420	1.028.759	4.262.661	-19,44%
Empréstimos contratados durante o ano de 2015	MLP	0	0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL		6.314.554	1.023.133	5.291.420	5.291.420	1.028.759	4.262.661	-19,44%

Valores em euros

Face à previsão de amortizações a efetuar durante o ano de 2016 no valor de 1.028.759,10 euros, concretiza-se uma diminuição da dívida global em 19,44% face ao valor da dívida registada em 01.01.2016. Importa destacar, embora sem expressão na dívida face à sua liquidação ainda no corrente ano, o empréstimo decorrente da internalização da empresa Terra Fria Carnes – Unipessoal, Lda. no valor de 204.177,89 euros,

Considerando o peso que têm na totalidade da dívida, importa particularizar as seguintes componentes:

Quadro 10: Comparativo da dívida nos anos de 2014 e 2015

	Dívida		Variação	
	30.09.2014	30.09.2015	Valor	%
Empréstimos a médio e longo prazos	5.908.969,51	5.499.536,00	-409.433,51	-6,93%
Fornecedores imobilizado	1.441.816,90	1.137.161,18	-304.655,72	-21,13%
Fornecedores imobilizado c/c	585.675,00	126.127,30	-459.547,70	-78,46%
Fornecedores imobilizado com cauções	856.141,90	1.011.033,88	154.891,98	18,09%
Fornecedores conta-corrente	2.632.185,92	755.035,13	-1.877.150,79	-71,32%
Fornecedores c/c	987.341,52	731.555,26	-255.786,26	-25,91%
Fornecedores c/c com cauções	16.286,16	23.479,87	7.193,71	44,17%
Fornecedores - fat. Recep/conferência	1.628.558,24	0,00	-1.628.558,24	-100,00%
Total com Fornecedores com cauções	9.982.972,33	7.391.732,31	-2.591.240,02	-25,96%
Total sem Fornecedores com cauções	9.110.544,27	6.357.218,56	-2.753.325,71	-30,22%

Valores em euros

O quadro anterior evidencia uma redução significativa da dívida, i.e 25,96%. Se excluirmos a componente consignada, importâncias retidas de e para terceiros que se encontram depositadas em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização em qualquer momento, esta redução é de 30,22%

Se analisarmos a variação da dívida em termos homólogos, excepcionando a consignada cuja redução se encontra condicionada ao cumprimento de formalismos legais, todas as suas componentes apresentam uma redução significativa, expressando na sua globalidade uma redução de 2.591.240,02 euros. A dívida bancária continua a ser a principal componente, equivalente a cerca de 75%.

No que diz respeito ao valor da dívida registada com fornecedores conta-corrente, no valor de 731.555,26 euros, importa esclarecer que 49,47% concerne à faturação emitida pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (Fornecimento de água SAA Azibo - PE Izeda e Saneamento - recolha e tratamento de efluentes ETAR Bragança/Izeda) que, em nosso entender, é indevida e que abusivamente nos tem sido debitada. Sobre esta matéria foram já apresentados, pelo Município, processos de impugnação judicial junto das entidades competentes.

Limites de endividamento municipal para 2015

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, não fixa limites de endividamento, estabelecendo, no seu artigo 52.º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos a 31 de dezembro de cada ano, não podendo ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Com a aprovação deste novo regime financeiro local introduziram-se diversas alterações, no que diz respeito ao conceito e fórmulas de cálculo da dívida total dos municípios e das entidades incluídas no sector da administração local. O regime de crédito e de endividamento municipal encontram-se definidos nos artigos 49.º a 54.º do referido normativo legal. O artigo 52.º refere o conceito de dívida total de operações orçamentais dado pelo conjunto dos passivos a 31 de dezembro de cada ano, incluindo a dívida das entidades previstas no artigo 54.º, como valor revelante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido.

Assim, resulta do referido normativo legal o seguinte limite para o ano de 2015:

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida	Limite dívida total 2014
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3	(1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)
22.151.021	26.298.595	27.334.433	75.784.049	25.261.350	37.892.025

Valores em euros

A tutela, através da Direção Geral das Autarquias Locais, vem aclarar o conceito de dívida global de operações orçamentais considerando que a mesma corresponde ao total das dívidas a terceiros que constam do balanço do município no período “n” (dívidas a terceiros de médio e longo prazos + dívidas a terceiros de curto prazo), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

Seguidamente e utilizando para o efeito a informação extraída do SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais demonstra-se o limite da dívida total para o ano de 2015 e o seu posicionamento em 30 de setembro de 2015.

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros (com exclusão do FAM)	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
37.892.024,00	01-01-2015						
	10.507.428,00	382.618,00	10.890.046,00	8.175.354,00		29.716.670,00	5.943.334,00
	30-09-2015						
	9.350.446,00	459,00	9.350.905,00	6.561.230,00		31.330.794,00	6.266.158,80
Variação da Dívida %							19,74%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar 7.557.458,00							7.557.458,00

Valores em euros

De referir que, no cumprimento dos vários normativos legais, a dívida total do município inclui a dívida das empresas municipais, entidades participadas e outras, para as quais o Município de Bragança dispunha de informação nas datas limites de reporte de informação à DGAL.

Perante a análise do quadro anterior concluímos que, conforme decorre da aplicação da lei, o limite fixado para a dívida total no ano de 2015 perfaz o valor de 37.892.024,50 euros. Este limite foi cumprido, alcançando uma margem de 29.716.670 euros (cfr. dívida a 01/01/2015). Esta observância, como já foi referido, permitiu ao município aumentar para o ano de 2015, a sua margem da dívida total em 20%, ou seja, mais 5.943.334 euros, perfazendo o novo limite o valor de 14.118.688 euros (i.e. 8.175.354 euros acrescidos de 5.943.334 euros).

Considerando o valor da dívida total que, a 30 de setembro de 2015 totalizava 6.561.230 euros, a margem disponível por utilizar perfaz o valor de 7.557.458 euros.

Assim, pela análise do quadro supra, conclui-se que o município cumpre em 2015, tal como no ano anterior, os limites estabelecidos por lei, bem como, ainda reduziu substancialmente a sua dívida.





11. Recursos Humanos

11. Recursos Humanos

O Mapa de Pessoal do Município de Bragança elaborado no âmbito do artigo 29.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, contempla para o ano de 2016 as seguintes modalidades de vínculo de emprego público.

MODALIDADES DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO:

- **327** Postos de trabalho previstos e ocupados com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;
- **10** Postos de trabalho previstos e ocupados em Comissão de Serviço;
- **9** Postos de trabalho previstos e não ocupados a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado, em Comissão de Serviço na entidade;
- **1** Posto de trabalho previsto e não ocupado em Comissão de Serviço noutra entidade;
- **2** Postos de trabalho em regime de Requisição;
- **2** Postos de trabalho em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional);
- **21** Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;

TOTAL DE TRABALHADORES: 339

Da análise ao Mapa de Pessoal para o ano de 2016, resulta que ao nível das diferentes modalidades de vínculo de emprego público prevê-se 372 trabalhadores (comparativamente o Mapa de Pessoal para o ano de 2015 contemplava 384 trabalhadores, incluindo a alteração ao Mapa de Pessoal aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho), a diminuição de 3,5% traduz as saídas de trabalhadores que ocorreram durante o ano de 2015, quer pelo mecanismo da aposentação voluntária, quer pela aposentação por doença, falecimento e ainda pela adesão ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo no âmbito da Administração Local.

De salientar que o Município de Bragança, no início do mês de agosto já tinha registado uma redução de 2% de trabalhadores, não pela imposição da LOE 2015, cujo objetivo para 2015 e para municípios em equilíbrio financeiro, fica condicionado à verificação dos requisitos previstos no n.º 4 do artigo 62.º da LOE 2015, por forma a ser encontrado o limite para o aumento das despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares.

Outro dado que releva é o predomínio do vínculo de emprego público por tempo indeterminado (327 postos de trabalho previstos e ocupados), não existindo, na presente data, modalidades de vínculo de emprego público com um cariz de maior precariedade, nomeadamente a termo resolutivo.

Por último, é ainda relevante mencionar que durante o ano de 2015, decorrem os períodos experimentais dos trabalhadores recrutados no ano de 2014, para o Mercado Municipal e para o Matadouro Municipal, no âmbito dos processos de dissolução, liquidação e internalização das empresas municipais, MMB- Mercado Municipal de Bragança, E.M., e Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda, e internalização das atividades das empresas municipais nos serviços do Município de Bragança.

Decorreram e foram concluídos também com sucesso, ainda durante o ano de 2015, os períodos experimentais dos seguintes trabalhadores recrutados na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado: 1 Técnico Superior, na área de Comunicação Social, 1 Técnico Superior, na área de Contabilidade e Administração, 1 Técnico Superior, na área de Biblioteca e Documentação, 1 Assistente Operacional – Operador de Máquinas e Veículos Especiais, 1 Assistente Operacional – Coveiro e ainda de 1 Assistente Operacional – abate de animais.

Reorganização dos Serviços Municipais

Mantém-se em vigor a nova moldura organizacional do Município desde 1 de janeiro de 2013, aprovada de acordo com o consagrado no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 49/2013, de 29 de agosto, que consiste no modelo de uma Estrutura Hierarquizada constituída por uma Estrutura Nuclear, composta por 10 dirigentes, distribuídos da seguinte forma:

- 2 Unidades orgânicas nucleares, designadamente:
 - Departamento de Administração Geral e Financeira;
 - Departamento de Serviços e Obras Municipais.
- 8 Unidades Orgânicas flexíveis providas (6 Divisões Municipais e 2 Unidades Orgânicas de 3.º grau) e ainda 1 Subunidade Orgânica (Tesouraria).

Considerando que, no mês de abril de 2015, se verificou a vacatura do cargo de direção intermédia de 2.º grau do titular que liderou a Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo, em sessão ordinária da Assembleia Municipal de setembro, foi aprovado o júri para o concurso de recrutamento do dirigente, estando presentemente o cargo ocupado, em regime de substituição, pelo prazo legalmente previsto.

Orçamentação e gestão de despesas com pessoal

Conforme ponto 3.3 do POCAL, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 05 de abril, as importâncias previstas para despesas com pessoal devem considerar apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço, tendo em conta o índice salarial que o funcionário atinge no ano a que o orçamento respeita, por efeitos da progressão de escalão na mesma categoria, e aquele pessoal com contratos a termo certo ou cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento. De acordo com os artigos 28.º e 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e em face da missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, elementos que devem acompanhar a proposta de orçamento.

Também nos termos do disposto no artigo 29.º do referido diploma legal, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Assim, importa sublinhar que o planeamento do mapa de pessoal para 2016, enumera as necessidades de postos de trabalho devidamente identificadas, e o orçamento do Município prevê as verbas destinadas a suportar as despesas com pessoal, não só os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço, mas também os encargos com o recrutamento de novos trabalhadores, necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado.

Nesta conformidade qualquer recrutamento a efetuar no ano de 2016, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das atividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, constantes no respetivo Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

As alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções (quer pela regra geral ou pela opção gestionária) e ainda a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço, ficam condicionadas ao previsto na Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016.

Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2015, estabelece no artigo 62.º o regime para a gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio, em que não podem aumentar as despesas com o pessoal.

Tendo por base o reporte da informação das despesas com o pessoal à DGAL através do SIIAL, foram efetuados os cálculos e verifica-se que, o Município de Bragança pode, em 2016, aumentar as suas despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares, em montante correspondente a 20% da margem disponível, ou seja, pode aumentar até 401 542€, sendo que, a previsão calculada para aumento das despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares, contando com os novos recrutamentos, após 1.ª alteração do Mapa de Pessoal, ascende a 199 150€, dentro do limite legalmente estabelecido.

Aquela margem disponível, para aumento das despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares, permitiu a aprovação de recrutamento de trabalhadores para postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, necessários para a execução das atividades permanentes dos serviços, para as seguintes carreiras/categorias:

- 1 Assistente Operacional – abate de animais;
- 1 Assistente Operacional – Auxiliar dos Serviços Gerais, para a Unidade de Desporto e Juventude;
- 1 Assistente Técnico, para o Gabinete de atendimento Integrado ao Município, da Unidade de Administração Geral;
- 1 Assistente Técnico, para os Serviços de Mobilidade, Compras e Armazém, da Divisão de Logística e Mobilidade do Departamento de Serviços e Obras Municipais;
- 1 Assistente Técnico, para o Serviço de Turismo, da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social;
- 1 Técnico Superior na área de atividade – Gestão Autárquica, para a Divisão de Administração Financeira do Departamento de Administração Geral e Financeira;
- 1 Técnico Superior na área de atividade – Psicologia, para o Serviço de Educação e Ação Social, da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- 1 Assistente Técnico, para o Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- 2 Assistentes Operacionais – Auxiliar dos Serviços Gerais, para o Serviço de Parque de Máquinas e Oficinas, da Divisão de Logística e Mobilidade do Departamento de Serviços e Obras Municipais;
- 1 Assistente Operacional – Auxiliar dos Serviços Gerais, para o Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- 1 Assistente Operacional – Auxiliar dos Serviços Gerais, para o Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal), da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social;

De salientar que a abertura dos referidos procedimentos concursais, devidamente previstos no Mapa de Pessoal do corrente ano, são imprescindíveis para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ainda para fazer face à prossecução das atribuições cometidas ao município, não obstante o grande esforço no sentido de racionalizar e otimizar ao máximo os recursos humanos disponíveis, conforme evidenciado nas respetivas propostas submetidas para autorização dos órgãos competentes.

Por força das regras do Orçamento do Estado para 2015, mantém-se vedada a abertura de procedimentos concursais, para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, no entanto, prevê a possibilidade de nomeação de trabalhadores, que preencham os requisitos legais, em mobilidade interna intercategorias, pelo prazo máximo de dezoito meses.

Neste sentido, entendeu-se oportuno formalizar situações concretas de trabalhadores, assistentes operacionais, que vêm exercendo em substituição, as funções inerentes à categoria de encarregado operacional, entretanto aposentado, mas ao qual está vedado o acesso à categoria mediante procedimento concursal, face às sucessivas inibições legais em vigor, desde janeiro de 2011.

As situações de mobilidade interna na modalidade de mobilidade intercategorias, são as seguintes:

- 1 posto de trabalho na categoria de Encarregado Operacional, da Divisão de Ambiente, Águas e Energia.
- 1 posto de trabalho na categoria de Encarregado Operacional, na Divisão de Logística e Mobilidade.

QUADRO 11. Cessação de vínculo de emprego público

Carreira	Categoria	Situação	Verificadas
Assistente Operacional	Agente Único	Aposentação por limite de idade	1
Assistente Operacional	Cantoneiro de Limpeza	falecimento	1
Assistente Operacional	Motorista de Pesados	Aposentação por limite de idade	1
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	Aposentação	1
Assistente Operacional	Motorista de Pesados	Aposentação	1
Assistente Operacional	Pintor C. Civil	Aposentação	1
Assistente Operacional	Serralheiro	Programa de Rescisões por Mútuo Acordo no âmbito da Administração Local	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Programa de Rescisões por Mútuo Acordo no âmbito da Administração Local	1
Assistente Operacional	Agente Único	Aposentação	1
TOTAL			9

Os dados do quadro 11 assinalam que no ano de 2015 ocorreu a desvinculação definitiva de 9 trabalhadores, nas carreiras/categorias de Assistente Técnico e Assistente Operacional.

Recrutamento excecional de trabalhadores

O Mapa de Pessoal para o ano de 2015 contemplou a criação de 12 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nomeadamente 4 Técnicos Superiores – 1 na Área de Administração Pública, 1 na área de Animação e Produção Artística, 1 na área de Psicologia e 1 na área de Museologia, 6 Assistentes Técnicos e 2 Assistentes Operacionais – 1 na área de Operador de Máquinas e Veículos Especiais e 1 na área de Eletricista.

Alguns procedimentos concursais já se encontram a decorrer, conforme evidenciado no quadro seguinte:

QUADRO 12. Procedimentos concursais a decorrer

Carreira	Categoria	Área de Formação Académica ou Profissional	Modalidades	Postos de trabalho
Assistente Operacional	Auxiliar dos Serviços Gerais	Auxiliar dos Serviços Gerais (UDJ)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	12.º ano (UAG)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	12.º ano (DLM)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	12.º ano (DPEDS)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	12.º ano (DECAS)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Operacional	Auxiliar dos Serviços Gerais	Auxiliar dos Serviços Gerais (DLM)	Por Tempo indeterminado	2
Assistente Operacional	Auxiliar dos Serviços Gerais	Auxiliar dos Serviços Gerais (DPEDS)	Por Tempo indeterminado	1
Assistente Operacional	Auxiliar dos Serviços Gerais	Auxiliar dos Serviços Gerais (DECAS)	Por Tempo indeterminado	1
Cargo de direção intermédia de 2.º grau	Chefe da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo	Licenciatura em engenharia civil e ou em arquitetura (DPIU)	Comissão de Serviço	1
TOTAL				10

Os indicadores do quadro 12 traduzem que a ocupação dos postos de trabalho faz-se com a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Aposentação

A publicação do Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, introduziu algumas alterações no âmbito do regime jurídico das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, designadamente na fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade através da alteração do ano de referência inicial da esperança média de vida aos 65 anos, do ano de 2006 para o ano 2000, adequando, em conformidade, a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2014, passando-a dos 65 para os 66 anos.

Neste sentido e a partir de 1 de janeiro de 2014, a idade da reforma dos trabalhadores da Administração Pública passou para os 66 anos, facto este que originou previamente e durante o ano de 2014, pedidos às aposentações antecipadas.

QUADRO 13. Trabalhadores com pedidos de aposentação voluntária/antecipada

Carreira	Categoria	Aguardar
Assistente Operacional	Condutor de Máq. e Veículos Especiais	1
Assistente Operacional	Tratorista	1
TOTAL		2

Os dados do quadro 13 refletem que se encontram a aguardar dois processos, por aposentação voluntária/antecipada, nas carreiras de Assistente Operacional.

A aposentação pode ainda ocorrer por incapacidade absoluta e permanente para qualquer profissão ou trabalho.

QUADRO 14. Trabalhadores com pedidos de aposentação por incapacidade

Carreira	Categoria	Aguardar
Assistente Operacional	Auxiliar dos Serviços Gerais	1
Assistente Operacional	Eletricista	1
	TOTAL	2

Os dados do quadro 14 traduzem que se encontram a aguardar 2 processos, de aposentação por incapacidade, na carreira de Assistente Operacional.

Da análise em conjunto dos Quadros 13 e 14 resulta que se encontram a aguardar 2 processos por aposentação voluntária/antecipada e dois processos por aposentação por incapacidade, num total quatro processos de aposentação, o que significa uma previsão da redução do número de trabalhadores em 1% para o ano de 2016.

Não se regista qualquer processo de aposentação obrigatória por limite de idade.

Medidas remuneratórias relativas aos trabalhadores

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratória temporárias e as condições da sua reversão, a redução de vencimentos passou para remunerações superiores a 1.500 euros, a partir de 13 de setembro de 2014 e a redução remuneratória referida é revertida em 20% a partir de 1 de janeiro de 2015; mantém-se a suspensão das valorizações remuneratórias (alterações de posicionamento remuneratório e progressões) exceto nas situações de mobilidade interna na modalidade de mobilidade intercarreiras ou categorias; o subsídio de Natal continuou a ser pago, por duodécimos e a atribuição do subsídio de férias, passou a ser pago na totalidade.

Em 2015 mantém-se os encargos mensais com a CGA, I.P., em 23,75% de contribuições por conta da entidade, os quais passaram de 20% para 23,75%, com a Lei do Orçamento de Estado para 2014, o que continuou a representar, para o Município de Bragança, um esforço adicional, no orçamento de 2015. O valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), a remuneração base dos beneficiários titulares ficou sujeita ao desconto de 3,50%, passando de 2,50% para 3,50%, com a publicação da Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, e assim se mantém durante o ano de 2015.

Trabalho Extraordinário

O artigo 45.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2015, estabelece como medida de estabilidade orçamental, todos os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário ou suplementar prestado em dia normal de trabalho, cujo período normal de trabalho, legal e ou convencional, não exceda sete horas por dia nem 35 horas por semana, nos seguintes termos:

- a) 12,5% da remuneração na 1.ª hora;
- b) 18,75% da remuneração nas horas ou frações subsequentes.

O trabalho extraordinário ou suplementar prestado, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado, confere o direito a um acréscimo de 25 % da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.

No entanto, o artigo 162.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), estabelece para o trabalho suplementar, o seguinte regime: a prestação de trabalho suplementar em dia normal de trabalho confere ao trabalhador o direito aos seguintes acréscimos:

- a) 25% da remuneração, na primeira hora ou fração desta;
- b) 37,5% da remuneração, nas horas ou frações subsequentes.

O trabalho suplementar prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado, confere ao trabalhador o direito a um acréscimo de 50 % da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.

Considerando que, por despacho de 30 de dezembro de 2014, a partir do dia 02 de janeiro de 2015, foi reposto a todos os trabalhadores do Município de Bragança, o período normal de trabalho de 8 horas diárias e 40 horas por semana, em cumprimento da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assim e face aos normativos legais identificados, os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário ou suplementar, são os previstos no artigo 162.º do anexo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

No ano de 2014 foi renovada por mais 2 anos a contratualização dos serviços Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, tendo por objetivo a tomada das medidas necessárias à prevenção de riscos profissionais e na promoção da saúde, higiene e segurança dos trabalhadores do Município de Bragança.

12. Colaboração com as Freguesias

O paradigma da territorialidade defende que o objetivo do desenvolvimento é a satisfação das necessidades básicas (materiais e imateriais) de toda a população de uma unidade territorial, dispondo, de forma integral e integrada, dos recursos endógenos naturais, humanos e instituições.

Neste contexto, as Freguesias/União de Freguesias pela proximidade e conhecimento que têm dos recursos locais, dos problemas e anseios da população são os principais agentes de desenvolvimento local, e o seu papel é fundamental no quadro do paradigma da territorialidade, na medida em que a pequena escala – a dimensão local – é a privilegiada para desenvolver estratégias de desenvolvimento.

QUADRO 15. Previsões de transferência de capital

Freguesia/União de Freguesias	Valor (€)
ALFAIÃO	8.300,00
BABE	12.000,00
BAÇAL	14.500,00
CARRAGOSA	10.600,00
CASTRO DE AVELÃS	8.800,00
COELHO	18.300,00
DONAI	9.000,00
ESPINHOSELA	13.500,00
FRANÇA	17.500,00
GIMONDE	5.000,00
GONDESENDE	7.200,00
GOSTEI	11.300,00
GRIJÓ DE PARADA	14.100,00
MACEDO DO MATO	12.800,00
MÓS	10.000,00
NOGUEIRA	14.100,00
OUTEIRO	17.900,00
PARÂMIO	10.400,00
PINELA	10.600,00
QUINTANILHA	12.900,00
QUINTELA DE LAMPAÇAS	11.900,00
RABAL	10.900,00
REBORDÃOS	16.800,00
SALSAS	16.200,00
SAMIL	6.000,00
SANTA COMBA ROSSAS	12.900,00
S. PEDRO DOS SARRACENOS	13.900,00
SENDAS	8.500,00
SERAPICOS	13.500,00
SORTES	10.600,00
ZOIO	9.800,00
AVELEDA E RIO DE ONOR	25.800,00
CASTRELOS E CARRAZEDO	17.000,00
IZEDA, CALVELHE E PARADINHA NOVA	63.600,00
PARADA E FAÍLDE	32.200,00
REBORDAÍNHOS E POMBARES	12.400,00
RIO FRIO E MILHÃO	21.700,00
S. JULIÃO PALÁCIOS E DEILÃO	27.500,00
SÉ, SANTA MARIA E MEIXEDO	100.500,00
TOTAL	670.500,00

O Município de Bragança continuará a apoiar técnica e financeiramente estas entidades, de forma significativa, por considerar que estas são um parceiro estratégico para a promoção da coesão territorial, social e ambiental, contribuindo para o bem-estar dos cidadãos.

As transferências previstas neste orçamento para apoiar financeiramente a atividade das Juntas de Freguesia são no valor de 1.314.400,00 euros (um acréscimo de 57,11%, ou seja, mais 477.800,00 euros, que o valor previsto para 2015), sendo 83.400,00 euros para transferências correntes e 1.231.000,00 euros de transferências de capital, incluindo estas, o valor das transferências contempladas no PAM (560.500,00 euros).

De registar que no corrente ano de 2015 e até 30 de outubro, as transferências (de capital e correntes) operadas para as Juntas de Freguesia, foram de 995.336,99 euros.

Assim, será concedido o apoio técnico e o financeiro possível, em trabalhos identificados como prioritários na satisfação das necessidades e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sendo a tomada de decisão assente no rigor, responsabilidade e prudência, devido ao atual contexto de escassez de recursos financeiros.

De referir que as verbas de capital previstas, no quadro anterior, apenas serão transferidas com base na justificação prévia de aplicabilidade em investimentos concretos e validados pelo Executivo Municipal, havendo a obrigatoriedade de entrega dos documentos justificativos da despesa e pagamento.



13. Colaboração com as Instituições sem fins lucrativos

O Município de Bragança, atento ao relevante trabalho desenvolvido pelas diversas Instituições, continuará a apoiar as atividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, contribuindo para o reforço da cidadania ativa e a construção de um território mais inclusivo, dinâmico e solidário.

Estas ações/atividades têm por base acordos de colaboração previamente celebrados, incidindo uma parte significativa das verbas no apoio à construção e conservação de equipamentos.

Às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) continuar-se-á a prestar uma atenção especial tendo em conta o trabalho que desenvolvem a favor dos mais carenciados, marginalizados e excluídos socialmente do processo de desenvolvimento e daqueles que, por impossibilidades físicas e outras, necessitam de apoios especiais. Continuando a colaborar com as Fábricas das Igrejas para a recuperação do património religioso edificado, um dos mais proeminentes na área do Município.

Para as Instituições sem fins lucrativos estão previstas transferências de verbas no valor global de 1.135.400,00 euros, sendo 865.500,00 euros de origem corrente e 269.900,00 euros de capital. Destes montantes, 970.100,00 euros encontram-se refletidos no Plano de Atividades Municipal.



14. Grandes Opções do Plano para o ano de 2016

As Grandes Opções do Plano (GOP'S) conjuntamente com o Orçamento constituem os documentos previsionais obrigatórios a elaborar pelas Autarquias Locais.

Nas Grandes Opções do Plano do Município de Bragança estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico, incluindo designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal que contemplam as atividades mais relevantes da administração autárquica. No seu conjunto, estes documentos refletem as prioridades definidas com base nos recursos disponíveis, pretendendo-se ajustar as realizações, sob a forma de objetivos específicos às necessidades socioeconómicas da população concelhia.

Este documento estratégico, atinge para o ano de 2016 o valor de 12.876.800,00 euros. Relativamente à tipologia económica das despesas que integram as GOP'S, 11.203.700,00 euros são despesas de capital e 1.673.100.00 euros são de despesas correntes.

O quadro seguinte apresenta, em suma, a evolução das Grandes Opções do Plano no período 2015-2016.

Quadro 16: Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2015-2016

Descrição	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano Plurianual de Atividades Municipal (PAM)			Grandes Opções do Plano (GOP'S)		
	Dotações Iniciais 2015	Dotações Iniciais 2016	Var. %	Dotações Iniciais 2015	Dotações Iniciais 2016	Var. %	Dotações Iniciais 2015	Dotações Iniciais 2016	Var. %
Funções Gerais	1.252.000	1.668.000	33,23%	193.700	222.100	14,66%	1.445.700	1.890.100	30,74%
Serviços gerais de administração pública	1.216.000	1.632.000	34,21%	100	100	0,00%	1.216.100	1.632.100	34,21%
Segurança e ordem públicas	36.000	36.000	0,00%	193.600	222.000	14,67%	229.600	258.000	12,37%
Funções Sociais	4.386.200	5.233.800	19,32%	1.040.700	1.337.200	28,49%	5.426.900	6.571.000	21,08%
Educação	30.000	7.000	-76,67%	146.000	125.500	-14,04%	176.000	132.500	-24,72%
Saúde	500	0	-100,00%	0	114.000	-	500	114.000	22700,00%
Segurança e acção sociais	0	0	-	376.000	428.500	13,96%	376.000	428.500	13,96%
Habituação e serviços colectivos	3.832.200	4.791.800	25,04%	118.200	152.100	28,68%	3.950.400	4.943.900	25,15%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	523.500	435.000	-16,91%	400.500	517.100	29,11%	924.000	952.100	3,04%
Funções Económicas	5.705.000	4.026.000	-29,43%	216.300	96.700	-55,29%	5.921.300	4.122.700	-30,38%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	150.000	40.000	-73,33%	2.000	2.000	0,00%	152.000	42.000	-72,37%
Indústria e energia	2.286.000	2.092.000	-8,49%	156.000	42.500	-72,76%	2.442.000	2.134.500	-12,59%
Transportes e comunicações	736.000	629.500	-14,47%	100	100	0,00%	736.100	629.600	-14,47%
Comércio e Turismo	2.433.000	1.164.500	-52,14%	28.200	22.100	-21,63%	2.461.200	1.186.600	-51,79%
Outras Funções Económicas	100.000	100.000	-	30.000	30.000	0,00%	130.000	130.000	0,00%
Outras Funções	0	215.200	-	215.400	77.800	-	215.400	293.000	36,03%
Transferências entre Administrações	0	0	-	200	77.800	-	200	77.800	38800,00%
Diversas não especificadas	0	215.200	-	215.200	0	-	215.200	215.200	0,00%
TOTAL	11.343.200	11.143.000	-1,76%	1.666.100	1.733.800	4,06%	13.009.300	12.876.800	-1,02%

Valores em euros

14.1. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos para 2016, doravante designado por PPI, é um documento previsional consubstanciado nas Grandes Opções do Plano. Elaborado para um horizonte móvel de 4 anos, na sua estrutura e conteúdo, descreve todos os projetos ou ações que se pretendem realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos para o Município, identificando a sua classificação económica devidamente desagregada, a sua forma de realização e fonte de financiamento, com financiamento externo à própria autarquia, as datas de início e fim dos projetos e ações e, ainda, se se trata de financiamento definido ou não definido. Assim, transforma-se no instrumento de compromisso político que permite, quer aos destinatários finais da atividade autárquica, quer aos órgãos executivo e deliberativo, avaliar o cumprimento desses mesmos compromissos.

Na sua elaboração incluíram-se os compromissos assumidos (estimativa) de anos anteriores e não finalizados até ao término do ano de 2015. Constam, também, projetos que na sua maioria beneficiam de apoios financeiros já aprovados.

O quadro seguinte reflete a despesa associada às intervenções previstas e com financiamento definido no valor de 11.143.000,00 euros. Este valor encontra-se distribuído pelas funções gerais, funções sociais e funções económicas com, 1.668.000,00 euros, 5.233.800,00 euros e 4.026.000,00 euros, respetivamente.

Quadro 17: Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2015-2016

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	1.668.000	100,00%	14,97%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	1.632.000	97,84%	14,65%
1.1.1	Administração geral	1.632.000	97,84%	14,65%
1.1.1.1	Edifícios	665.000	39,87%	5,97%
1.1.1.2	Material de transporte	780.500	46,79%	7,00%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	186.500	11,18%	1,67%
1.2.	Segurança e ordem pública	36.000	2,16%	0,32%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	36.000	2,16%	0,32%
1.2.1.2	Segurança pública	36.000	2,16%	0,32%
2	Funções sociais	5.233.800	100,00%	46,97%
2.1.	Educação	7.000	0,13%	0,06%
2.1.1	Ensino não superior	7.000	0,13%	0,06%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	2.000	0,04%	0,02%
2.1.1.2	Ensino Básico	5.000	0,10%	0,04%
2.4.	Habituação e serviços colectivos	4.791.800	91,55%	43,00%
2.4.1	Habituação	2.025.200	38,69%	18,17%
2.4.2	Ordenamento do Território	1.907.000	36,44%	17,11%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	352.000	6,73%	3,16%
2.4.2.2	Urbanização	1.555.000	29,71%	13,95%
2.4.3	Saneamento	242.000	4,62%	2,17%
2.4.4	Abastecimento de água	340.000	6,50%	3,05%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	277.600	5,30%	2,49%
2.4.6.2	Cemitérios	100.000	1,91%	0,90%
2.4.6.3	Meio Ambiente	177.600	3,39%	1,59%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	435.000	8,31%	3,90%
2.5.1	Cultura	332.000	6,34%	2,98%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	103.000	1,97%	0,92%
3	Funções económicas	4.026.000	100,00%	36,13%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	40.000	0,99%	0,36%
3.2.	Indústria e energia	2.092.000	51,96%	18,77%
3.2.1	Iluminação pública	141.000	3,50%	1,27%
3.2.2	Energia	151.000	3,75%	1,36%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	1.800.000	44,71%	16,15%
3.3.	Transportes e Comunicações	629.500	15,64%	5,65%
3.3.1	Transportes rodoviários	624.000	15,50%	5,60%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	608.000	15,10%	5,46%
3.3.1.2	Estacionamento	16.000	0,40%	0,14%
3.3.2	Transportes aéreos	5.500	0,14%	0,05%
3.4.	Comércio e turismo	1.164.500	28,92%	10,45%
3.4.1	Mercados e feiras	3.000	0,07%	0,03%
3.4.2	Turismo	1.161.500	28,85%	10,42%
3.5.	Outras funções económicas	100.000	2,48%	0,90%
4	Outras funções	215.200	100,00%	1,93%
4,3	Diversas não especificadas	215.200	100,00%	1,93%
TOTAL		11.143.000	100,00%	100,00%

Valores em euros

A análise exaustiva dos mapas que constam em anexo ao presente orçamento permitirá identificar, ação a ação, as áreas de atuação do Município, bem como a sua extensão temporal.

Identificam-se os seguintes projetos a iniciar no ano de 2016, no âmbito do OP:

- Requalificação paisagística do largo do Castelo – 20.000,00 euros;
- Criação de jardim com equipamento de ginástica ao ar livre e elemento decorativo, em Pinela – 40.000,00 euros;
- Construção do parque verde comunitário na quinta da Trajinha – 40.000,00 euros;
- Requalificação dos parques infantis existentes – 40.000,00 euros;

Pela expressividade dos montantes previstos, aponta-se igualmente alguns dos projetos iniciados em anos anteriores e que se pretende continuar a desenvolver em 2016:

Nos **serviços gerais de administração pública** assumem maior relevância os seguintes projetos:

- Ecopolis-Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus-Centro de Referência em Construção Sustentável (Edifícios Municipais) – 150.000,00 euros;
- Requalificação do Auditório Paulo Quintela no Âmbito da Modernização Administrativa – 250.000,00 euros;
- Mobilidade Inteligente+Sustentabilidade no Transporte Público – 600.000,00 euros.

Nas **funções sociais**:

- Aquisição de Terrenos e Imóveis Diversos – 350.000,00 euros;
- Programa de Reabilitação de Imóveis na Zona Histórica – 100.000,00 euros;
- Conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe D'Água e Coxa – 1.050.000,00 euros;
- Domus Universitária – Recuperação de imóveis da zona histórica para residência de estudantes – 300.000,00 euros;
- Recuperação de imóveis no centro histórico para alojamento social de famílias jovens – 150.000,00 euros;
- Outros Estudos e Projetos – 350.000,00 euros;
- Arranjos nos Arruamentos da Cidade – 400.000,00 euros;
- Passeios diversos e repavimentação dos bairros da cidade, com valores de, 350.000,00 euros e 500.000,00 euros, respetivamente;
- Reforço da Rede Ciclável na Área ARU e Criação de Ciclovias Naturais e Históricas – 50.000,00 euros.
- Construção da ETAR'S em França, Rabal, Rebordãos, S. Pedro e outras localidades – 200.000,00 euros;
- Remodelação e Ampliação da Rede de Água Urbana e Rural, com projetos no valor de 317.000,00 euros;
- Obras de Beneficiação nos Cemitérios Municipais – 100.000,00 euros;
- Construção do Núcleo Museológico Ferroviário – 200.000,00 euros;
- Recuperação das Antigas Instalações da Biblioteca Calouste Gulbenkian – 100.000,00 euros.

Nas **funções económicas**:

- Iluminação LED em toda a Área de Reabilitação Urbana (ARU) – 100.000,00 euros;
- Melhoria da Eficiência Energética – 100.000,00 euros;
- Zona Industrial das Cantarias – Fase II – 1.800.000,00 euros;
- Conservação da Rede Viária Municipal – 470.000,00 euros;
- Adaptação de Edifício a Posto de Turismo e Espaço Memória da Presença Sefardita – 500.000,00 euros;
- Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano – 600.000,00 euros.

14.2. Plano de Atividades Municipal para o ano 2016

A par da preparação do PPI e constituindo também este a definição das linhas de desenvolvimento estratégico desta autarquia, encontra-se o Plano de Atividades Municipal (PAM) para 2016. O fluxo financeiro líquido para o conjunto das atividades que não sendo consideradas de investimento são padronizadas como sendo as mais relevantes, constituem uma previsão de financiamento definido no valor de 1.733.800,00 Euros.

Quadro 18: Plano de Atividades Municipal para 2016 – Resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PAM
1	Funções gerais	222.100	100,00%	12,81%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	100	0,05%	0,01%
1.1.1	Administração geral	100	0,05%	0,01%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	100	0,05%	0,01%
1.2.	Segurança e ordem pública	222.000	99,95%	12,80%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	222.000	99,95%	12,80%
1.2.1.1	Bombeiros	222.000	99,95%	12,80%
2	Funções sociais	1.337.200	100,00%	77,13%
2.1.	Educação	125.500	9,39%	7,24%
2.1.1	Ensino não superior	5.500	0,41%	0,32%
2.1.1.2	Ensino Básico	5.000	0,37%	0,29%
2.1.1.3	Educação de adultos	500	0,04%	0,03%
2.1.2	Serviços auxiliares de Ensino	120.000	8,97%	6,92%
2.2.	Saúde	114.000	8,53%	6,58%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	114.000	8,53%	6,58%
2.3.	Segurança e Ação Sociais	428.500	32,04%	24,71%
2.3.2	Ação social	428.500	32,04%	24,71%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	152.100	11,37%	8,77%
2.4.1	Habitação	1.000	0,07%	0,06%
2.4.2	Ordenamento do Território	61.700	4,61%	3,56%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	11.200	0,84%	0,65%
2.4.2.2	Urbanização	50.500	3,78%	2,91%
2.4.4	Abastecimento de água	5.500	0,41%	0,32%
2.4.5	Resíduos sólidos	500	0,04%	0,03%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	83.400	6,24%	4,81%
2.4.6.1	Higiene pública	32.900	2,46%	1,90%
2.4.6.2	Cemitérios	50.000	3,74%	2,88%
2.4.6.3	Meio Ambiente	500	0,04%	0,03%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	517.100	38,67%	29,82%
2.5.1	Cultura	226.100	16,91%	13,04%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	291.000	21,76%	16,78%
3	Funções económicas	96.700	100,00%	5,58%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	2.000	2,07%	0,12%
3.2.	Indústria e energia	42.500	43,95%	2,45%
3.2.1	Iluminação pública	100	0,10%	0,01%
3.2.2	Energia	39.400	40,74%	2,27%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	3.000	3,10%	0,17%
3.3.	Transportes e Comunicações	100	0,10%	0,01%
3.3.1	Transportes rodoviários	100	0,10%	0,01%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	100	0,10%	0,01%
3.4.	Comércio e turismo	22.100	22,85%	1,27%
3.4.1	Mercados e feiras	20.100	20,79%	1,16%
3.4.2	Turismo	2.000	2,07%	0,12%
3.5.	Outras funções económicas	30.000	31,02%	1,73%
4	Outras funções	77.800	100,00%	4,49%
4.2.	Transferências entre Administrações	77.800	100,00%	4,49%
TOTAL		1.733.800	100,00%	100,00%

Valores em euros

Visando sempre uma crescente disciplina orçamental, as dotações, tanto de capital como correntes, inerentes à formação de compromissos, anteriormente assumidos no âmbito das colaborações já contratadas entre o Município e a Administração Central e Local, as instituições sem fins lucrativos e as famílias preconiza-se com os seguintes apoios:

- Segurança e ordem públicas: apoio aos bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda nas despesas de funcionamento no âmbito da proteção civil municipal;
- Educação: despesas de funcionamento da Associação Centro Ciência Viva de Bragança;
- Nos serviços individuais de saúde: apoio à criação da unidade domiciliária de cuidados paliativos da Terra Fria bem como o apoio à construção da unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Bragança;
- Ação social: apoio à construção e conservação de equipamentos de instituições e outras do interesse do concelho, reabilitação das habitações de famílias carenciadas, construção de centros de convívio, centros de dia e lares da terceira idade, bem como no apoio destinado à construção de centros sociais e paroquiais;
- Habitação e Serviços Coletivos: assume-se os principais encargos com a construção de sedes de junta de freguesia, apoio à requalificação dos largos das aldeias, comparticipação nas despesas de funcionamento do canil intermunicipal de Vimioso, apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios e transferência para a Município, S.A. (supressão dos resultados negativos de 2008, 2009, 2010 e outros);
- No subprograma serviços culturais, recreativos e religiosos destaca-se o apoio ao desenvolvimento das atividades promovidas pelas Associações culturais, recreativas e desportivas e Freguesias para a construção e/ou beneficiação dos seus equipamentos coletivos;
- Na indústria e energia inclui-se as transferências para a Agência de Energia de Trás-os-Montes (despesas de funcionamento) e Fundo de Eficiência Energética;
- Em mercados e feiras, assinala-se ainda, o apoio atribuído à realização de feiras e certames no Comércio e Turismo;
- As outras funções, comportam as transferências entre Administrações, nomeadamente o apoio à CIM-TTM para despesas de funcionamento e investimento.



ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO					DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objectivo	Descrição	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas de Investimento (Previsão)						Total Previsto	
		Até 1 Out.	Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		Outros
1.	Funções Gerais			1,890,100.00	1,890,100.00		1,083,100.00	799,102.00	352,000.00		4,124,302.00
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública			1,632,100.00	1,632,100.00		875,100.00	600,102.00	350,000.00		3,457,302.00
1.1.1.	Administração Geral			1,632,100.00	1,632,100.00		875,100.00	600,102.00	350,000.00		3,457,302.00
1.1.1.1.	Edifícios			665,000.00	665,000.00		126,000.00	126,000.00	126,000.00		1,043,000.00
1.1.1.2.	Material de Transporte			780,500.00	780,500.00		585,000.00	175,000.00	60,000.00		1,600,500.00
1.1.1.3.	Maquinaria e Equipamento			186,600.00	186,600.00		164,100.00	299,102.00	164,000.00		813,802.00
1.2.	Segurança e Ordem Públicas			258,000.00	258,000.00		208,000.00	199,000.00	2,000.00		667,000.00
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios			258,000.00	258,000.00		208,000.00	199,000.00	2,000.00		667,000.00
1.2.1.1.	Bombeiros			222,000.00	222,000.00		197,000.00	197,000.00			616,000.00
1.2.1.2.	Segurança Pública			36,000.00	36,000.00		11,000.00	2,000.00	2,000.00		51,000.00
2.	Funções Sociais			6,571,000.00	6,571,000.00		7,138,700.00	4,461,000.00	1,496,000.00		19,666,700.00
2.1.	Educação			132,500.00	132,500.00		139,500.00	135,500.00	8,500.00		416,000.00
2.1.1.	Ensino Não Superior			12,500.00	12,500.00		14,500.00	10,500.00	8,500.00		46,000.00
2.1.1.1.	Ensino Pré-Escolar			2,000.00	2,000.00		3,000.00	3,000.00	3,000.00		11,000.00
2.1.1.2.	Ensino Básico			10,000.00	10,000.00		11,000.00	7,000.00	5,500.00		33,500.00
2.1.1.3.	Educação de Adultos			500.00	500.00		500.00	500.00			1,500.00
2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino			120,000.00	120,000.00		125,000.00	125,000.00			370,000.00
2.2.	Saúde			114,000.00	114,000.00		114,000.00				228,000.00
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde			114,000.00	114,000.00		114,000.00				228,000.00
2.3.	Segurança e Acção Sociais			428,500.00	428,500.00		322,000.00	107,000.00			857,500.00
2.3.2.	Acção Social			428,500.00	428,500.00		322,000.00	107,000.00			857,500.00
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos			4,943,900.00	4,943,900.00		5,893,200.00	3,659,000.00	1,478,000.00		15,974,100.00
2.4.1.	Habituação			2,026,200.00	2,026,200.00		1,140,700.00	604,500.00	304,500.00		4,075,900.00
2.4.2.	Ordenamento do Território			1,968,700.00	1,968,700.00		3,913,000.00	2,485,000.00	856,500.00		9,223,200.00
2.4.2.1.	Planeamento Urbanístico			363,200.00	363,200.00		204,000.00	102,000.00	102,000.00		771,200.00
2.4.2.2.	Urbanização			1,605,500.00	1,605,500.00		3,709,000.00	2,383,000.00	754,500.00		8,452,000.00
2.4.3.	Saneamento			242,000.00	242,000.00		242,000.00	142,000.00	142,000.00		768,000.00
2.4.4.	Abastecimento de Água			345,500.00	345,500.00		156,000.00	96,000.00	93,000.00		690,500.00
2.4.5.	Resíduos Sólidos			500.00	500.00		500.00	500.00			1,500.00
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza			361,000.00	361,000.00		441,000.00	331,000.00	82,000.00		1,215,000.00
2.4.6.1.	Higiene Publica			32,900.00	32,900.00		33,500.00	33,500.00			99,900.00
2.4.6.2.	Cemitérios			150,000.00	150,000.00		35,000.00	25,000.00	10,000.00		220,000.00
2.4.6.3.	Meio Ambiente			178,100.00	178,100.00		372,500.00	272,500.00	72,000.00		895,100.00
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			952,100.00	952,100.00		670,000.00	559,500.00	9,500.00		2,191,100.00
2.5.1.	Cultura			558,100.00	558,100.00		413,000.00	372,500.00	1,000.00		1,344,600.00
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer			394,000.00	394,000.00		257,000.00	187,000.00	8,500.00		846,500.00
3.	Funções e Económicas			4,122,700.00	4,122,700.00		6,537,100.00	3,197,100.00	671,000.00	90,500.00	14,618,400.00
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca			42,000.00	42,000.00		152,000.00	2,000.00			196,000.00
3.2.	Indústria e Energia			2,134,500.00	2,134,500.00		2,585,400.00	485,400.00	73,000.00	90,000.00	5,368,300.00
3.2.1.	Iluminação Pública			141,100.00	141,100.00		541,000.00	141,000.00	41,000.00		864,100.00
3.2.2.	Energia			190,400.00	190,400.00		241,400.00	241,400.00	31,000.00	90,000.00	794,200.00
3.2.3.	Estabelecimentos Industriais			1,803,000.00	1,803,000.00		1,803,000.00	103,000.00	1,000.00		3,710,000.00
3.3.	Transportes e Comunicações			629,600.00	659,600.00		594,600.00	594,600.00	594,000.00	500.00	2,443,300.00
3.3.1.	Transportes Rodoviários			624,100.00	624,100.00		587,600.00	587,600.00	587,500.00		2,386,800.00
3.3.1.1.	Rede Viária e Sinalização			608,100.00	608,100.00		572,600.00	572,600.00	572,500.00		2,325,800.00
3.3.1.2.	Estacionamento			16,000.00	16,000.00		15,000.00	15,000.00	15,000.00		61,000.00
3.3.2.	Transportes Aéreos			5,500.00	5,500.00		7,000.00	7,000.00	6,500.00	500.00	26,500.00
3.4.	Comércio e Turismo			1,186,600.00	1,186,600.00		3,075,100.00	1,985,100.00	4,000.00		6,250,800.00
3.4.1.	Mercados e Feiras			23,100.00	23,100.00		2,021,100.00	1,021,100.00	1,000.00		3,066,300.00
3.4.2.	Turismo			1,163,500.00	1,163,500.00		1,054,000.00	964,000.00	3,000.00		3,184,500.00
3.5.	Outras Funções Económicas			130,000.00	130,000.00		130,000.00	130,000.00			390,000.00
4.	Outras Funções			293,000.00	293,000.00		256,400.00	256,400.00	215,200.00	430,400.00	1,451,400.00
4.2.	Transferências entre Administrações			77,800.00	77,800.00		41,200.00	41,200.00			160,200.00
4.3.	Diversas Não Especificadas			215,200.00	215,200.00		215,200.00	215,200.00	215,200.00	430,400.00	1,291,200.00
Total Geral				12,876,800.00	12,876,800.00		15,015,300.00	8,713,602.00	2,734,200.00	520,900.00	39,860,802.00

[illegible]

ENTIDADE:										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016			
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA										Despesas de Investimento (Previsão)										Anos Seguintes			
Objetivo	Código da Classificação Económica	Projeto Ação			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiame			Respon- sável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Der.	Ano em Curso (Financiamento)			Despesas de Investimento (Previsão)			Total Previsão		
		Código	Ano	Tipo			AA	FC	EX		Início	Fim			Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019	Outros		
1.1.1.1.3.	03.02/07.010602	28	2008	I	3	Aquisição de Trator Destroçador e Retroescavadora de Municípios	Outra	100		DLM	02/01/2008	31/12/2019	0		5 000,00	5 000,00		5 000,00		5 000,00		5 000,00	20 000,00
1.1.1.1.3.	01.02/08.050104	4	2010	A	11	Apoio à Modernização Administrativa (Associações de Municípios)	Outra	100		OA	02/01/2010	31/12/2018	0		100,00	100,00		100,00		100,00		100,00	300,00
1.1.1.1.3.	01.02/07.0112	2	2014	I	2	Aquisição de Quadros e Outros Objetos de Valor	Outra	100		OA	01/01/2014	31/12/2018	4		1 000,00	1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00	4 000,00
1.1.1.1.3.	02.02/07.0109	3	2014	I	5	Aquisição de Equipamento e Maquinaria Diversa	Outra	100		DAF	01/01/2014	31/12/2019	4		3 000,00	3 000,00		3 000,00		3 000,00		3 000,00	12 000,00
1.1.1.1.3.	02.02/07.0111	3	2014	I	5																		
1.2.1.1.	01.02/08.0701	1	2010	A	1	Segurança e Ordem Públicas Proteção Civil e Luta Contra Incêndios Bombeiros	Outra	100		OA	02/01/2010	31/12/2018	4		2 500,00	2 500,00		2 500,00		2 500,00		2 500,00	667 000,00
1.2.1.1.	01.02/08.0701	1	2012	A	1	Apoio a Melhoramentos nas Instalações dos Bombeiros Voluntários do Concelho	Outra	100		OA	02/01/2012	31/12/2018	4		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	667 000,00
1.2.1.1.	01.02/04.0701	1	2014	A	1	Apoio à Aquisição de Viaturas para os Bombeiros Voluntários de Bragança e Freixa	Outra	100		OA	01/01/2014	31/12/2018	4		220 000,00	220 000,00		220 000,00		220 000,00		220 000,00	616 000,00
1.2.1.1.	01.02/04.0701	1	2014	A	1	Apoio Aos Bombeiros Voluntários de Bragança e Freixa nas Despesas de Funcionamento, no Âmbito da Proteção Civil Municipal	Outra	100		OA	01/01/2014	31/12/2018	4		1 000,00	1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00	3 000,00
1.2.1.2.	01.02/07.011002	1	2002	I	21	Segurança Pública	Outra	100		OA	02/01/2002	31/12/2019	4		36 000,00	36 000,00		36 000,00		36 000,00		36 000,00	51 000,00
1.2.1.2.	01.02/07.011002	1	2010	I	35	Aquisição de Material de Segurança Diverso	Outra	15	85	OA	02/01/2010	31/12/2019	0		1 000,00	1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00	4 000,00
2.						Funções Sociais																	
2.1.1.						Educação																	
2.1.1.1.	03.01/02.0101	1	2006	I	50	Ensino não Superior	Adm. Dir.	100		DPIU	02/01/2006	31/12/2019	4		6 571 000,00	6 571 000,00		6 571 000,00		6 571 000,00		6 571 000,00	19 666 700,00
2.1.1.1.	03.01/02.0101	1	2006	I	50	Conservação e Manutenção das Escolas Pré-Primárias																	
2.1.1.1.	03.01/02.0225	1	2006	I	50																		
2.1.1.1.	05.01/07.0109	5	2006	I	6	Equipamento das Escolas Pré Primárias	Outra	100		DEGAS	02/01/2006	31/12/2019	0		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	3 500,00
2.1.1.1.	03.01/07.030205	4	2008	I	4	Conservação e Manutenção das Escolas Pré-Primárias	Empreitada	100		DPIU	02/01/2008	31/12/2019	4		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	3 500,00
2.1.1.2.						Ensino Básico																	
2.1.1.2.	01.02/08.0701	1	2002	I	27	Conservação Corrente dos Edifícios das Escolas Primárias e Construção de Bibliotecas	Adm. Dir.	100		DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4		10 000,00	10 000,00		10 000,00		10 000,00		10 000,00	33 500,00
2.1.1.2.	01.02/02.0101	1	2002	I	27																		
2.1.1.2.	03.01/02.0225	1	2002	I	27																		
2.1.1.2.	05.01/07.0109	3	2002	I	29	Equipamento das Escolas Primárias e Bibliotecas e Escolas	Outra	100		DEGAS	02/01/2002	01/12/2019	4		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	3 500,00
2.1.1.2.	03.03/07.011002	4	2002	I	30	Instalação de Equipamento Lúdico nas Escolas	Outra	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	3		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	3 500,00
2.1.1.2.	03.01/07.030201	9	2005	I	21	Construção do Centro de Ciência Viva/ Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	Empreitada	100		DPIU	02/01/2005	31/12/2019	9		1 000,00	1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00	4 000,00
2.1.1.2.	01.02/08.0701	1	2007	A	3	Apoio ao Centro de Ciência Viva na Aquisição de Equipamento	Empreitada	100		OA	02/01/2007	31/12/2018	4		5 000,00	5 000,00		5 000,00		5 000,00		5 000,00	11 000,00
2.1.1.2.	03.01/07.030205	1	2008	I	5	Conservação Corrente dos Edifícios das Escolas Primárias e Construção de Bibliotecas	Empreitada	100		DPIU	02/01/2008	31/12/2017	4		1 000,00	1 000,00		1 000,00		1 000,00		1 000,00	4 000,00
2.1.1.2.	03.01/07.010305	2	2010	I	5	Ampliação da Casa da Seda	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	1 500,00
2.1.1.3.	01.02/07.011002	4	2010	I	3	Equipamento Tecnológico para as Escolas	Outra	15	85	OA	02/01/2010	31/12/2019	4		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	2 000,00
2.1.1.3.	01.02/08.0301	1	2007	A	4	Educação de Adultos	Outra	100		OA	02/01/2007	31/12/2018	4		500,00	500,00		500,00		500,00		500,00	1 500,00
2.1.1.3.						Apoio à Educação de Adultos, Ensino Especial e Outros																	
2.1.2.	01.02/04.0701	1	2012	A	9	Serviços Auxiliares de Ensino	Outra	100		OA	02/01/2012	31/12/2018	4		120 000,00	120 000,00		120 000,00		120 000,00		120 000,00	370 000,00
2.1.2.						Apoio à Associação Centro Ciência Viva nas Despesas de Funcionamento																	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA					GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016						
Objetivo	Código da Classificação Económica	Projeto Ação			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsto			
		Código	Ano	Tipo			Número	AC		AA	FC			Início	Fim	EX	Anos Seguintes				
																	Total		Definido	Não Definido	2017
2.2.					Saúde									114 000,00		114 000,00					228 000,00
2.2.1.	0102/040101	1	2015	A	6	Outra	100	AO		01/01/2015	31/12/2018	0		114 000,00		114 000,00					228 000,00
2.2.1.					Cuidados Paliativos Terra Fria									14 000,00		14 000,00					28 000,00
2.2.1.	0102/080702	2	2015	A	8	Outra	100	OA		01/10/2015	31/12/2017	4		100 000,00		100 000,00					200 000,00
2.3.					Segurança e Ação Sociais																
2.3.2.	0102/080802	1	2007	A	5	Outra	100	OA		02/01/2007	31/12/2018	0		428 500,00		322 000,00		107 000,00			857 500,00
2.3.2.					Apoios Diversos à Reabilitação de Habitação de Famílias Carenciadas no Âmbito de Parcerias									428 500,00		322 000,00		107 000,00		857 500,00	
2.3.2.	0102/080701	2	2007	A	6	Outra	100	OA		02/01/2007	31/12/2018	4		1 000,00		1 000,00		1 000,00		3 000,00	
2.3.2.					Apoio à Construção e Conservação de Equipamento de Instituições e Outras do Interesse do Concelho									50 000,00		75 000,00		50 000,00		175 000,00	
2.3.2.	0102/08050102	3	2007	A	7	Outra	100	OA		02/01/2007	31/12/2018	4		300 000,00		175 000,00		30 000,00		505 000,00	
2.3.2.					(Freguesias)									7 000,00		500,00		500,00		8 000,00	
2.3.2.	0102/080701	4	2007	A	8	Outra	100	OA		02/01/2007	31/12/2018	4		10 000,00		10 000,00		10 000,00		30 000,00	
2.3.2.					(Associações)									10 000,00		10 000,00		10 000,00		30 000,00	
2.3.2.	0102/080701	5	2007	A	9	Outra	100	OA		02/01/2007	31/12/2018	4		10 000,00		10 000,00		10 000,00		30 000,00	
2.3.2.					Apoio à Construção de Centros de Dia e Lares da Terceira Idade									10 000,00		10 000,00		10 000,00		30 000,00	
2.3.2.	0102/080701	6	2007	A	10	Outra	100	OA		02/01/2007	31/12/2018	3		500,00		500,00		500,00		1 500,00	
2.3.2.					Apoio à Requalificação e Reabilitação da Igreja de Santo Cristo de Outeiro									50 000,00		50 000,00		5 000,00		105 000,00	
2.3.2.	0102/08050102	2	2012	A	6	Outra	100	OA		02/01/2012	31/12/2018	4		4 943 900,00		5 893 200,00		3 659 000,00		15 974 100,00	
2.4.					Habitado e Serviços Coletivos									2 026 200,00		1 140 700,00		604 500,00		4 075 900,00	
2.4.1.	0301/07030207	2	2002	I	37	Outra	100	DPU		02/01/2002	31/12/2019	0		500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.					Aquisição de Fogos Sociais a Preços Controlados									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.	0102/070101	6	2002	I	41	Outra	100	OA		02/01/2002	01/12/2017	4		71 700,00		37 200,00		100 000,00		108 900,00	
2.4.1.					Aquisição de terrenos e edifícios à D.G.P.E.									350 000,00		100 000,00		100 000,00		650 000,00	
2.4.1.	0102/070101	7	2002	I	42	Outra	100	OA		02/01/2002	31/12/2019	4		250 000,00		100 000,00		100 000,00		400 000,00	
2.4.1.					Aquisição de terrenos e imóveis diversos									100 000,00		100 000,00		100 000,00		400 000,00	
2.4.1.	0102/07010202	7	2002	I	42									100 000,00		100 000,00		100 000,00		400 000,00	
2.4.1.	0102/07010203	11	2002	I	46	Empreitada	100	OA		02/01/2002	31/12/2019	4		1 050 000,00		1 000,00		1 000,00		1 152 000,00	
2.4.1.					Programa de Reabilitação de Imóveis na Zona Histórica									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.	0102/07010203	14	2003	I	2	Empreitada	15	85	OA	02/01/2003	31/12/2019	4		500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.					Conservação de Fogos dos Bairros de Habitação Social da Mãe de Água e Cova									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.	0102/070101	15	2004	I	14	Outra	100	OA		02/01/2004	31/12/2019	0		500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.	0301/07010201	18	2006	I	11	Empreitada	100	DPU		02/01/2006	31/12/2019	0		500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.					Projeto e Construção de Habitação Social									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.	0102/070101	19	2006	I	33	Outra	100	OA		02/01/2006	31/12/2019	4		500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.					Aquisição de terrenos na Zona Industrial de Mós									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.	0102/070101	20	2006	I	34	Outra	100	OA		02/01/2006	31/12/2019	9		1 000,00		1 000,00		1 000,00		3 000,00	
2.4.1.					Aquisição de terrenos para O Parque Tecnológico									300 000,00		200 000,00		200 000,00		700 000,00	
2.4.1.	0102/08050102	1	2007	A	11	Outra	100	OA		02/01/2015	31/12/2018	4		150 000,00		100 000,00		100 000,00		450 000,00	
2.4.1.					Apoio à Construção de Sedes de Juntas de Freguesia									500 000,00		1 000,00		1 000,00		602 000,00	
2.4.1.	0301/07010399	1	2011	I	2	Empreitada	15	85	DPU	02/01/2011	31/12/2018	0		1 968 700,00		3 913 000,00		2 485 500,00		9 223 200,00	
2.4.1.					Domus Universitária-Recuperação de Imóveis na Zona Histórica para Residência de Estudantes									363 200,00		204 000,00		102 000,00		771 200,00	
2.4.1.	0301/07010203	1	2012	I	8	Empreitada	15	85	DPU	02/01/2012	31/12/2019	4		500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.					Recuperação de imóveis no Centro Histórico para Alojamento Social de Famílias Jovens									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.1.	0301/07010301	1	2015	I	8	Empreitada	15	85	DPU	29/10/2015	31/12/2019	0		1 968 700,00		3 913 000,00		2 485 500,00		9 223 200,00	
2.4.2.					Recuperação de Edifício para a instalação do Observatório da Interioridade									363 200,00		204 000,00		102 000,00		771 200,00	
2.4.2.					Ordenamento do Território									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	2	2002	I	50	Outra	100	DPU		02/01/2002	31/12/2019	4		500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.2.1.					Outros Projetos de Qualificação Urbana no Concelho									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	3	2002	I	51	Outra	100	DPU		02/01/2002	31/12/2019	0		2 500,00		500,00		500,00		4 000,00	
2.4.2.1.					Planos de Pormenor do Centro Histórico da Cidade de Bragança e Outros									500,00		500,00		500,00		2 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	5	2002	I	53	Outra	100	DPU		02/01/2002	31/12/2019	4		350 000,00		200 000,00		100 000,00		750 000,00	
2.4.2.1.	0102/070115	6	2002	I	54	Outra	100	OA		02/01/2002	31/12/2019	4		11 200,00		100 000,00		100 000,00		11 200,00	
2.4.2.1.					Sistema de Informação Geográfica e Cartográfica Digital do Concelho									350 000,00		200 000,00		100 000,00		750 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	7	2003	I	3	Outra	100	DPU		02/01/2003	31/12/2019	3		11 200,00		100 000,00		100 000,00		11 200,00	
2.4.2.1.					Outros Estudos e Projetos									11 200,00		100 000,00		100 000,00		11 200,00	
2.4.2.1.	0102/05010101	1	2013	A	2	Outra	100	OA		02/01/2013	31/12/2016	0									
					Transferência para a Município, SA. (Supressão dos Resultados Negativos de 2008, 2009, 2010 e outros)																

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA				GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento AC AA FC	Respon-sável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsão	
		Código	Ano					Tipo	Número				Ano em Curso (Financiamento)	Anos Seguintes				
														Não Definido	2017	2018		2019
2.4.2.2.	0301/07030301	3	2002	I	57	Urbanização	Empreitada	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4	1 605 500,00	3 709 000,00	2 383 000,00	754 500,00	8 452 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	12	2002	I	66	Arranjos nos Arruamentos da Cidade	Adm. Dir.	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4	400 000,00	200 000,00	200 000,00	200 000,00	1 050 000,00	
2.4.2.2.	0301/020101	12	2002	I	66	Passelos Diversos na Cidade		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4	1 500,00	2 000,00	2 000,00	2 000,00	7 500,00	
2.4.2.2.	0301/020225	12	2002	I	66								1 000,00					
2.4.2.2.	0301/07030301	19	2002	I	73	Requalificação do Espaço Público da Avenida João da Cruz	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	0	60 000,00	500 000,00	200 000,00	1 000,00	761 000,00
2.4.2.2.	0301/07030301	30	2005	I	5	Construção da Circular Interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha	Empreitada	100	DPIU	02/01/2005	31/12/2017	9	500,00	500,00			1 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	37	2006	I	13	Construção do Acesso Poente desde a Circular Interior à Avenida Abade de Baçal	Empreitada	100	DPIU	02/01/2006	31/12/2019	3	500,00	500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.2.	0102/080701	1	2007	A	13	Apoio na Construção de Acessos à Igreja de S. Francisco	Outra	100	OA	02/01/2007	03/12/2018	9	500,00	500,00	500,00		1 500,00	
2.4.2.2.	0102/08050102	2	2007	A	14	Apoio à Requalificação dos Ruas e Largos nas Aldeias	Outra	100	OA	02/01/2015	31/12/2018	4	50 000,00	50 000,00	50 000,00		150 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	40	2007	I	2	Requalificação de Acessos Urbanos nas Aldeias	Empreitada	100	DPIU	02/01/2007	31/12/2019	0	500,00	500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	41	2007	I	3	Execução de Infraestruturas do Loteamento de S. Tiago - 1ª Fase	Empreitada	100	DPIU	02/01/2007	31/12/2018	4	500,00	500,00	500,00		1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	42	2007	I	8	Reparimentação dos Bairros da Cidade	Empreitada	100	DPIU	02/01/2007	31/12/2019	4	500 000,00	500 000,00	250 000,00	250 000,00	1 500 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2008	I	7	Passelos Diversos na Cidade	Empreitada	100	DPIU	02/01/2008	31/12/2019	4	350 000,00	300 000,00	300 000,00	300 000,00	1 250 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2008	I	24	Criação da Ciclovia da Mãe D'Água e da Praça Nova da Mãe D'Água e Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe D'Água	Empreitada	100	DPIU	08/10/2008	08/10/2018	3	500,00	500,00	500,00		1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2010	I	8	Requalificação da Rua Central de Izeda	Empreitada	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2017	0	500,00	500,00	500,00		1 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2010	I	9	Construção da Ciclovia 2ª Fase-Ligação ao CCV	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9	500,00	500,00	500,00	500,00	1 500,00
2.4.2.2.	0301/07030301	3	2010	I	30	Construção da Ciclovia da Mãe de Água	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9	500,00	500,00	500,00	500,00	1 500,00
2.4.2.2.	0301/07030301	4	2010	I	31	Construção da Praça Nova da Mãe de Água	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9	500,00	500,00	500,00	500,00	1 500,00
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2011	I	5	Construção da Circular Interior - Troço da Mãe de Água	Empreitada	15	85	DPIU	01/05/2011	31/12/2018	9	500,00	500,00	500,00		1 500,00
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2012	I	3	Reparimentação da Avenida Abade de Baçal e Bairro Novecentista	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2012	31/12/2018	9	500,00	500,00	500,00		1 500,00
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2012	I	4	Construção da Circular Interior - Troço de Ligação à Avenida Abade de Baçal	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2012	31/12/2018	4	500,00	500,00	500,00		1 500,00
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2013	I	4	Arranjo Urbanístico da Rua Emídio Navarro no Acesso ao Paço Episcopal	Empreitada	100	DPIU	02/01/2013	31/12/2019	0	500,00	500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2015	I	2	Requalificação do Espaço Público da Avenida Sá Carneiro	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	30 000,00	300 000,00	200 000,00		530 000,00
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2015	I	3	Requalificação dos Acessos Perpendiculares à Avenida Sá Carneiro	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	25 000,00	25 000,00	100 000,00		375 000,00
2.4.2.2.	0301/07030301	3	2015	I	4	Recuperação das Muralhas e Acessos à Cidadela	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	2 000,00	500 000,00	500 000,00		1 002 000,00
2.4.2.2.	0301/070115	3	2015	I	4								1 000,00					
2.4.2.2.	0301/070305	3	2015	I	4								1 000,00					
2.4.2.2.	0301/07030301	4	2015	I	7	Arranjos Exteriores do Convento de S. Francisco - Ordem Terceira Franciscana	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	50 000,00	150 000,00	25 000,00		225 000,00
2.4.2.2.	0301/07010301	5	2015	I	13	Praça Camões Com Utilização Permanente	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	30 000,00	200 000,00	25 000,00		255 000,00
2.4.2.2.	0301/07010301	6	2015	I	14	Requalificação do Jardim António José de Almeida - Centro de Artesanato	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	30 000,00	200 000,00	25 000,00		255 000,00
2.4.2.2.	0301/07030301	7	2015	I	15	Reforço da Rede Clivável na Área Arue Criação de Ciclovias Naturais e Históricas	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	50 000,00	500 000,00	500 000,00		1 050 000,00
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2016	I	3	Requalificação Paisagística do Largo do Castelo	Empreitada	100	DPIU	02/01/2016	03/12/2016	0	20 000,00	20 000,00			20 000,00	
2.4.3.	0301/07030301	1	2002	I	78	Saneamento	Adm. Dir.	100	DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4	242 000,00	242 000,00	142 000,00	142 000,00	768 000,00	
2.4.3.	0303/020101	1	2002	I	78	Ampliação, Conservação e Manutenção da Rede de Saneamento no Município							25 000,00				120 000,00	
2.4.3.	0303/020225	1	2002	I	78								5 000,00					
2.4.3.	0303/07030303	2	2002	I	79	Construção de Estações Depuradoras em Várias Aldeias	Empreitada	100	DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00	
2.4.3.	0303/07030303	1	2008	I	8	Ampliação, Conservação e Manutenção da Rede de Saneamento no Município	Empreitada	100	DAAE	02/01/2008	31/12/2019	4	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	40 000,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objetivo	Código da Classificação Económica	Projeto Ação			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total	Total Previsto				
		Código	Ano	Tipo			Número	AC		AA	FC				Início	Fim	Anos Seguintes				Outros			
																	2017	2018				2019		
2.4.3.	0301/07030303	1	2010	I	11	Construção de Etar's em França, Rabal, Rebordãos, S. Pedro e Outras Localidades	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	1			200 000,00	100 000,00	100 000,00		600 000,00				
2.4.3.	0301/07030303	2	2010	I	12	Execução de Redes e Infraestruturas de Saneamento Básico nas Seguintes Aldeias: Lagomar, Terroso, Gondense, Frieta, Vila Boa, Parálmio, Freixeda, Quintas de Montesinho e Outras.	Empreitada		100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	4			1 000,00	1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.4.4.	0303/020201 0303/020225 0303/020225 0303/020225 0303/020201 0303/020225 0303/07030307	2	2002	I	90	Abastecimento de Água	Adm. Dir.	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			345 500,00	96 000,00	93 000,00		690 500,00				
2.4.4.		2	2002	I	90	Remodelação e Ampliação da Rede de Água Rural										16 000,00	15 000,00	15 000,00		61 000,00				
2.4.4.		2	2002	I	90												1 000,00							
2.4.4.		3	2002	I	91	Remodelação e Ampliação da Rede de Água Urbana	Adm. Dir.	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4				15 000,00	15 000,00	15 000,00		146 000,00			
2.4.4.		3	2002	I	91												100 000,00							
2.4.4.	0303/020201	3	2002	I	91											1 000,00	1 000,00							
2.4.4.	0303/07030307	5	2004	I	30	Execução de Furos Artesianos para Reforço da Rede Pública na Área Rural	Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	3			20 000,00	20 000,00	20 000,00		80 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	7	2004	I	32	Tratamento de Água-Adaptação de Alguns Reservatórios incluindo Sistema de Controlo de Nível	Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	3			500,00	500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	8	2004	I	33	Vedação de Captações e Reservatórios na Área Rural	Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	9			500,00	500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	10	2006	I	22	Melhoria do Sistema de Armazenamento de Água	Empreitada	100		DAAE	02/01/2006	31/12/2019	4			500,00	500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	1	2008	I	9	Remodelação e Ampliação da Rede de Água Rural	Empreitada	100		DAAE	02/01/2008	31/12/2019	4			100 000,00	20 000,00	20 000,00		190 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	2	2008	I	10	Remodelação e Ampliação da Rede de Água Urbana	Empreitada	100		DAAE	02/01/2008	31/12/2019	4			100 000,00	20 000,00	20 000,00		190 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	1	2010	I	13	Construção e Beneficiação de Reservatórios de Água	Empreitada	100		DAAE	02/01/2010	31/12/2019	3			500,00	500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0102/070115	2	2010	I	14	Revisão do Estudo Hidrológico e Hidráulico/Operacional, Observação, Segurança e Exploração da Bss	Outra	100		OA	02/01/2010	31/12/2019	0			500,00	500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0301/07030307	3	2010	I	15	Beneficiação na Galeria da Bss	Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2017	0			500,00	500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0102/08050102	1	2011	A	4	Apoio à Construção de Pontões de Água na Área Rural	Outra	100		OA	01/05/2015	31/12/2018	0			5 000,00	2 500,00	2 500,00		10 000,00				
2.4.4.	0102/080301	1	2012	A	3	Comparticipação nos Custos Relativas as Tarefas Desenvolvidas para a Automatização dos Sistemas de Abastecimento de Águas às Aldeias	Outra	100		OA	02/01/2012	31/12/2018	0			500,00	500,00	500,00		1 500,00				
2.4.5.	0102/08010101	1	2010	A	3	Resíduos Sólidos	Outra	100		OA	02/01/2010	31/12/2018	0			500,00	500,00	500,00		1 500,00				
2.4.5.	0102/08010101	1	2010	A	3	Apoio à Construção de Infraestruturas de Valorização de Matéria Orgânica da Empresa Inter municipal de Resíduos do Nordeste										500,00	500,00	500,00		1 500,00				
2.4.6.						Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza										361 000,00	331 000,00	82 000,00		1 215 000,00				
2.4.6.1.	0102/08050101	1	2008	A	1	Higiene Pública	Outra	100		OA	02/01/2008	31/12/2018	9			32 900,00	33 500,00	33 500,00		99 900,00				
2.4.6.1.	0102/04050101	1	2011	A	1	Participação nas Despesas de Funcionamento do Canil Inter municipal de Vimioso	Outra	100		OA	02/01/2011	31/12/2018	0			31 400,00	32 000,00	32 000,00		1 500,00				
2.4.6.1.	0102/08050101	2	2011	A	2	Apoio à Aquisição de Equipamento para o Canil Inter municipal de Vimioso	Outra	100		OA	02/01/2011	31/12/2018	9			1 000,00	1 000,00	1 000,00		3 000,00				
2.4.6.2.	0102/08050102	1	2007	A	15	Cemitérios	Outra	100		OA	02/01/2007	31/12/2018	4			150 000,00	25 000,00	10 000,00		220 000,00				
2.4.6.2.	0102/08050102	1	2007	A	15	Apoio na Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios	Outra	100		OA	02/01/2007	31/12/2018	4			50 000,00	15 000,00	15 000,00		80 000,00				
2.4.6.2.	0301/07030312	1	2010	I	16	Obras de Beneficiação nos Centêríos Municipais	Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2019	4			100 000,00	10 000,00	10 000,00		140 000,00				
2.4.6.3.	0303/020201	2	2002	I	98	Meio Ambiente	Adm. Dir.	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			178 100,00	272 500,00	72 000,00		895 100,00				
2.4.6.3.	0303/020201	2	2002	I	98	Ajardinamento de Espaços Diversos no Concelho										25 000,00	20 000,00	20 000,00		85 000,00				
2.4.6.3.	0303/020225	2	2002	I	98											20 000,00	20 000,00	20 000,00						
2.4.6.3.	0303/0701002	3	2002	I	99	Aquisição de Equipamento e Manutenção Urbana	Outra	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			40 000,00	30 000,00	30 000,00		130 000,00				
2.4.6.3.	0303/0701102	4	2002	I	100	Elementos de Arte em Espaços Públicos	Outra	100		DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4			1 000,00	1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.4.6.3.	0303/07010499	7	2006	I	49	Proteção dos Aglomerados Urbanos	Outra	100		DAAE	02/01/2006	31/12/2019	0			500,00	500,00	500,00		2 000,00				

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016			
Objetivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)			Total	Ano em Curso (Financiamento)	Anos Seguintes			Total Previsão		
		Código	Ano			Tip	Número		AC	AA			FC	Início	Fim			EX	Não Definido	2017		2018	2019
2.4.6.3.	0102/080701	1	2007	A	16	Ações Juntas das Escolas e Associações de Defesa do Ambiente	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		500,00	500,00		500,00				1.500,00		
2.4.6.3.	0303/07030305	1	2008	I	12	Ajardnamento de Espaços Diversos no Concelho	Empreitada	100	DAAE	02/01/2008	31/12/2019	0		20.000,00	20.000,00		20.000,00				80.000,00		
2.4.6.3.	0303/020101	2	2008	I	13	Remodelação do Viveiro Municipal	Adm. Dir.	100	DAAE	02/01/2008	31/12/2019	0		600,00	500,00		500,00				2.100,00		
2.4.6.3.	0303/020125	2	2008	I	13									100,00									
2.4.6.3.	0301/07030301	1	2014	I	4	Realização do Projeto de Valorização Urbanística de S. Bartolomeu e Parque Urbano do Rio Ferrencia	Empreitada	100	DPIU	01/01/2014	31/12/2018	0		500,00	200.000,00		100.000,00				300.500,00		
2.4.6.3.	0303/07010499	1	2015	I	10	Requalificação Paisagística das Margens do Rio Ferrencia	Empreitada	15	85	DAAE	01/01/2015	31/12/2018	0		10.000,00	10.000,00		100.000,00			210.000,00		
2.4.6.3.	0301/07010405	1	2016	I	1	Criação de Jardim Com Equipamento de Ginástica ao Ar Livre e Elemento Decorativo, em Pinela	Empreitada	100	DPIU	06/09/1905	31/12/2016	0		40.000,00	40.000,00						40.000,00		
2.4.6.3.	0301/07030305	2	2016	I	2	Construção do Parque Verde Comunitário na Quinta da Traginha	Empreitada	100	DPIU	02/01/2016	31/12/2016	0		40.000,00	40.000,00						40.000,00		
2.5.						Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos																	
2.5.1.						Cultura																	
2.5.1.	0102/07010399	2	2002	I	103	Aquisição de Edifícios de Interesse Histórico-Cultural e de Valor Arquitectónico	Outra	100	OA	02/01/2002	31/12/2019	3		952.100,00	670.000,00		559.500,00				2.191.100,00		
2.5.1.	0102/08050102	3	2002	I	104	Centro de Arte Contemporânea de Bragança	Empreitada	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	9		500,00	500,00		500,00				1.500,00		
2.5.1.	0102/07010302	1	2007	A	18	Apelo à Construção ou Manutenção de Património do Interesse Cultural do Concelho	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018	3											
2.5.1.	0501/040701	2	2007	A	27	Apelo às Associações Culturais e Recreativas	Outra	100	DECAS	02/01/2007	31/12/2018	4		60.000,00	60.000,00		60.000,00				180.000,00		
2.5.1.	0102/080701	3	2007	A	30	Apelo às Associações na Construção e na Execução de Obras de Adaptação de Edifícios para as Suas Sedes Sociais	Outra	100	OA	01/10/2007	31/12/2018	4		3.000,00	2.000,00		2.000,00				7.000,00		
2.5.1.	0301/070115	1	2008	I	19	Elaboração do Projeto do Núcleo Museológico Ferroviário	Outra	100	DPIU	02/01/2008	31/12/2017	0		500,00	500,00						1.000,00		
2.5.1.	0301/07030201	2	2008	I	20	Construção do Núcleo Museológico Ferroviário	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2008	31/12/2018	0		200.000,00	100.000,00		20.000,00			320.000,00		
2.5.1.	0301/07010302	1	2010	I	6	Reconstrução do Forno Comunitário	Empreitada	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9		500,00	500,00		500,00				1.500,00		
2.5.1.	0301/07010302	2	2010	I	7	Reconstrução da Casa da Cidade-Sede de Associações em Santa Maria	Empreitada	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9		500,00	500,00		500,00				2.000,00		
2.5.1.		3	2010	A	9	Dinamização Sócio Cultural, Ambiental e Desportivo do Centro Histórico	Outra	100	OA	02/01/2010	31/12/2018	3		1.000,00	1.000,00		1.000,00				3.000,00		
2.5.1.	0102/010109	3	2010	A	9									500,00									
2.5.1.	0102/020020	3	2010	A	9									500,00									
2.5.1.	0501/080701	5	2010	A	12									2.500,00			2.500,00				7.500,00		
2.5.1.		1	2012	A	5	Apelo à Aquisição de Instrumentos Musicais e Partamentos para as Bandas de Música do Concelho	Outra	100	DECAS	02/01/2010	31/12/2018	4											
2.5.1.	0102/040701	1	2012	A	5	Apelo à Fundação Rei Afonso Henriques nas Despesas de Funcionamento	Outra	100	OA	02/01/2012	31/12/2018	4		30.000,00	30.000,00		30.000,00				90.000,00		
2.5.1.	0102/040701	2	2013	A	1	Apelo nas Despesas de Funcionamento da Fundação Os Nossos Livros	Outra	100	OA	02/01/2013	31/12/2018	4		10.000,00	10.000,00		10.000,00				30.000,00		
2.5.1.	0102/040701	3	2013	A	3	Apelo à Realização de Atividades no Conservatório de Música e Dança Fundação Os Nossos Livros	Outra	100	OA	02/01/2013	31/12/2018	0		45.000,00	45.000,00		45.000,00				135.000,00		
2.5.1.	0301/07030202	1	2015	I	5	Ampliação da Praça Sul do Teatro Municipal	Empreitada	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0		30.000,00	30.000,00		150.000,00				380.000,00		
2.5.1.	0301/07010301	2	2015	I	11	Recuperação dos Antigos Instalações da Biblioteca Calouste Gulbenkian	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2017	0		100.000,00	100.000,00		200.000,00			110.000,00		
2.5.1.		1	2016	A	3	Apelo à Instalação e Construção do Bragança Seferdita - Memorial e Centro de Documentação	Outra	100	OA	02/01/2016	31/12/2016	0		74.100,00							74.100,00		
2.5.1.	0102/040701	1	2016	A	3									25.800,00									
2.5.1.	0102/080701	1	2016	A	3									48.300,00									
2.5.2.	0301/07010406	3	2002	I	110	Desporto, Recreio e Lazer	Empreitada	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4		394.000,00	257.000,00		187.000,00				845.500,00		
2.5.2.						Conclusão da Bancada do Estádio Municipal e Arranjos Exteriores								1.000,00	1.000,00		1.000,00				4.000,00		
2.5.2.	0301/07010406	4	2002	I	111	Construção de Equipamentos e Infraestruturas Diversas	Empreitada	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	3		500,00	500,00		500,00				6.500,00		
2.5.2.	0301/07030305	9	2002	I	116	Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Traginha - Estudos	Empreitada	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	0		500,00	500,00		500,00				2.000,00		
2.5.2.	0301/07030305	10	2002	I	117	Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Traginha - Construção	Empreitada	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2017	0		500,00	500,00		500,00				2.000,00		

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA										GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)			Total Previsão						
		Código	Ano	Tipo			Número	AC	AA		FC	EX			Início	Fim	Anos Seguintes							
																	Total		Definido	Não Definido	2017	2018	2019	Outros
3.2.3.	0103/090802	2	2012	A	8	Parque de Ciência e Tecnologia - Régia Dourou Park, Reforço do Fundo Social	Outra	100	OA	02/01/2012	31/12/2018	0			1 000,00	1 000,00			3 000,00					
3.2.3.	0103/090802	1	2015	A	5	Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecopark - Reforço do Fundo Social	Outra	100	OA	01/01/2015	31/12/2018	0			500,00	500,00			1 500,00					
3.3.						Transportes e Comunicações																		
3.3.1.						Rede Viária e Rodoviários																		
3.3.1.1.	0301/020101	2	2002	I	130	Conservação da Rede Viária Municipal	Adm. Dir.	100	DPU	02/01/2002	31/12/2019	4			629 600,00	594 600,00	594 000,00	500,00	2 413 300,00					
3.3.1.1.	0301/020101	2	2002	I	130	Pavimentações Diversas	Empreitada	100	DPU	02/01/2002	31/12/2019	3			624 100,00	587 600,00	587 500,00		2 386 800,00					
3.3.1.1.	0301/020225	2	2002	I	130	Sinalização Urbana	Outra	100	DPU	02/01/2002	31/12/2019	3			608 100,00	572 600,00	572 500,00		2 325 800,00					
3.3.1.1.	0301/07030308	13	2002	I	141	Manutenção da Rede Viária Urbana-Sinalização e Pintura	Adm. Dir.	100	DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			6 000,00	5 000,00	5 000,00		21 000,00					
3.3.1.1.	0301/07030309	21	2002	I	149			100	DAAE	02/01/2003	31/12/2019	4			1 000,00	1 000,00	1 000,00		4 000,00					
3.3.1.1.	0303/07010409	22	2002	I	150			100	DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			25 000,00	25 000,00	25 000,00		100 000,00					
3.3.1.1.	0303/07010409	25	2003	I	10			100	DAAE	02/01/2003	31/12/2019	4			30 000,00	20 000,00	20 000,00		90 000,00					
3.3.1.1.	0303/020201	25	2003	I	10			100	DAAE	02/01/2003	31/12/2019	4			25 000,00	20 000,00	20 000,00		85 000,00					
3.3.1.1.	0303/020225	25	2003	I	10			100	DPU	02/01/2007	31/12/2019	4			15 000,00	1 000,00	1 000,00		4 000,00					
3.3.1.1.	0301/07030308	45	2007	I	6	Pavimentação a Cubos de Granito em Várias Aldeias	Empreitada	100	DPU	02/01/2007	31/12/2019	4			1 000,00	1 000,00	1 000,00		4 000,00					
3.3.1.1.	0301/07030308	1	2008	I	15	Conservação da Rede Viária Municipal	Empreitada	100	DPU	02/01/2008	31/12/2019	4			470 000,00	500 000,00	500 000,00		1 970 000,00					
3.3.1.1.	0301/07030308	1	2010	I	21	Beneficiação e Pavimentação das Vias Municipais: EM 542 de Coelho ao Rio Sabor, EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pijuela e de Santa Comba de Rossas a Rebordãosinhos	Empreitada	100	DPU	02/01/2010	31/12/2019	0			50 000,00	500,00	500,00		51 500,00					
3.3.1.1.	0102/080901	6	2010	A	10	Apoio na Construção da Ponte Internacional da petisqueira Sobre o Rio Magães	Outra	100	OA	02/01/2010	31/12/2018	0			100,00	100,00			300,00					
3.3.1.2.						Estatuadamento																		
3.3.1.2.	0302/07011002	4	2006	I	42	Aquisição de Abrigos de Passageiros	Outra	100	DLM	02/01/2006	31/12/2019	4			16 000,00	15 000,00	15 000,00		61 000,00					
3.3.1.2.	0302/020101	1	2010	I	26	Manutenção de Parques de Estacionamento	Adm. Dir.	100	DLM	02/01/2010	31/12/2019	4			5 000,00	5 000,00	5 000,00		20 000,00					
3.3.1.2.	0302/020225	1	2010	I	26			100	DLM	02/01/2010	31/12/2019	4			11 000,00	10 000,00	10 000,00		41 000,00					
3.3.2.						Transportes Aéreos																		
3.3.2.	0302/070115	3	2006	I	43	Revisão do Plano Diretor do Aeródromo Municipal	Outra	100	DLM	02/01/2006	31/12/2019	9			5 500,00	7 000,00	6 500,00	500,00	26 500,00					
3.3.2.	0301/07010301	4	2006	I	44	Projeto e Construção de Edifícios de Apoio ao Aeródromo Municipal	Empreitada	100	DPU	02/01/2006	31/12/2019	9			500,00	500,00	500,00		2 000,00					
3.3.2.	0301/07030313	5	2006	I	45	Ampliação da Pista do Aeródromo Municipal-Fase 2	Empreitada	100	DPU	02/01/2006	31/12/2019	9			500,00	500,00	500,00		2 000,00					
3.3.2.																								
3.3.2.	0301/020101	1	2012	I	5	Manutenção de Infraestruturas Aeroportuárias	Adm. Dir.	100	DPU	02/01/2012	31/12/2019	4			3 000,00	5 000,00	5 000,00		18 000,00					
3.3.2.	0301/020225	1	2012	I	5																			
3.3.2.	0301/07011002	1	2012	I	5																			
3.3.2.	0301/07010499	2	2012	I	6	Manutenção de Infraestruturas Aeroportuárias	Empreitada	100	DPU	02/01/2012	31/12/2019	0			1 000,00	500,00	500,00		2 500,00					
3.3.4.						Comércio e Turismo																		
3.3.4.1.	0102/080701	1	2007	A	24	Apoio à Realização de Feiras e Certames	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018	0			1 000,00	1 985 100,00	4 000,00		6 250 800,00					
3.3.4.1.	0301/07010303	1	2010	I	10	Construção do Novo Espaço para a Feira	Empreitada	100	DPU	02/01/2010	31/12/2019	9			23 100,00	2 021 100,00	1 000,00		3 066 300,00					
3.3.4.1.	0301/07010499	1	2011	I	4	Construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones	Empreitada	100	DPU	01/05/2011	31/12/2019	9			20 000,00	20 000,00	20 000,00		60 000,00					
3.3.4.1.																								
3.3.4.1.	0102/080701	1	2013	A	5	Apoio ao Projeto de Melhoria de Eficiência Energética do Centro de Exposições no N.E.R.B.A	Outra	100	OA	02/01/2013	31/12/2018	0			100,00	100,00			300,00					
3.3.4.1.	0301/07010301	1	2015	I	22	Construção de Pavilhão para Promoção da Atividade Económica Regional	Empreitada	15	85	DPU	01/01/2015	31/12/2018	0			1 000,00	1 000 000,00		3 001 000,00					
3.3.4.2.						Turismo																		
3.3.4.2.	0301/07010405	10	2006	I	46	Ampliação e Remodelação do Parque de Campismo Municipal	Empreitada	100	DPU	02/01/2006	31/12/2019	9			10 000,00	1 054 000,00	3 000,00		3 184 500,00					
3.4.2.																								
3.4.2.	0102/08050102	1	2007	A	25	Apoio à Construção de Praias Fluviais	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018	0			1 000,00	1 000,00			3 000,00					
3.4.2.	0102/08050102	2	2007	A	26	Apoio à Reabilitação de Edifícios para Museus Rurais e Outros Fins Coletivos	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018	0			1 000,00	1 000,00			3 000,00					

ENTIDADE:				GRANDES OPÇÕES DO PLANO										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016													
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA				Objetivo	Projeto Ação			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado	Valor Realizado Até 1 Out.	Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsão					
Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		AC		AA	FC	Início			Fim	EX		Total	Definido				Não Definido	Anos Seguintes		Outros						
	Código	Ano																	Tipo	Número			2017	2018	2019		
3.4.2.	0301/07010405	1	2008	I	17			Melhoramentos no Parque de Campismo de Rio de Onor	Empreitada	100		DPIU	02/01/2008	31/12/2019	4			500,00	500,00	500,00		2 000,00					
3.4.2.	0301/07010406	3	2010	I	28			Construção da Praia Fluvial de Gostel	Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2019	0			500,00	500,00	500,00		2 000,00					
3.4.2.	0301/07010407	1	2011	I	3			Adaptação de Edifício a Posto de Turismo e Espaço Memória da Presença Sefardita	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2011	31/12/2017	4			500 000,00	100 000,00	10 000,00		611 000,00					
3.4.2.	0301/07010301	1	2011	I	3																						
3.4.2.	0301/07011002	1	2013	I	3			Espaço Memória da Presença Militar em Bragança	Outra	100		DPIU	02/01/2013	31/12/2019	9			350 000,00	500,00	500,00		2 000,00					
3.4.2.	0301/07011002	1	2013	I	3			Instalação do Bragança Welcome Center	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			150 000,00	500,00	200 000,00	500,00	450 000,00					
3.4.2.	0301/07010301	1	2015	I	1													500,00									
3.4.2.	0301/07011002	1	2015	I	1													40 000,00									
3.4.2.	0301/07011002	2	2015	I	21			Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano	Outra	15	85	DPDS	01/01/2015	31/12/2018	0			10 000,00	750 000,00			2 100 000,00					
3.4.2.	0401/020101	2	2015	I	21													300 000,00									
3.4.2.	0401/020217	2	2015	I	21													200 000,00									
3.4.2.	0401/020225	2	2015	I	21													100 000,00									
3.5.	0102/040901	1	2015	A	2			Outras Funções Económicas	Outra									130 000,00	130 000,00			390 000,00					
3.5.	0301/07010301	2	2015	I	6			Apoio ao Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial - Aect León-Bragança, nas Despesas de Funcionamento	Empreitada	100		OA	02/01/2015	31/12/2018	0			30 000,00	30 000,00	30 000,00		90 000,00					
3.5.	0301/07010301	2	2015	I	6			Criação de Gabinete Técnico de Apoio ao Empreendedor (Arquitetura, Engenharia, Economia ou Gestão, Ação Social e Animação Sócio Cultural)	Empreitada	100		DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			100 000,00	100 000,00			300 000,00					
4.								Outras Funções																			
4.2.	0102/04050104	1	2015	A	3			Transferências entre Administrações	Outra	100		OA	01/01/2015	31/12/2018	0			293 000,00	256 400,00	215 200,00	430 400,00	1 451 400,00					
4.2.	0102/04050104	2	2015	A	3			Transferência para a CIM-TTM para Despesas de Funcionamento	Outra	100		OA	01/01/2015	31/12/2018	0			77 800,00	41 200,00	41 200,00		160 200,00					
4.2.	0102/08050104	2	2015	A	4			Transferência para a CIM-TTM para Despesas de Investimento	Outra	100		OA	01/01/2015	31/12/2018	0			40 200,00	40 200,00	40 200,00		120 600,00					
4.2.	0102/08050104	2	2015	A	4			Transferência para a CIM-TTM para Despesas de Investimento	Outra	100		OA	01/01/2015	31/12/2018	0			37 600,00	1 000,00	1 000,00		39 600,00					
4.3.	0103/090802	2	2015	I	23			Diversas não Especificadas	Outra	100			02/01/2015	31/12/2021	3			215 200,00	215 200,00	215 200,00	430 400,00	1 291 200,00					
4.3.	0103/090802	2	2015	I	23			Subscrição/Realização das Unidades de Participação - Fundo de Apoio Municipal	Outra	100								215 200,00	215 200,00	215 200,00	430 400,00	1 291 200,00					
				Total Geral																							

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS					DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objetivo	Descrição	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
		Até 1 Out.	Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019	Outros	
1.	Funções Gerais			1 668 000,00	1 668 000,00		886 000,00	602 002,00	352 000,00		3 508 002,00
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública			1 632 000,00	1 632 000,00		875 000,00	600 002,00	350 000,00		3 457 002,00
1.1.1.	Administração Geral			1 632 000,00	1 632 000,00		875 000,00	600 002,00	350 000,00		3 457 002,00
1.1.1.1.	Edifícios			665 000,00	665 000,00		126 000,00	126 000,00	126 000,00		1 043 000,00
1.1.1.2.	Material de Transporte			780 500,00	780 500,00		585 000,00	175 000,00	60 000,00		1 600 500,00
1.1.1.3.	Maquinaria e Equipamento			186 500,00	186 500,00		164 000,00	299 002,00	164 000,00		813 502,00
1.2.	Segurança e Ordem Públicas			36 000,00	36 000,00		11 000,00	2 000,00	2 000,00		51 000,00
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios			36 000,00	36 000,00		11 000,00	2 000,00	2 000,00		51 000,00
1.2.1.2.	Segurança Pública			36 000,00	36 000,00		11 000,00	2 000,00	2 000,00		51 000,00
2.	Funções Sociais			5 233 800,00	5 233 800,00		6 065 200,00	3 790 500,00	1 496 000,00		16 585 500,00
2.1.	Educação			7 000,00	7 000,00		9 000,00	9 000,00	8 500,00		33 500,00
2.1.1.	Ensino não Superior			7 000,00	7 000,00		9 000,00	9 000,00	8 500,00		33 500,00
2.1.1.1.	Ensino Pré-Escolar			2 000,00	2 000,00		3 000,00	3 000,00	3 000,00		11 000,00
2.1.1.2.	Ensino Básico			5 000,00	5 000,00		6 000,00	6 000,00	5 500,00		22 500,00
2.4.	Habitação e Serviços Coletivos			4 791 800,00	4 791 800,00		5 789 200,00	3 555 000,00	1 478 000,00		15 614 000,00
2.4.1.	Habitação			2 025 200,00	2 025 200,00		1 139 700,00	603 500,00	304 500,00		4 072 900,00
2.4.2.	Ordenamento do Território			1 907 000,00	1 907 000,00		3 862 500,00	2 434 500,00	856 500,00		9 060 500,00
2.4.2.1.	Planeamento Urbanístico			352 000,00	352 000,00		204 000,00	102 000,00	102 000,00		760 000,00
2.4.2.2.	Urbanização			1 555 000,00	1 555 000,00		3 658 500,00	2 332 500,00	754 500,00		8 300 500,00
2.4.3.	Saneamento			242 000,00	242 000,00		242 000,00	142 000,00	142 000,00		768 000,00
2.4.4.	Abastecimento de Água			340 000,00	340 000,00		153 000,00	93 000,00	93 000,00		679 000,00
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza			277 600,00	277 600,00		392 000,00	282 000,00	82 000,00		1 033 600,00
2.4.6.2.	Cemitérios			100 000,00	100 000,00		20 000,00	10 000,00	10 000,00		140 000,00
2.4.6.3.	Meio Ambiente			177 600,00	177 600,00		372 000,00	272 000,00	72 000,00		893 600,00
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			435 000,00	435 000,00		267 000,00	226 500,00	9 500,00		938 000,00
2.5.1.	Cultura			332 000,00	332 000,00		262 000,00	221 500,00	1 000,00		816 500,00
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer			103 000,00	103 000,00		5 000,00	5 000,00	8 500,00		121 500,00
3.	Funções e Económicas			4 026 000,00	4 026 000,00		6 440 500,00	3 100 500,00	641 000,00	500,00	14 208 500,00
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca			40 000,00	40 000,00		150 000,00				190 000,00
3.2.	Indústria e Energia			2 092 000,00	2 092 000,00		2 543 000,00	443 000,00	43 000,00		5 121 000,00
3.2.1.	Iluminação Pública			141 000,00	141 000,00		541 000,00	141 000,00	41 000,00		864 000,00
3.2.2.	Energia			151 000,00	151 000,00		202 000,00	202 000,00	1 000,00		556 000,00
3.2.3.	Estabelecimentos Industriais			1 800 000,00	1 800 000,00		1 800 000,00	100 000,00	1 000,00		3 701 000,00
3.3.	Transportes e Comunicações			629 500,00	629 500,00		594 500,00	594 500,00	594 000,00	500,00	2 413 000,00
3.3.1.	Transportes Rodoviários			624 000,00	624 000,00		587 500,00	587 500,00	587 500,00		2 386 500,00
3.3.1.1.	Rede Viária e Sinalização			608 000,00	608 000,00		572 500,00	572 500,00	572 500,00		2 325 500,00
3.3.1.2.	Estacionamento			16 000,00	16 000,00		15 000,00	15 000,00	15 000,00		61 000,00
3.3.2.	Transportes Aéreos			5 500,00	5 500,00		7 000,00	7 000,00	6 500,00	500,00	26 500,00
3.4.	Comércio e Turismo			1 164 500,00	1 164 500,00		3 053 000,00	1 963 000,00	4 000,00		6 184 500,00
3.4.1.	Mercados e Feiras			3 000,00	3 000,00		2 001 000,00	1 001 000,00	1 000,00		3 006 000,00
3.4.2.	Turismo			1 161 500,00	1 161 500,00		1 052 000,00	962 000,00	3 000,00		3 178 500,00
3.5.	Outras Funções e Económicas			100 000,00	100 000,00		100 000,00	100 000,00			300 000,00
4.	Outras Funções			215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00	430 400,00	1 291 200,00
4.3.	Diversas não Especificadas			215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00	430 400,00	1 291 200,00
Total Geral				11 143 000,00	11 143 000,00		13 606 900,00	7 708 202,00	2 704 200,00	430 900,00	35 593 202,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA										PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)			Anos Seguintes			Total Previsão					
		Código	Ano			Número	EX		Fim	Início			Definido	Não Definido	Total	2017	2018	2019		Outros				
1.1.1.3.	0501/0701002	26	2008	1										10 000,00										
1.1.1.3.	0501/070111	26	2008	1	Outra	100		UDJ	02/01/2008	31/12/2019	4			4 000,00			5 000,00	5 000,00		20 000,00				
1.1.1.3.	0502/070109	27	2008	2										500,00										
1.1.1.3.	0502/0701002	27	2008	2										4 000,00										
1.1.1.3.	0502/070111	27	2008	2										500,00										
1.1.1.3.	0502/070111.3.	27	2008	2										500,00										
1.1.1.3.	0302/07010602	28	2008	3	Outra	100		DLM	02/01/2008	31/12/2019	0			5 000,00			5 000,00	5 000,00		20 000,00				
1.1.1.3.	0102/070112	2	2014	2	Outra	100		OA	01/01/2014	31/12/2018	4			1 000,00			1 000,00	1 000,00		4 000,00				
1.1.1.3.	0202/070109	3	2014	5	Outra	100		DAF	01/01/2014	31/12/2019	4			3 000,00			3 000,00	3 000,00		12 000,00				
1.1.1.3.	0202/070111	3	2014	5										2 500,00										
1.2.														500,00										
1.2.1.														36 000,00			11 000,00	2 000,00		51 000,00				
1.2.1.1.														36 000,00			11 000,00	2 000,00		51 000,00				
1.2.1.2.														36 000,00			11 000,00	2 000,00		51 000,00				
1.2.1.2.1.														1 000,00			1 000,00	1 000,00		4 000,00				
1.2.1.2.2.														35 000,00			30 000,00	1 000,00		47 000,00				
2														5 233 800,00			6 065 200,00	3 790 500,00		16 585 500,00				
2.1.														7 000,00			9 000,00	9 000,00		33 500,00				
2.1.1.														7 000,00			9 000,00	8 500,00		33 500,00				
2.1.1.1.														2 000,00			3 000,00	3 000,00		11 000,00				
2.1.1.1.1.														1 000,00			1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.1.1.1.2.														35 000,00			30 000,00	1 000,00		47 000,00				
2.1.1.2.														5 233 800,00			6 065 200,00	3 790 500,00		16 585 500,00				
2.1.1.2.1.														7 000,00			9 000,00	9 000,00		33 500,00				
2.1.1.2.1.1.														7 000,00			9 000,00	8 500,00		33 500,00				
2.1.1.2.1.2.														2 000,00			3 000,00	3 000,00		11 000,00				
2.1.1.2.1.2.1.														1 000,00			1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.1.1.2.1.2.2.														500,00										
2.1.1.2.1.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.1.														500,00										
2.1.1.2.1.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.1.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.														500,00			1 000,00	1 000,00		3 500,00				
2.1.1.2.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.																								

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS												DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento AC AA FC	Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)		Despesas de Investimento (Previsão)			Total		
		Código	Ano					Número	Início				Fim	Definido	Não Definido	2017	2018	2019	Outros	
2.4.1.	0301/07010201	18	2006	11	Projeto e Construção de Habitação Social	Empreitada	100	DPIU	02/01/2006	31/12/2019	0		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.1.	0102/070101	19	2006	33	Aquisição de Terrenos na Zona Industrial de Mós	Outra	100	OA	02/01/2006	31/12/2019	4		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.1.	0102/070101	20	2006	34	Aquisição de Terrenos para o Parque Tecnológico	Outra	100	OA	02/01/2006	31/12/2019	9		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.1.	0301/07010399	1	2011	2	Domus Universitária-Recuperação de Imóveis na Zona Histórica para Residência de Estudantes	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2011	31/12/2018	0	300 000,00	300 000,00		200 000,00	200 000,00		700 000,00	
2.4.1.	0301/07010203	1	2012	8	Recuperação de imóveis no Centro Histórico para Alojamento Social de Famílias Jovens	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2012	31/12/2019	4	150 000,00	150 000,00		100 000,00	100 000,00	100 000,00	450 000,00	
2.4.1.	0301/07010301	1	2015	8	Recuperação de Edifício para Instalação do Observatório da Interioridade	Empreitada	15	85	DPIU	29/10/2015	31/12/2019	0	1 000,00	1 000,00		500 000,00	100 000,00	1 000,00	602 000,00	
2.4.2.					Ordenamento do Território								1 907 000,00	1 907 000,00		3 862 500,00	2 434 500,00	856 500,00	9 060 500,00	
2.4.2.1.					Planeamento Urbanístico								352 000,00	352 000,00		204 000,00	102 000,00	102 000,00	760 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	2	2002	50	Outros Projectos de Qualificação Urbana no Concelho	Outra	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	3	2002	51	Planos de Pormenor do Centro Histórico da Cidade de Bragança e Outros	Outra	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	0		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	5	2002	53	Revisão do Plano Diretor Municipal	Outra	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4		500,00	500,00		2 500,00	500,00	500,00	4 000,00	
2.4.2.1.	0102/070115	6	2002	54	Sistema de Informação Geográfica e Cartográfica Digital do Concelho	Outra	100	OA	02/01/2002	31/12/2019	4		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.1.	0301/070115	7	2003	3	Outros Estudos e Projectos	Outra	100	DPIU	02/01/2003	31/12/2019	3		350 000,00	350 000,00		200 000,00	100 000,00	100 000,00	750 000,00	
2.4.2.2.					Urbanização								1 555 000,00	1 555 000,00		3 658 500,00	2 332 500,00	754 500,00	8 300 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	3	2002	57	Arranjos Nos Arruamentos da Cidade	Empreitada	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4		400 000,00	400 000,00		250 000,00	200 000,00	200 000,00	1 050 000,00	
2.4.2.2.	0301/020101	12	2002	66	Passadouros Diversos na Cidade	Adm. Dir.	100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4		1 500,00	1 000,00		2 000,00	2 000,00	2 000,00	7 500,00	
2.4.2.2.	0301/020225	12	2002	66																
2.4.2.2.	0301/07030301	19	2002	73	Requalificação do Espaço Público da Avenida João da Cruz	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	0	60 000,00	60 000,00		500 000,00	200 000,00	1 000,00	761 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	30	2005	5	Construção da Circular Interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha	Empreitada	100	DPIU	02/01/2005	31/12/2017	9		500,00	500,00		500,00			1 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	37	2006	13	Construção do Acesso Poente Desde a Circular Interior À Avenida Abade de Baçal	Empreitada	100	DPIU	02/01/2006	31/12/2019	3		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	40	2007	2	Requalificação de Acessos Urbanos Nas Aldeias	Empreitada	100	DPIU	02/01/2007	31/12/2019	0		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	41	2007	3	Execução de Infraestruturas do Loteamento de S. Tiago - 1ª Fase	Empreitada	100	DPIU	02/01/2007	31/12/2018	4		500,00	500,00		500,00	500,00		1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	42	2007	8	Reparimentação dos Bairros da Cidade	Empreitada	100	DPIU	02/01/2007	31/12/2019	4		500 000,00	500 000,00		500 000,00	250 000,00	250 000,00	1 500 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2008	7	Passadouros Diversos na Cidade	Empreitada	100	DPIU	02/01/2008	31/12/2019	4		350 000,00	350 000,00		300 000,00	300 000,00	300 000,00	1 250 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2008	24	Criação da Ciclovia da Mãe D'Água e da Praça Nova da Mãe D'Água e Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe D'Água	Empreitada	100	DPIU	08/10/2008	08/10/2018	3		500,00	500,00		500,00			1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2010	8	Requalificação da Rua Central de Izeda	Empreitada	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2017	0		500,00	500,00		500,00			1 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2010	9	Construção da Ciclovia-2ª Fase-Ligação ao CCV	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9	500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	3	2010	30	Construção da Ciclovia da Mãe de Água	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9	500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	4	2010	31	Construção da Praça Nova da Mãe de Água	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9	500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2011	5	Construção da Circular Interior - Troço da Mãe de Água	Empreitada	15	85	DPIU	01/05/2011	31/12/2018	9	500,00	500,00		500,00	500,00		1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2012	3	Reparimentação da Avenida Abade de Baçal e Bairro Novecentista	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2012	31/12/2018	9	500,00	500,00		500,00	500,00		1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2012	4	Construção da Circular Interior - Troço de Ligação À Avenida Abade de Baçal	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2012	31/12/2018	4	500,00	500,00		500,00	500,00		1 500,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2013	4	Arranjo Urbanístico da Rua Emídio Navarro no Acesso ao Paço Episcopal	Empreitada	100	DPIU	02/01/2013	31/12/2019	0		500,00	500,00		500,00	500,00	500,00	2 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2015	2	Requalificação do Espaço Público da Avenida Sá Carneiro	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	30 000,00	30 000,00		300 000,00	200 000,00		530 000,00	
2.4.2.2.	0301/07030301	2	2015	3	Requalificação dos Acessos Perpendiculares À Avenida Sá Carneiro	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	25 000,00	25 000,00		250 000,00	100 000,00		375 000,00	
2.4.2.2.	0301/070115	3	2015	4	Recuperação das Muralhas e Acessos À Cidade da	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0	2 000,00	2 000,00		500 000,00	500 000,00		1 002 000,00	
2.4.2.2.																				

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA										PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsto						
		Código	Ano			Número	AC		AA	FC				Início	Fim	Anos Seguintes	Ano em Curso (Financiamento)		Outros					
																	Total			Definido	Não Definido	2017	2018	2019
2.4.2.2.	0301/070305	3	2015	4	Arranjos Exteriores do Convento de S. Francisco - Ordem Terceira Franciscana Praça Camêes com Utilização Permanente Requalificação do Jardim António José de Almeida - Centro de Artesanato Reforço da Rede Clivável na Área Açu e Criação de Ciclovias Naturais e Históricas Requalificação Paisagística do Largo do Castelo Saneamento	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			1 000,00		150 000,00	25 000,00		225 000,00				
2.4.2.2.	0301/07030301	4	2015	7		Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			30 000,00		200 000,00	25 000,00		255 000,00				
2.4.2.2.	0301/07010301	5	2015	13		Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			30 000,00		200 000,00	25 000,00		255 000,00				
2.4.2.2.	0301/07010301	6	2015	14		Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			30 000,00		200 000,00	25 000,00		255 000,00				
2.4.2.2.	0301/07030301	7	2015	15	Reforço da Rede Clivável na Área Açu e Criação de Ciclovias Naturais e Históricas Requalificação Paisagística do Largo do Castelo Saneamento Ampliação, Conservação e Manutenção da Rede de Saneamento no Município	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			50 000,00		500 000,00	500 000,00		1 050 000,00				
2.4.2.2.	0301/07030301	1	2016	3		Empreitada	100		DPIU	02/01/2016	03/12/2016	0			20 000,00		242 000,00	142 000,00		20 000,00				
2.4.3.	0301/07030301	1	2002	78		Adm. Dir.	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			242 000,00		30 000,00	30 000,00		768 000,00				
2.4.3.	0301/07030301	2	2002	79		Saneamento no Município	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			30 000,00		30 000,00	30 000,00		120 000,00				
2.4.3.	0303/020101	1	2002	78	Construção de Estações Depuradoras em Várias Aldeias Ampliação, Conservação e Manutenção da Rede de Saneamento no Município Construção de Etar's em Franca, Rabal, Rebordãos, S. Pedro e Outras Localidades Execução de Redes e Infraestruturas de Saneamento Básico Nas Seguintes Aldeias: Lagomar, Terroso, Gondense, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montesinho e Outras.	Empreitada	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			25 000,00		1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.4.3.	0303/020225	1	2002	78		Empreitada	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			5 000,00		1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.4.3.	0303/07030303	2	2002	79		Empreitada	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			1 000,00		1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.4.3.	0303/07030303	1	2008	8		Empreitada	100		DAAE	02/01/2008	31/12/2019	4			10 000,00		10 000,00	10 000,00		40 000,00				
2.4.3.	0301/07030303	1	2010	11	Construção de Etar's em Franca, Rabal, Rebordãos, S. Pedro e Outras Localidades Execução de Redes e Infraestruturas de Saneamento Básico Nas Seguintes Aldeias: Lagomar, Terroso, Gondense, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montesinho e Outras.	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	1			200 000,00		200 000,00	100 000,00		600 000,00				
2.4.3.	0301/07030303	2	2010	12		Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2019	4			1 000,00		1 000,00	1 000,00		4 000,00				
2.4.4.						Abastecimento de Água Remodelação e Ampliação da Rede de Água Rural Remodelação e Ampliação da Rede de Água Urbana Execução de Furos Artesianos para Reforço da Rede Pública na Área Rural Tratamento de Água-Adaptação de Alguns Reservatórios incluindo Sistema de Controlo de Nível Vedação de Captações e Reservatórios na Área Rural Melhoria do Sistema de Armazenamento de Água Remodelação e Ampliação da Rede de Água Rural Remodelação e Ampliação da Rede de Água Urbana Construção e Beneficiação de Reservatórios de Água	Adm. Dir.	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			340 000,00		153 000,00	93 000,00		679 000,00			
2.4.4.	0303/020101	2	2002	90			Adm. Dir.	100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			16 000,00		15 000,00	15 000,00		61 000,00			
2.4.4.	0303/020101	2	2002	90	Adm. Dir.		100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			15 000,00		15 000,00	15 000,00		146 000,00				
2.4.4.	0303/020225	2	2002	90	Adm. Dir.		100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			101 000,00		15 000,00	15 000,00		146 000,00				
2.4.4.	0303/020225	3	2002	91	Adm. Dir.		100		DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			101 000,00		15 000,00	15 000,00		146 000,00				
2.4.4.	0303/020101	3	2002	91	Execução de Furos Artesianos para Reforço da Rede Pública na Área Rural Tratamento de Água-Adaptação de Alguns Reservatórios incluindo Sistema de Controlo de Nível Vedação de Captações e Reservatórios na Área Rural Melhoria do Sistema de Armazenamento de Água Remodelação e Ampliação da Rede de Água Rural Remodelação e Ampliação da Rede de Água Urbana Construção e Beneficiação de Reservatórios de Água	Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	3			100 000,00		20 000,00	20 000,00		80 000,00				
2.4.4.	0303/020225	3	2002	91		Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	3			1 000,00		20 000,00	20 000,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	5	2004	30		Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	3			500,00		500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	7	2004	32		Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	3			500,00		500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	8	2004	33	Vedação de Captações e Reservatórios na Área Rural Melhoria do Sistema de Armazenamento de Água Remodelação e Ampliação da Rede de Água Rural Remodelação e Ampliação da Rede de Água Urbana Construção e Beneficiação de Reservatórios de Água Revisão do Estudo Hidrológico e Hidráulico/Operacional, Observação, Segurança e Exploração da Bss	Empreitada	100		DAAE	02/01/2004	31/12/2019	9			500,00		500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	10	2006	22		Empreitada	100		DAAE	02/01/2006	31/12/2019	4			500,00		500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	1	2008	9		Empreitada	100		DAAE	02/01/2008	31/12/2019	4			100 000,00		50 000,00	20 000,00		190 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	2	2008	10		Empreitada	100		DAAE	02/01/2008	31/12/2019	4			100 000,00		50 000,00	20 000,00		190 000,00				
2.4.4.	0303/07030307	1	2010	13	Construção e Beneficiação de Reservatórios de Água Revisão do Estudo Hidrológico e Hidráulico/Operacional, Observação, Segurança e Exploração da Bss Beneficiação na Galeria da Bss Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza Cemitérios	Empreitada	100		DAAE	02/01/2010	31/12/2019	3			500,00		500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0102/070115	2	2010	14		Outra	100		OA	02/01/2010	31/12/2019	0			500,00		500,00	500,00		2 000,00				
2.4.4.	0301/07030307	3	2010	15		Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2017	0			500,00		500,00	500,00		2 000,00				
2.4.6.						Beneficiação na Galeria da Bss Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza Cemitérios	Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2017	0			500,00		500,00	500,00		2 000,00			
2.4.6.2.	0301/07030312	1	2010	16	Empreitada		100		DPIU	02/01/2010	31/12/2019	4			277 600,00		392 000,00	282 000,00		1 033 600,00				
2.4.6.2.	0301/07030312	1	2010	16	Obras de Beneficiação Nos Cemitérios Municipais	Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2019	4			100 000,00		20 000,00	10 000,00		140 000,00				
2.4.6.2.	0301/07030312	1	2010	16	Obras de Beneficiação Nos Cemitérios Municipais	Empreitada	100		DPIU	02/01/2010	31/12/2019	4			100 000,00		20 000,00	10 000,00		140 000,00				

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016									
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Anos em Curso (Financiamento)			Despesas de Investimento (Previsão)			Total Previsão			
		Código	Ano			Número	AC		AA	FC				Início	Fim	Total	Definido	Não Definido	2017		2018	2019	Outros
2.4.6.3.	0303/020101	2	2002	98	Meio Ambiente	Adm. Dir.		100	DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			177 600,00	177 600,00	372 000,00	272 000,00	72 000,00	893 600,00			
2.4.6.3.	0303/020225	2	2002	98	Ajardinamento de Espaços Diversos no Concelho										25 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	85 000,00			
2.4.6.3.	0303/020225	2	2002	98																			
2.4.6.3.	0303/07011002	3	2002	99	Aquisição de Equipamento e Manutenção Urbana	Outra		100	DAAE	02/01/2002	31/12/2019	4			40 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	130 000,00			
2.4.6.3.	0301/070112	4	2002	100	Elementos de Arte em Espaços Públicos	Outra		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4			1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00			
2.4.6.3.	0303/07010499	7	2006	49	Proteção dos Aglomerados Urbanos	Outra		100	DAAE	02/01/2006	31/12/2019	0			500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2 000,00			
2.4.6.3.	0303/07030305	1	2008	12	Ajardinamento de Espaços Diversos no Concelho	Empreitada		100	DAAE	02/01/2008	31/12/2019	0			20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	80 000,00			
2.4.6.3.	0303/07030305	2	2008	13	Remodelação do Viveiro Municipal	Adm. Dir.		100	DAAE	02/01/2008	31/12/2019	0			600,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2 100,00			
2.4.6.3.	0303/020101	2	2008	13												500,00							
2.4.6.3.	0303/020225	2	2008	13												300,00							
2.4.6.3.	0301/07030301	1	2014	4	Realização do Projeto de Valorização Urbanística de S. Bartolomeu e Parque Urbano do Rio Fervença	Empreitada		100	DPIU	01/01/2014	31/12/2018	0			500,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00		300 500,00			
2.4.6.3.	0303/07010499	1	2015	10	Requalificação Paisagística das Margens do Rio Fervença	Empreitada		15	DAAE	01/01/2015	31/12/2018	0			10 000,00	10 000,00	100 000,00	100 000,00		210 000,00			
2.4.6.3.	0301/07010405	1	2016	1	Criação de Jardim com Equipamento de Ginástica ao Ar Livre e Elemento Decorativo, em Pinela	Empreitada		100	DPIU	06/09/1905	31/12/2016	0			40 000,00	40 000,00				40 000,00			
2.4.6.3.	0301/07030305	2	2016	2	Construção do Parque Verde Comunitário na Quinta da Traginha	Empreitada		100	DPIU	02/01/2016	31/12/2016	0			40 000,00	40 000,00				40 000,00			
2.5.					Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos																		
2.5.1.	0102/07010399	2	2002	103	Cultura	Outra		100	OA	02/01/2002	31/12/2019	3			435 000,00	267 000,00	226 500,00	9 500,00		938 000,00			
2.5.1.					Aquisição de Edifícios de Interesse Histórico-cultural e de Valor Arquitetónico											332 000,00	262 000,00	1 000,00		816 500,00			
2.5.1.	0301/070115	1	2008	19	Centro de Arte com temporárias de Bragança	Empreitada		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	9			500,00	500,00	500,00	500,00		320 000,00			
2.5.1.	0301/070115	1	2008	19	Elaboração do Projeto do Núcleo Museológico Ferroviário	Outra		100	DPIU	02/01/2008	31/12/2017	0								1 500,00			
2.5.1.	0301/07030201	2	2008	20	Construção do Núcleo Museológico Ferroviário	Empreitada		15	DPIU	02/01/2008	31/12/2018	0			200 000,00	200 000,00	20 000,00	20 000,00					
2.5.1.	0301/07010302	1	2010	6	Reconstrução do Forno comunitário	Empreitada		100	DPIU	02/01/2010	31/12/2018	9			500,00	500,00	500,00	500,00		1 500,00			
2.5.1.	0301/07010302	2	2010	7	Reconstrução da Casa da Cidade-Sede de Associações em Santa Maria	Empreitada		100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9			500,00	500,00	500,00	500,00		2 000,00			
2.5.1.	0301/07030202	1	2015	5	Ampliação da Praça Sul do Teatro Municipal	Empreitada		100	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			30 000,00	30 000,00	200 000,00	200 000,00		380 000,00			
2.5.1.	0301/07010301	2	2015	11	Recuperação das Antigas Instalações da Biblioteca Calouste Gulbenkian	Empreitada		15	DPIU	01/01/2015	31/12/2017	0			100 000,00	100 000,00	10 000,00	10 000,00		110 000,00			
2.5.2.					Desporto, Recreio e Lazer																		
2.5.2.	0301/07010406	3	2002	110	Conclusão da Banca do Estádio Municipal e Arranjos Exteriores	Empreitada		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	4			103 000,00	5 000,00	5 000,00	8 500,00		121 500,00			
2.5.2.					Construção de Equipamentos e Infraestruturas Diversas										1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00		4 000,00			
2.5.2.	0301/07010406	4	2002	111	Construção de Equipamentos e Infraestruturas Diversas	Empreitada		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	3			500,00	500,00	500,00	500,00	5 000,00	6 500,00			
2.5.2.	0301/07030305	9	2002	116	Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Traginha - Estudos	Empreitada		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	0			500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2 000,00			
2.5.2.	0301/07030305	10	2002	117	Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Traginha - Construção	Empreitada		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2017	0			500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2 000,00			
2.5.2.	0301/07010406	12	2002	119	Remodelação e Ampliação da Piscina e Pavilhões Municipais	Empreitada		100	DPIU	02/01/2002	31/12/2019	9			10 000,00	10 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	13 000,00			
2.5.2.	0301/07010406	16	2006	25	Projeto e Construção de Pavilhão e Campo de Futebol no Trinta	Empreitada		100	DPIU	02/01/2006	31/12/2018	0			50 000,00	50 000,00	1 000,00	1 000,00		52 000,00			
2.5.2.	0301/07010302	1	2010	4	Construção da Escola de Dança	Empreitada		100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9			500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2 000,00			
2.5.2.	0301/07010405	2	2016	4	Requalificação dos Parques Infantis Existentes	Empreitada		100	DPIU	02/01/2016	31/12/2016	0			40 000,00	40 000,00				40 000,00			
3.1.					Funções Económicas																		
3.1.					Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca																		
3.1.					Conservação da Floresta e Matas na Área do Município																		
3.1.	0303/020225	2	2006	47		Outra		100	DAAE	02/01/2006	31/12/2017	0			6 440 500,00	3 100 500,00	641 000,00	500,00		14 208 500,00			
3.1.	0303/07011002	2	2006	47												4 026 000,00	150 000,00	150 000,00		190 000,00			
3.1.	0303/070115	2	2006	47												40 000,00	150 000,00	150 000,00		190 000,00			

ENTIDADE:				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016						
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA				Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento AC / AA / FA	Responável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsão
Código	Ano	Número	Ex			Início	Fim					Ano em Curso (Financiamento)	Total			Definido	Não Definido	2017	2018	
				3.2.					Indústria e Energia						2 092 000,00					2 092 000,00
3.2.1.				Iluminação Pública													141 000,00	141 000,00	41 000,00	864 000,00
3.2.1.	0803/07030304	1	2002	121	Outra	100	DLM	Ampliação das Redes de Iluminação Pública na Área Rural				02/01/2002	31/12/2019	4			10 000,00	10 000,00	10 000,00	40 000,00
3.2.1.	0803/07030304	2	2002	122	Outra	100	DLM	Ampliação das Redes de Iluminação Pública na Área Urbana				02/01/2002	31/12/2019	4						
3.2.1.	0803/07030304	4	2002	124	Empreitada	100	DLM	Infraestruturas Elétricas Diversas-Fontes Luminosas e Outras				02/01/2002	31/12/2019	4			500,00		500,00	2 000,00
3.2.1.	0803/07010499	6	2003	9	Outra	100	DLM	Manutenção de Equipamentos Elétricos Diversos: Fontes Luminosas, Semáforos e Outros				02/01/2003	31/12/2019	4			10 000,00	10 000,00	10 000,00	40 000,00
3.2.1.	0803/07010410	8	2006	26	Outra	100	DLM	Manutenção das Centrais Hidroelétricas				02/01/2006	31/12/2019	4			10 000,00	10 000,00	10 000,00	40 000,00
3.2.1.	0803/07010301	1	2010	20	Empreitada	100	DPU	Ecocitras, Centro de Competências na Área de Energia e Ambiente				02/01/2010	31/12/2019	0			500,00	500,00	500,00	2 000,00
3.2.1.	0803/07010404	1	2015	17	Empreitada	15	DAAE	Iluminação Led em toda a Ara (Inclui Parques de Estacionamento)				01/01/2015	31/12/2018	0			100 000,00	100 000,00		700 000,00
3.2.2.				Energia													151 000,00	151 000,00	202 000,00	556 000,00
3.2.2.	0803/07010410	1	2002	125	Outra	100	DLM	Aprovêntamento Hidráulico do Alto Sabor-6ª Fase- Escalão de Veijunhas				02/01/2002	31/12/2019	0			500,00	500,00	500,00	2 000,00
3.2.2.	0803/07011002	2	2002	126	Outra	100	DLM	Equipamento da Central de Graíhas				02/01/2002	31/12/2019	3			500,00	500,00	500,00	2 000,00
3.2.2.	0803/07010410	1	2010	18	Empreitada	15	DAEE	Melhoria da Eficiência Energética				02/01/2010	31/12/2018	0			100 000,00	100 000,00	200 000,00	500 000,00
3.2.2.	0803/070115	1	2015	16	Outra	15	DAEE	Plano de Racionalização dos Consumos Energéticos (Pren) - Certificação Energética dos Edifícios Municipais e Medidas Corretivas				01/01/2015	31/12/2018	0			50 000,00	50 000,00	1 000,00	52 000,00
3.2.3.				Estabelecimentos Industriais													1 800 000,00	1 800 000,00	1 000,00	3 701 000,00
3.2.3.	0801/07010499	1	2010	19	Empreitada	100	DPU	Zona Industrial das Cantarias - Fase II				02/01/2010	31/12/2019	3			1 800 000,00	1 800 000,00	1 000,00	3 701 000,00
3.3.				Transportes e Comunicações													629 500,00	629 500,00	594 500,00	2 413 000,00
3.3.1.				Transportes Rodoviários													624 000,00	624 000,00	587 500,00	2 386 500,00
3.3.1.1.				Rede Viária e Sinalização													608 000,00	608 000,00	572 500,00	2 325 500,00
3.3.1.1.	0801/020101	2	2002	130	Adm. Dir.	100	DPU	Conservação da Rede Viária Municipal				02/01/2002	31/12/2019	4			5 000,00	5 000,00	5 000,00	21 000,00
3.3.1.1.	0801/020225	2	2002	130													1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00
3.3.1.1.	0801/07030308	13	2002	141	Empreitada	100	DPU	Pavimentações Diversas				02/01/2002	31/12/2019	3			25 000,00	25 000,00	25 000,00	100 000,00
3.3.1.1.	0801/07030309	21	2002	149	Outra	100	DPU	Sinalização da Rede Viária Municipal-Sinalização Direcional e Informativa				02/01/2002	31/12/2019	3			20 000,00	20 000,00	20 000,00	90 000,00
3.3.1.1.	0803/07010409	22	2002	150	Outra	100	DAAE	Sinalização Urbana				02/01/2002	31/12/2019	4			30 000,00	30 000,00	20 000,00	85 000,00
3.3.1.1.		25	2003	10	Adm. Dir.	100	DAAE	Manutenção da Rede Viária Urbana-Sinalização e Pintura				02/01/2003	31/12/2019	4			25 000,00	20 000,00	20 000,00	
3.3.1.1.	0803/020101	25	2003	10													15 000,00			
3.3.1.1.	0803/020225	25	2003	10													10 000,00			
3.3.1.1.	0801/07030308	45	2007	6	Empreitada	100	DPU	Pavimentação a Cubos de Granito em Várias Aldeias				02/01/2007	31/12/2019	4			1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 000,00
3.3.1.1.	0801/07030308	1	2008	15	Empreitada	100	DPU	Conservação da Rede Viária Municipal				02/01/2008	31/12/2019	4			500 000,00	500 000,00	500 000,00	1 970 000,00
3.3.1.1.	0801/07030308	1	2010	21	Empreitada	100	DPU	Beneficiação e Pavimentação das Vias Municipais: EM e 542 de Coelho ao Rio Sabor, EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela e de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos				02/01/2010	31/12/2019	0			500 000,00	500,00		51 500,00
3.3.1.2.				Estacionamento													16 000,00	16 000,00	15 000,00	61 000,00
3.3.1.2.	0802/07011002	4	2006	42	Outra	100	DLM	Aquisição de Abrigos de Passajeiros				02/01/2006	31/12/2019	4			5 000,00	5 000,00	5 000,00	20 000,00
3.3.1.2.	0802/020101	1	2010	26	Adm. Dir.	100	DLM	Manutenção de Parques de Estacionamento				02/01/2010	31/12/2019	4			11 000,00	10 000,00	10 000,00	41 000,00
3.3.1.2.	0802/020225	1	2010	26													1 000,00			

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016							
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas de Investimento (Previsão)				Total Previsão			
		Código	Ano			Número	AC		AA	FC				Início	Fim	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes		
																Total	Definido		Não Definido	2017	2018
3.3.2.				Transportes Aéreos										5 500,00	5 500,00		7 000,00	7 000,00	6 500,00	500,00	26 500,00
3.3.2.	0302/070115	3	2006	43	Revisão do Plano Diretor do Aeródromo Municipal	Outra	100	DLM	02/01/2006	31/12/2019	9			500,00	500,00		500,00	500,00	500,00		2 000,00
3.3.2.	0301/07010301	4	2006	44	Projeto e Construção de Edifícios de Apoio ao Aeródromo Municipal	Empreitada	100	DPIU	02/01/2006	31/12/2019	9			500,00	500,00		500,00	500,00		500,00	2 000,00
3.3.2.	0301/07030313	5	2006	45	Ampliação da Pista do Aeródromo Municipal -Fase 2	Empreitada	100	DPIU	02/01/2006	31/12/2019	9			500,00	500,00		500,00	500,00		500,00	2 000,00
3.3.2.		1	2012	5	Mantenção de Infraestruturas Aeroportuárias	Adm. Dir.	100	DPIU	02/01/2012	31/12/2019	4			3 000,00			5 000,00	5 000,00			18 000,00
3.3.2.	0301/020101	1	2012	5										1 000,00							
3.3.2.	0301/020225	1	2012	5										1 000,00							
3.3.2.	0301/07011002	1	2012	5										1 000,00							
3.3.2.	0301/07010499	2	2012	6	Mantenção de Infraestruturas Aeroportuárias	Empreitada	100	DPIU	02/01/2012	31/12/2019	0			1 000,00			500,00	500,00	500,00		2 500,00
3.4.					Comércio e Turismo									1 164 500,00	1 164 500,00		3 053 000,00	1 963 000,00	4 000,00	6 184 500,00	
3.4.1.					Mercados e Feiras									3 000,00	3 000,00		2 001 000,00	1 001 000,00	1 000,00	3 006 000,00	
3.4.1.	0301/07010303	1	2010	10	Construção do Novo Espaço para a Feira	Empreitada	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	9			1 000,00	1 000,00		500,00	500,00	500,00		2 500,00
3.4.1.	0301/07010499	1	2011	4	Construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones	Empreitada	100	DPIU	01/05/2011	31/12/2019	9			1 000,00	1 000,00		500,00	500,00	500,00		2 500,00
3.4.1.	0301/07010301	1	2015	22	Construção de Pavilhão para Promoção da Atividade Económica Regional	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0		1 000,00	1 000,00		2 000 000,00	1 000 000,00			3 001 000,00
3.4.2.					Turismo									1 161 500,00	1 161 500,00		1 052 000,00	962 000,00	3 000,00	3 178 500,00	
3.4.2.	0301/07010405	10	2006	46	Ampliação e Remodelação do Parque de Campismo Municipal	Empreitada	100	DPIU	02/01/2006	31/12/2019	9			10 000,00	10 000,00		500,00	500,00	500,00		11 500,00
3.4.2.	0301/07010405	1	2008	17	Melhoramentos no Parque de Campismo de Rio de Onor	Empreitada	100	DPIU	02/01/2008	31/12/2019	4			500,00	500,00		500,00	500,00	500,00		2 000,00
3.4.2.	0301/07010406	3	2010	28	Construção da Praia Fluvial de Gostel	Empreitada	100	DPIU	02/01/2010	31/12/2019	0			500,00	500,00		500,00	500,00	500,00		2 000,00
3.4.2.		1	2011	3	Adaptação de Edifício a Posto de Turismo e Espaço	Empreitada	15	85	DPIU	02/01/2011	31/12/2017	4		500 000,00			100 000,00	10 000,00	1 000,00		611 000,00
3.4.2.	0301/07010301	1	2011	3	Memória da Presença Sefardita									350 000,00							
3.4.2.	0301/07011002	1	2011	3										150 000,00							
3.4.2.	0301/07011002	1	2013	3	Espaço Memória da Presença Militar em Bragança	Outra	100	DPIU	02/01/2013	31/12/2019	9			500,00	500,00		500,00	500,00	500,00		2 000,00
3.4.2.	0301/07011002	1	2015	1	Instalação do Bragança Welcome Center	Empreitada	15	85	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0		50 000,00			200 000,00	200 000,00			450 000,00
3.4.2.	0301/07010301	1	2015	1										40 000,00							
3.4.2.	0301/07011002	1	2015	1										10 000,00			750 000,00	750 000,00			2 100 000,00
3.4.2.		2	2015	21	Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano	Outra	15	85	DPDS	01/01/2015	31/12/2018	0		600 000,00							
3.4.2.	0401/020101	2	2015	21										300 000,00							
3.4.2.	0401/020217	2	2015	21										200 000,00							
3.4.2.	0401/020225	2	2015	21										100 000,00			100 000,00	100 000,00			300 000,00
3.5.					Outras Funções Económicas									100 000,00	100 000,00		100 000,00	100 000,00			300 000,00
3.5.	0301/07010301	2	2015	6	Criação de Gabinete Técnico de Apoio ao Empreendedor (Arquitetura, Engenharia, Economia Ou Gestão, Ação Social e Animação Sócio Cultural)	Empreitada	100	DPIU	01/01/2015	31/12/2018	0			100 000,00	100 000,00		100 000,00	100 000,00			300 000,00
4					Outras Funções									215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00	430 400,00	1 291 200,00
4.3.					Diversas Não Especificadas									215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00	430 400,00	1 291 200,00
4.3.	0103/090802	2	2015	23	Subscrição/Realização das Unidades de Participação - Fundo de Apoio Municipal	Outra	100		02/01/2015	31/12/2021	3			215 200,00	215 200,00		215 200,00	215 200,00	215 200,00	430 400,00	1 291 200,00
					Total Geral									11 143 000,00	11 143 000,00		13 606 900,00	7 708 202,00	2 704 200,00	430 900,00	35 593 202,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA										PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016				
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Responsável	Datas		Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas (PREVISÃO)				Total Previsto							
		Código	Ano			Número	AC		AA	FC			Ex	Ano em Curso (Financiamento)				Anos Seguintes						
														Definido	Não Definido	2017		2018	2019	Outros				
1				Funções Gerais									222 100,00	222 100,00	197 100,00	197 100,00	616 300,00							
1.1.				Serviços Gerais de Administração Pública									100,00	100,00	100,00	100,00	300,00							
1.1.1.				Administração Geral									100,00	100,00	100,00	100,00	300,00							
1.1.1.3.	0102/08050104	4	2010	11Maquinaria e Equipamento	Outra		100	OA	02/01/2010	31/12/2018			100,00	100,00	100,00	100,00	300,00							
1.2.				Segurança e Ordem Públicas									222 000,00	222 000,00	197 000,00	197 000,00	616 000,00							
1.2.1.1.	0102/080701	1	2010	1Apelo a Melhoramentos nas Instalações dos Bombeiros Voluntários do Concelho	Outra		100	OA	02/01/2010	31/12/2018	4		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	3 000,00							
1.2.1.1.	0102/080701	1	2012	1Apelo à Aquisição de Viaturas para os Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda	Outra		100	OA	02/01/2012	31/12/2018	4		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	3 000,00							
1.2.1.1.	0102/040701	1	2014	1Apelo Aos Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda nas Despesas de Funcionamento, no Âmbito da Protecção Civil Municipal	Outra		100	OA	01/01/2014	31/12/2018	4		220 000,00	220 000,00	195 000,00	195 000,00	610 000,00							
2				Funções Sociais									1 337 200,00	1 337 200,00	1 073 500,00	670 500,00	3 081 200,00							
2.1.				Educação									125 500,00	125 500,00	130 500,00	126 500,00	382 500,00							
2.1.1.				Ensino Não Superior									5 500,00	5 500,00	5 500,00	1 500,00	12 500,00							
2.1.1.2.	0102/080701	1	2007	3Apelo ao Centro de Ciência Viva na Aquisição de Equipamento	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		5 000,00	5 000,00	5 000,00	1 000,00	11 000,00							
2.1.1.3.	0102/080301	1	2007	4Apelo à Educação de Adultos, Ensino Especial e Outros	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		500,00	500,00	500,00	500,00	1 500,00							
2.1.2.	0102/040701	1	2012	9Apelo à Associação Centro Ciência Viva nas Despesas de Funcionamento	Outra		100	OA	02/01/2012	31/12/2018	4		120 000,00	120 000,00	125 000,00	125 000,00	370 000,00							
2.2.				Saúde									114 000,00	114 000,00	114 000,00		228 000,00							
2.2.1.	0102/040101	1	2015	6Apelo à Criação da Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos Terra Fria	Outra		100	AO	01/01/2015	31/12/2018			14 000,00	14 000,00	14 000,00		28 000,00							
2.2.1.	0102/080702	2	2015	8Apelo à Construção da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Bragança	Outra		100	OA	01/10/2015	31/12/2017	4		100 000,00	100 000,00			200 000,00							
2.3.				Segurança e Acção Sociais									428 500,00	428 500,00	322 000,00	107 000,00	857 500,00							
2.3.2.	0102/080802	1	2007	5Apelos Diversos à Reabilitação de Habitação de Famílias Carenciadas No Âmbito de Parcerias	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018			1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	3 000,00							
2.3.2.	0102/080701	2	2007	6Apelo à Construção e Conservação de Equipamento de Instituições e Outras do Interesse do Concelho	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		50 000,00	50 000,00	75 000,00	50 000,00	175 000,00							
2.3.2.	0102/08050102	3	2007	7Apelo à Construção de Centros de Convívio (Freguesias)	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		300 000,00	300 000,00	175 000,00	30 000,00	505 000,00							
2.3.2.	0102/080701	4	2007	8Apelo à Construção de Centros de Convívio (Associações)	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		7 000,00	7 000,00	500,00	500,00	8 000,00							
2.3.2.	0102/080701	5	2007	9Apelo à Construção de Centros de Dia e Lares da Terceira Idade	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	30 000,00							
2.3.2.	0102/080701	6	2007	10Apelo à Construção de Centros Sociais e Paroquiais	Outra		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	3		10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	30 000,00							
2.3.2.	0102/080305	1	2011	3Apelo à Requalificação e Reabilitação da Igreja de Santo Cristo de Outeiro	Outra		100	OA	02/01/2011	31/12/2018	9		500,00	500,00	500,00	500,00	1 500,00							
2.3.2.	0102/08050102	2	2012	6Apelo as Juntas de Freguesia na Reabilitação de Habitações de Famílias Carenciadas	Outra		100	OA	02/01/2012	31/12/2018	4		50 000,00	50 000,00	50 000,00	5 000,00	105 000,00							
2.4.				Habitação e Serviços Coletivos									152 100,00	152 100,00	104 000,00	104 000,00	360 100,00							
2.4.1.	0102/08050102	1	2007	11Apelo à Construção de Sedes de Juntas de Freguesia	Outra		100	OA	02/01/2015	31/12/2018	4		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	3 000,00							

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA				PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016					
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon- sável	Datas			Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas (PREVISÃO)		Anos Seguintes			Total Previsto
		Código	Ano			Número	AC		AA	FC	Início			Fim	EX	Total	Definido	Não Definido	
2.4.2.				Ordenamento do Território															162 700,00
2.4.2.1.	0102/05010101	1	2013	2	Planeamento Urbanístico		100	OA	02/01/2013	31/12/2016			61 700,00	11 200,00					11 200,00
2.4.2.1.				Transferência para a Município, S.A. (Supressão dos Resultados Negativos de 2008, 2009 e 2010 e Outros)	Outra								11 200,00	11 200,00					11 200,00
2.4.2.2.	0102/080701	1	2007	13	Urbanização		100	OA	02/01/2007	03/12/2018	9		50 500,00	50 500,00		50 500,00			151 500,00
2.4.2.2.				Apoio na Construção de Acessos à Igreja de S. Francisco	Outra								500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.4.2.2.	0102/08050102	2	2007	14	Apoio à Requalificação dos Ruas e largos nas Aldeias	Outra	100	OA	02/01/2015	31/12/2018	4		50 000,00	50 000,00		50 000,00			150 000,00
2.4.4.	0102/08050102	1	2011	4	Abastecimento de Água		100	OA	01/05/2015	31/12/2018			5 500,00	5 500,00		3 000,00			11 500,00
2.4.4.				Apoio à Construção de Pontos de Água na Área Rural	Outra								5 000,00	5 000,00		2 500,00			10 000,00
2.4.4.	0102/080301	1	2012	3	Comparticipação Nos Custos Relativos as Tarefas Desenvolvidas para a Automatização dos Sítimas de Abasteci mento de Águas às Aldeias	Outra	100	OA	02/01/2012	31/12/2018			500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.4.5.	0102/08010101	1	2010	3	Resíduos Sólidos		100	OA	02/01/2010	31/12/2018			500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.4.5.				Apoio à Construção de Infraestruturas de Valorização de Matéria Orgânica da Empresa Intermunicipal de Resíduos do Nordeste	Outra								500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.4.6.				Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza									83 400,00	83 400,00		49 000,00			181 400,00
2.4.6.1.	0102/08050101	1	2008	1	Higiene Pública		100	OA	02/01/2008	31/12/2018	9		32 900,00	32 900,00		33 500,00			99 900,00
2.4.6.1.				Construção do Canil Intermunicipal em Vimioso	Outra								500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.4.6.1.	0102/04050101	1	2011	1	Comparticipação nas Despesas de Funcionamento do Canil Intermunicipal de Vimioso	Outra	100	OA	02/01/2011	31/12/2018			31 400,00	31 400,00		32 000,00			95 400,00
2.4.6.1.	0102/08050101	2	2011	2	Apoio à Aquisição de Equipamento para o Canil Intermunicipal de Vimioso	Outra	100	OA	02/01/2011	31/12/2018	9		1 000,00	1 000,00		1 000,00			3 000,00
2.4.6.2.	0102/08050102	1	2007	15	Cemitérios		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		50 000,00	50 000,00		15 000,00			80 000,00
2.4.6.2.				Apoio na Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios	Outra								50 000,00	50 000,00		15 000,00			80 000,00
2.4.6.3.	0102/080701	1	2007	16	Meio Ambiente		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4		500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.4.6.3.				Ações Junto das Escolas e Associações de Defesa do Ambiente	Outra								500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.5.				Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos									517 100,00	517 100,00		403 000,00			1 253 100,00
2.5.1.	0102/08050102	1	2007	18	Cultura		100	OA	02/01/2007	31/12/2018	3		226 100,00	226 100,00		151 000,00			528 100,00
2.5.1.				Apoio à Construção ou Manutenção de Património do Interesse Cultural do Concelho	Outra								500,00	500,00		500,00			1 500,00
2.5.1.	0501/040701	2	2007	27	Apoio às Associações Culturais e Recreativas	Outra	100	DECAS	02/01/2007	31/12/2018	4		60 000,00	60 000,00		60 000,00			180 000,00
2.5.1.	0102/080701	3	2007	30	Apoio às Associações na Construção e na Execução de Obras de Adaptação de Edifícios para as Suas Sedes Sociais	Outra	100	OA	01/10/2007	31/12/2018	4		3 000,00	3 000,00		2 000,00			7 000,00
2.5.1.				Dinamização Sócio Cultural, Ambiental e Desportivo do Centro Histórico	Outra		100	OA	02/01/2010	31/12/2018	3		1 000,00			1 000,00			3 000,00
2.5.1.	0102/010109	3	2010	9									500,00						
2.5.1.	0102/020220	3	2010	9									500,00						
2.5.1.	0501/080701	5	2010	12	Apoio à Aquisição de Instrumentos Musicais e Fardamentos para as Bandas de Música do Concelho	Outra	100	DECAS	02/01/2010	31/12/2018	4		2 500,00	2 500,00		2 500,00			7 500,00
2.5.1.	0102/040701	1	2012	5	Apoio à Fundação Rei Afonso Henriques nas Despesas de Funcionamento	Outra	100	OA	02/01/2012	31/12/2018	4		30 000,00	30 000,00		30 000,00			90 000,00

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016									
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA																			
Objetivo	Código da Classificação Econômica	Projeto Ação		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento		Respon- sável	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. de Out a Dez.	Despesas (PREVISÃO)				Total Previsto	
		Código	Ano			Número	AC		AA	FC				Início	Fim	Anos Seguintes			
																Definido	NÃO Definido		2017
2.5.1.	0102/040701	2	2013	1	Apelo nas Despesas de Funcionamento da Fundação os Nossos Livros	Outra	100	OA	02/01/2013	31/12/2018	4			10 000,00				10 000,00	
2.5.1.	0102/040701	3	2013	3	Apelo à Realização de Atividades No Conservatório de Música e Dança (Fundação os Nossos Livros)	Outra	100	OA	02/01/2013	31/12/2018				45 000,00		45 000,00			135 000,00
2.5.1.		1	2016	3	Apelo à Instalação e Construção do Bragança Sefardita - Memorial e Centro de Documentação	Outra	100	OA	02/01/2016	31/12/2016				74 100,00					74 100,00
2.5.1.	0102/040701	1	2016	3										25 800,00					
2.5.1.	0102/080701	1	2016	3										48 300,00					
2.5.2.	0102/080701	1	2007	19	Desporto, Recreio e Lazer	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018	4			291 000,00		252 000,00	182 000,00		725 000,00
2.5.2.					Apelo à Construção de Equipamentos e Outras Infraestruturas Desportivas									1 000,00		1 000,00		3 000,00	
2.5.2.	0502/040701	3	2007	28	Apelo às Associações Desportivas	Outra	100	UDJ	02/01/2007	31/12/2018	4			180 000,00		180 000,00			540 000,00
2.5.2.	0102/080701	1	2008	2	Apelo à Aquisição de Bens de Investimento (às associações)	Outra	100	OA	02/01/2008	31/12/2018	4			10 000,00		1 000,00	1 000,00		12 000,00
2.5.2.	0102/08050102	1	2016	1	Apelo à Construção ou Melhoria de Poli desportivos	Outra	100	OA	02/01/2016	31/12/2017				100 000,00		70 000,00			170 000,00
3					Funções Económicas									96 700,00		96 600,00	30 000,00	90 000,00	409 900,00
3.1.					Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca									2 000,00		2 000,00			6 000,00
3.1.	0102/08050102	1	2007	21	Apelo à Construção de Regadios Tradicionais e Outros	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018	3			1 000,00		1 000,00			3 000,00
3.1.	0102/08050102	1	2012	11	Apelo à Recuperação de Açudes e Linhas de Água	Outra	100	OA	18/11/2012	31/12/2018	3			1 000,00		1 000,00			3 000,00
3.2.					Indústria e Energia									42 500,00		42 400,00	30 000,00	90 000,00	247 300,00
3.2.1.					Iluminação Pública									100,00		100,00			100,00
3.2.1.	0102/08050104	2	2015	7	Apelo à Instalação de Iluminação Led na Área do Município (Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana)	Outra	100	OA	01/10/2015	31/12/2016				100,00					100,00
3.2.2.					Energia									39 400,00		39 400,00	30 000,00	90 000,00	238 200,00
3.2.2.	0102/040701	1	2016	2	Transferência para a Agência de Energia de Trás os Montes (Despesas de Funcionamento)	Outra	100	OA	01/01/2016	31/12/2018				9 400,00		9 400,00			28 200,00
3.2.2.	0102/080301	2	2016	4	Fundo de Eficiência Energética - FEE- Direção Geral de Energia e Geologia	Outra	100	OA	02/01/2016	31/12/2022				30 000,00		30 000,00	90 000,00		210 000,00
3.2.3.					Estabelecimentos Industriais									3 000,00		3 000,00			9 000,00
3.2.3.	0102/080102	3	2010	7	Apelo à Brigantia Ecopark	Outra	100	OA	02/01/2010	31/12/2018				500,00		500,00			1 500,00
3.2.3.	0102/080102	1	2012	7	Construção do Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark	Outra	100	OA	02/01/2012	31/12/2018				1 000,00		1 000,00			3 000,00
3.2.3.	0103/090802	2	2012	8	Parque de Ciência e Tecnologia - Régia Douro Park - Reforço do Fundo Social	Outra	100	OA	02/01/2012	31/12/2018				1 000,00		1 000,00			3 000,00
3.2.3.	0103/090802	1	2015	5	Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecopark - Reforço do Fundo Social	Outra	100	OA	01/01/2015	31/12/2018				500,00		500,00			1 500,00
3.3.					Transportes e Comunicações									100,00		100,00			300,00
3.3.1.					Transportes Rodoviários									100,00		100,00			300,00
3.3.1.1.					Rede Viária e Sinalização									100,00		100,00			300,00
3.3.1.1.	0102/080901	6	2010	10	Apelo na Construção da Ponte Internacional da Petisqueira Sobre o Rio Maçãs	Outra	100	OA	02/01/2010	31/12/2018				22 100,00		22 100,00			66 300,00
3.4.					Comércio e Turismo									20 100,00		20 100,00			60 300,00
3.4.1.	0102/080701	1	2007	24	Apelo à Realização de Feiras e Certames	Outra	100	OA	02/01/2007	31/12/2018				20 000,00		20 000,00			60 000,00
3.4.1.	0102/080701	1	2013	5	Apelo ao Projeto de Melhoria de Eficiência Energética do Centro de Exposições no N.E.R.B.A	Outra	100	OA	02/01/2013	31/12/2018				100,00		100,00			300,00

Órgão deliberativo

Em ____ de ____ de 2015

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	RESUMO DO ORÇAMENTO		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	28 162 800,00	Correntes	23 345 700,00
De capital	8 040 300,00	De capital	12 903 300,00
Outras Receitas	45 900,00	Outras Despesas	
Total	36 249 000,00	Total	36 249 000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	36 249 000,00	Total Geral	36 249 000,00

Órgão executivo

Em ____ de _____ de 2015

Órgão deliberativo

Em ____ de _____ de 2015

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	RESUMO DO ORÇAMENTO		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	28 162 800,00	Correntes	23 345 700,00
De capital	8 086 200,00	De capital	12 903 300,00
Total	36 249 000,00	Total	36 249 000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	36 249 000,00	Total Geral	36 249 000,00

Órgão executivo

Em ____ de _____ de 2015

Órgão deliberativo

Em ____ de _____ de 2015

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		RESUMO DO ORÇAMENTO		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
RECEITAS	MONTANTE	%	DESPESAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRETOS	5 687 800,00	20,2	01 DESPESAS COM O PESSOAL	7 332 000,00	20,2
02 IMPOSTOS INDIRETOS	140 100,00	0,4	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	14 329 400,00	39,5
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE	0,00	0,0	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	153 300,00	0,4
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 409 300,00	3,9	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 067 400,00	2,9
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 820 100,00	0,0	05 SUBSÍDIOS	11 300,00	0,0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 146 400,00	36,3	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	452 300,00	1,2
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 857 700,00	16,2			
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101 400,00	0,0			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	28 162 800,00	77,7	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	23 345 700,00	64,4
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	63 900,00	0,2	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10 082 700,00	27,9
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7 975 900,00	22,0	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 574 800,00	4,3
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0	09 ACTIVOS FINANCEIROS	216 900,00	0,6
12 PASSIVOS FINANCEIROS	200,00	0,0	10 PASSIVOS FINANCEIROS	1 028 900,00	2,8
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	300,00	0,0	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	8 040 300,00	22,2	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	12 903 300,00	35,6
OUTRAS RECEITAS					
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	45 900,00	0,1			
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,0			
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	45 900,00	0,0			
TOTAL GERAL	36 249 000,00	100,0	TOTAL GERAL	36 249 000,00	100,0

Órgão executivo

Em ____ de _____ de 2015

Órgão deliberativo

Em ____ de _____ de 2015

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
ORÇAMENTO DA RECEITA		
Código	Designação	Montante
	RECEITAS CORRENTES	28 162 800,00
01	IMPOSTOS DIRETOS	5 687 800,00
01.01	SOBRE O RENDIMENTO	100,00
01.01.02	IMP. SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS (IRC)	100,00
01.02	OUTROS	5 687 700,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	4 518 000,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	764 200,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSOES ONEROSAS DE IMÓVEIS	405 200,00
01.02.05	DERRAMA	100,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	200,00
01.02.07.01	CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA	100,00
01.02.07.02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	100,00
02	IMPOSTOS INDIRETOS	140 100,00
02.02	OUTROS	140 100,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	140 100,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	25 500,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	80 700,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	18 500,00
02.02.06.05	Publicidade	3 000,00
02.02.06.06	Saneamento - Conservação	100,00
02.02.06.07	Utilização da Rede Viária	100,00
02.02.06.99	Outros	12 200,00
02.02.06.99.99	Outros	12 200,00
02.02.06.99.99.01	Velocípedes	100,00
02.02.06.99.99.02	Emolumentos e Taxas de Secretaria	100,00
02.02.06.99.99.99	Outros	12 000,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 409 300,00
04.01	TAXAS	1 364 300,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1 364 300,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	137 300,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	113 000,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	9 000,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	100,00
04.01.23.06	Saneamento - Conservação	1 062 600,00
04.01.23.99	Outros	42 300,00
04.01.23.99.99	Outras	42 300,00
04.01.23.99.99.01	Velocípedes	100,00
04.01.23.99.99.02	Emolumentos e Taxas de Secretaria	18 200,00
04.01.23.99.99.99	Outras	24 000,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	45 000,00
04.02.01	JUROS DE MORA	36 800,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	4 300,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	3 700,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	200,00
04.02.99.01	Multas	100,00
04.02.99.02	Penalidades Diversas	100,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 820 100,00
05.01	JUROS - SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	200,00
05.01.01	PÚBLICAS	100,00
05.01.02	PRIVADAS	100,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	35 700,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	35 600,00
05.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	100,00
05.03	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	200,00
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	100,00
05.03.02	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	100,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	400,00
05.07.01	Empresas Públicas	100,00
05.07.02	Empresas Públicas municipais e intermunicipais	100,00
05.07.03	Empresa privados	100,00
05.07.99	Outras	100,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Código	Designação	Montante	
05.10	RENDAS	1 783 600,00	
05.10.01	TERRENOS	100,00	
05.10.03	HABITAÇÕES	100,00	
05.10.04	EDIFÍCIOS	5 000,00	
05.10.05	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	100,00	
05.10.99	OUTROS	1 778 300,00	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 146 400,00	
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	300,00	
06.01.01	PÚBLICAS	300,00	
06.01.01.01	Empresas Públicas	100,00	
06.01.01.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	100,00	
06.01.01.99	Outras	100,00	
06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	200,00	
06.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	100,00	
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	100,00	
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	13 145 600,00	
06.03.01	ESTADO	13 138 300,00	
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	10 500 000,00	
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	544 900,00	
06.03.01.03	Participação variável no IRS	1 700 800,00	
06.03.01.99	OUTROS	392 600,00	
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2 000,00	
06.03.06.01	FSE-Fundo Social Europeu	2 000,00	
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	5 200,00	
06.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	100,00	
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00	
06.05.01	CONTINENTE	100,00	
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	100,00	
06.06.04	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	100,00	
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 857 700,00	
07.01	VENDA DE BENS	2 363 600,00	
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	100,00	
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	7 100,00	
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	1 000,00	
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	100,00	
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	2 355 200,00	
07.01.11.01	Água	1 326 600,00	
07.01.11.02	Electricidade	1 027 400,00	
07.01.11.99	Outros	1 200,00	
07.01.99	OUTROS	100,00	
07.02	SERVIÇOS	2 621 600,00	
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	100,00	
07.02.05	ACTIVIDADES DE SAÚDE	100,00	
07.02.06	REPARAÇÕES	100,00	
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	100,00	
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	186 200,00	
07.02.08.01	Serviços Sociais	100,00	
07.02.08.02	Serviços Recreativos	100,00	
07.02.08.03	Serviços Culturais	49 600,00	
07.02.08.04	Serviços Desportivos	136 400,00	
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	2 435 000,00	
07.02.09.01	Saneamento - Ligação	100,00	
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	1 469 000,00	
07.02.09.03	Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	149 400,00	
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	21 000,00	
07.02.09.05	Cemitérios	29 600,00	
07.02.09.06	Mercados e Feiras	100,00	
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	344 700,00	
07.02.09.08	Parques de Campismo	100,00	
07.02.09.99	Outros	421 000,00	
07.03	RENDAS	872 500,00	
07.03.01	HABITAÇÕES	57 700,00	
07.03.02	EDIFÍCIOS	60 000,00	
07.03.99	OUTRAS	754 800,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Código	Designação	Montante	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101 400,00	
08.01	OUTRAS	101 400,00	
08.01.99	OUTRAS	101 400,00	
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	4 500,00	
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou outros	100,00	
08.01.99.03	IVA Reembolsado	83 000,00	
08.01.99.04	IVA INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO	3 500,00	
08.01.99.99	Diversas	10 300,00	
	RECEITAS DE CAPITAL	8 040 300,00	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	63 900,00	
09.01	TERRENOS	22 600,00	
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	21 000,00	
09.01.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
09.01.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
09.01.10	FAMÍLIAS	1 400,00	
09.02	HABITAÇÕES	400,00	
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	100,00	
09.02.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
09.02.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
09.02.10	FAMÍLIAS	100,00	
09.03	EDIFÍCIOS	40 700,00	
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	100,00	
09.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
09.03.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00	
09.03.10	FAMÍLIAS	40 400,00	
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	200,00	
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	200,00	
09.04.01.01	Equipamento de Transporte	100,00	
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	100,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7 975 900,00	
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	7 679 600,00	
10.03.01	ESTADO	1 166 000,00	
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 166 000,00	
10.03.07	ESTADO-PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	6 513 600,00	
10.03.07.01	FEDER	6 513 600,00	
10.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	296 300,00	
10.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	296 300,00	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	200,00	
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	100,00	
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	100,00	
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	300,00	
13.01	OUTRAS	300,00	
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	100,00	
13.01.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	100,00	
13.01.99	OUTRAS	100,00	
	OUTRAS RECEITAS	45 900,00	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	45 900,00	
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	45 900,00	
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	45 900,00	
TOTAL DAS RECEITAS		36 249 000,00	

Fases de Execução:

0 - Não iniciada

1 - Com projeto técnico

2 - Adjudicada

3 - Execução Física até 50%

4 - Execução Física superior a 50%

5 - Concluída

Órgão executivo

Em ____ de ____ de 2015

Órgão deliberativo

Em ____ de ____ de 2015

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
01		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	11 621 700,00	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	44 300,00	
		DESPESAS CORRENTES		44 300,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		33 800,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		33 800,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		400,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		33 400,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		10 500,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		400,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		200,00
	02.01.02.01	Gasolina		100,00
	02.01.02.02	Gasóleo		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		10 100,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		100,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		100,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		9 600,00
01.02		CAMARA MUNICIPAL	10 208 300,00	
		DESPESAS CORRENTES		6 973 800,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 217 900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		757 900,00
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		155 800,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		321 700,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		320 400,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		2 500,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		1 200,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		51 000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		137 800,00
	01.01.10	GRATIFICAÇÕES		500,00
	01.01.10.02	Pessoal dos Quadros		500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		29 100,00
	01.01.11.01	Membros do Órgãos Autárquicos		29 100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		27 700,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		9 400,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		9 300,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		13 700,00
	01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTARQUICOS		4 600,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		29 800,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		14 200,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		14 100,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		15 600,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		29 500,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		11 600,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		9 800,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA		200,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.09	SUBSÍDIO DE PREVENÇÃO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		100,00
	01.02.12	INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		7 300,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
Códigos		Designação		
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		430 500,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		193 700,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		19 400,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		1 100,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		200,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		81 400,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		34 100,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		47 100,00
	01.03.05.04	OUTROS		100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		100,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		56 700,00
	01.03.09	SEGUROS		77 800,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		77 700,00
	01.03.09.02	SEGUROS DE SAÚDE		100,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4 464 900,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		260 800,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		100,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		1 600,00
	02.01.02.01	Gasolina		200,00
	02.01.02.02	Gasóleo		1 300,00
	02.01.02.99	Outros		100,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		24 600,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		900,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		41 600,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		300,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		100,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		103 700,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		71 100,00
	02.01.16.01	Água		71 000,00
	02.01.16.03	Outros		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		5 700,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		4 800,00
	02.01.21	OUTROS BENS		5 500,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4 204 100,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		2 233 800,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		161 800,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		100,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		1 200,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		29 400,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		249 300,00
	02.02.10	TRANSPORTES		16 900,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		36 400,00
	02.02.12	SEGUROS		96 500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		1 200,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		20 000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		5 600,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		364 300,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		249 900,00
	02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES		100,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		21 500,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		347 300,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		368 500,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE		
Códigos		Designação		
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		827 400,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		14 100,00
	04.01.01	PÚBLICAS		14 100,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		157 600,00
	04.05.01	CONTINENTE		157 600,00
	04.05.01.01	MUNICÍPIOS		33 800,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		83 400,00
	04.05.01.03	SERVIÇOS AUTÓNOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		100,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		40 300,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		625 500,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		625 500,00
	04.08	FAMÍLIAS		100,00
	04.08.02	OUTRAS		100,00
	04.09	RESTO DO MUNDO		30 100,00
	04.09.01	RESTO DO MUNDO- UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES		30 100,00
	05	SUBSÍDIOS		11 300,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		11 300,00
	05.01.01	PÚBLICAS		11 300,00
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		11 300,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		452 300,00
	06.02	DIVERSAS		452 300,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		212 300,00
	06.02.03	OUTRAS		240 000,00
	06.02.03.01	Restituições		6 900,00
	06.02.03.02	IVA Pago		225 600,00
	06.02.03.05	OUTRAS		7 500,00
		DESPESAS DE CAPITAL		3 234 500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 662 200,00
	07.01	INVESTIMENTOS		1 662 200,00
	07.01.01	TERRENOS		323 200,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		1 250 000,00
	07.01.02.02	Aquisição		100 000,00
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		1 150 000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		500,00
	07.01.03.99	OUTROS		500,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (HARDWARE)		30 000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		20 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		36 500,00
	07.01.10.02	OUTRO		36 500,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1 000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		1 000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1 572 300,00
	08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		2 000,00
	08.01.01	PÚBLICAS		500,00
	08.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		500,00
	08.01.02	PRIVADAS		1 500,00
	08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		31 500,00
	08.03.01	ESTADO		31 000,00
	08.03.05	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		500,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1 270 300,00
	08.05.01	CONTINENTE		1 270 300,00
	08.05.01.01	MUNICÍPIOS		1 500,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		1 231 000,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		37 800,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		267 400,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		167 400,00
	08.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS- ACÇÃO SOCIAL		100 000,00
	08.08	FAMÍLIAS		1 000,00
	08.08.02	OUTRAS		1 000,00
	08.09	RESTO DO MUNDO		100,00
	08.09.01	UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES		100,00
01.03		OPERACOES FINANCEIRAS	1 399 100,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016		
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE		
Códigos		Designação	Orgânica	Económica	
Orgânica	Económica				
02 02.01		DESPESAS CORRENTES		153 300,00	
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		153 300,00	
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		122 700,00	
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		122 700,00	
	03.01.03.01	Empréstimos de curto prazo		100,00	
	03.01.03.02	Empréstimos de médio e longo prazos		122 600,00	
	03.05	OUTROS JUROS		30 500,00	
	03.05.02	OUTROS		30 500,00	
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		100,00	
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		100,00	
		DESPESAS DE CAPITAL		1 245 800,00	
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		216 900,00	
	09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		200,00	
	09.07.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		100,00	
	09.07.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBLICAS		100,00	
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		216 700,00	
	09.08.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBLICAS		216 700,00	
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		1 028 900,00	
	10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		100,00	
	10.05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRIVADAS		100,00	
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		1 028 800,00	
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		1 028 800,00	
		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA	1 283 200,00		
		UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	762 500,00		
		DESPESAS CORRENTES		761 000,00	
		DESPESAS COM O PESSOAL		741 400,00	
		01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		595 000,00
		01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		462 500,00
		01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		433 800,00
		01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		28 700,00
		01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 800,00
		01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		2 500,00
		01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
		01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 000,00
		01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1 500,00
		01.01.11	REPRESENTAÇÃO		200,00
		01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		200,00
		01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		45 500,00
		01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		45 300,00
		01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
		01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		45 200,00
		01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
		01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		78 000,00
		01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		77 500,00
		01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
		01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		77 400,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		500,00	
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		2 500,00	
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		8 300,00	
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00	
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		6 200,00	
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00	
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 000,00	
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		500,00	
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00	
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00	
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		100,00	
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00	

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE		
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		138 100,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		4 800,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		5 200,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		500,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		127 400,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		110 200,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		17 100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		19 600,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		7 200,00
	02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		300,00
	02.01.02.01	Gasolina		100,00
	02.01.02.02	Gasóleo		100,00
	02.01.02.99	Outros		100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		5 300,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		500,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		600,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		12 400,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		800,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		7 400,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		400,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		3 400,00
		DESPESAS DE CAPITAL		1 500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 500,00
	07.01	INVESTIMENTOS		1 500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		1 000,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		500,00
02.02		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	520 700,00	
		DESPESAS CORRENTES		517 700,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		509 300,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		403 300,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		311 400,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		310 100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 800,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		2 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		2 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		6 100,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		6 100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		25 700,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		25 500,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		25 400,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		51 800,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		51 200,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00

ENTIDADE:		ORÇAMENTO DA DESPESA		DOTAÇÕES INICIAIS	
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA)		DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE			
Códigos		Designação			
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica	
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			51 100,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			600,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE			1 000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			13 500,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS			5 900,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO			100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO			1 000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS			5 900,00
	01.02.06	FORMAÇÃO			100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO			100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO			100,00
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO			100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS			100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL			92 500,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE			4 500,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS			200,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES			200,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL			87 400,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS			100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS			82 200,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL			5 100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS			200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			8 400,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS			5 100,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			300,00
	02.01.02.01	Gasolina			100,00
	02.01.02.02	Gasóleo			100,00
	02.01.02.99	Outros			100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS			100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS			2 800,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO			1 200,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS			100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS			100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA			100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO			100,00
	02.01.21	OUTROS BENS			200,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS			3 300,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES			100,00
	02.02.10	TRANSPORTES			100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS			100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO			400,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES			100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE			100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS			2 000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS			400,00
		DESPESAS DE CAPITAL			3 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			3 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS			3 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO			2 500,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			500,00
03		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS	18 470 400,00		
03.01		DIVISÃO DE PLANEAMENTO, INFRAESTRUTURAS E URBANISMO	7 897 700,00		
		DESPESAS CORRENTES			1 052 700,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL			921 100,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES			743 800,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO			583 500,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			582 200,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO			1 300,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO			3 800,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO			2 500,00

ENTIDADE:		ORÇAMENTO DA DESPESA		DOTAÇÕES INICIAIS	
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)		DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE		
Códigos		Designação	Orgânica	Económica	
Orgânica	Económica				
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO			1 300,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO			2 300,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			2 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO			6 100,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros			6 100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO			45 300,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			45 200,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			45 100,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			100,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL			97 800,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS			97 300,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			97 200,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE			2 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			7 900,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS			3 200,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO			100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO			4 100,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS			100,00
	01.02.06	FORMAÇÃO			100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO			100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO			100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL			169 400,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE			6 100,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS			3 800,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES			100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL			159 200,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS			100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS			146 500,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL			12 600,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS			200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			131 600,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS			83 900,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS			80 900,00
	02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES			300,00
	02.01.02.01	Gasolina			100,00
	02.01.02.02	Gasóleo			100,00
	02.01.02.99	Outros			100,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS			100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS			100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS			300,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO			300,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS			600,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS			600,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS			100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			400,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA			100,00
	02.01.21	OUTROS BENS			100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS			47 700,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES			100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS			200,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES			100,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE		
Códigos		Designação		
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		1 100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		1 100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		100,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		44 700,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		6 845 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		6 845 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		4 229 000,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		150 500,00
	07.01.02.01	Construção		500,00
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		150 000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		1 555 500,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		1 252 500,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		1 500,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		1 000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		500,00
	07.01.03.99	OUTROS		300 000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		1 954 500,00
	07.01.04.05	Parques e Jardins		90 500,00
	07.01.04.06	Instalações Desportivas e Recreativas		62 000,00
	07.01.04.99	Outros		1 802 000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (HARDWARE)		25 000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		25 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		1 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		162 500,00
	07.01.10.02	OUTRO		162 500,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		1 000,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1 000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		353 000,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		2 616 000,00
	07.03.02	EDIFÍCIOS		233 000,00
	07.03.02.01	INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS		201 000,00
	07.03.02.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		30 000,00
	07.03.02.05	ESCOLAS		1 500,00
	07.03.02.07	OUTROS		500,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		2 382 000,00
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		1 492 000,00
	07.03.03.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		201 000,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		41 000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		500,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		522 000,00
	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		25 000,00
	07.03.03.12	CEMITÉRIOS		100 000,00
	07.03.03.13	OUTROS		500,00
	07.03.05	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		1 000,00
03.02		DIVISÃO DE LOGÍSTICA E MOBILIDADE	3 477 500,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		2 636 500,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 173 200,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		910 300,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		695 500,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		683 300,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		12 200,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 800,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		2 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		2 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2 500,00

ENTIDADE:		ORÇAMENTO DA DESPESA		DOTAÇÕES INICIAIS	
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)		DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE		
Códigos		Designação	Orgânica	Económica	
Orgânica	Económica				
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO			84 000,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			83 800,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			83 700,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL			117 000,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS			116 500,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA			100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO			116 400,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE			2 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			63 500,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS			100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS			34 400,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO			100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO			7 500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS			21 100,00
	01.02.06	FORMAÇÃO			100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO			100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO			100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL			199 400,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE			6 200,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS			7 300,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES			100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL			185 600,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS			100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS			143 900,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL			41 600,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS			200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1 463 300,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS			970 700,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS			107 200,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			551 500,00
	02.01.02.01	Gasolina			10 000,00
	02.01.02.02	Gasóleo			517 800,00
	02.01.02.99	Outros			23 700,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE			600,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS			100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS			2 900,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO			1 600,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS			260 100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS			19 000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			3 600,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA			100,00
	02.01.21	OUTROS BENS			24 000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS			492 600,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS			84 700,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES			100,00
	02.02.10	TRANSPORTES			327 300,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS			100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO			100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES			100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE			100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS			5 100,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS			75 000,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE		
Códigos		Designação		
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
03.03		DESPESAS DE CAPITAL		841 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		841 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		841 000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		75 000,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		75 000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		570 500,00
	07.01.06.02	OUTRO		570 500,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (HARDWARE)		25 000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		25 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		9 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		9 000,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		4 000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		130 500,00
		DIVISÃO DE AMBIENTE, AGUAS E ENERGIA	7 095 200,00	
		DESPESAS CORRENTES		6 396 200,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1 223 000,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		973 800,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		745 100,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		743 800,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 800,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		2 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		2 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2 500,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		88 500,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		88 300,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		88 200,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		125 400,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		124 900,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		124 800,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		3 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		32 900,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		28 900,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		2 500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		1 000,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		216 300,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		8 900,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		5 100,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		202 000,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		189 300,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		12 600,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		200,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		5 173 200,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		382 700,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		291 600,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		600,00
	02.01.02.01	Gasolina		100,00
	02.01.02.02	Gasóleo		400,00
	02.01.02.99	Outros		100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		3 900,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		300,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		1 600,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		19 200,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2 900,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		62 400,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4 790 500,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		86 700,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		2 219 800,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		6 900,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		2 400,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		1 400,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		949 700,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1 523 200,00
		DESPESAS DE CAPITAL		699 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		699 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		425 500,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		500,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		500,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		261 000,00
	07.01.04.04	Iluminação Pública		100 000,00
	07.01.04.09	Sinalização e Trânsito		30 000,00
	07.01.04.10	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica		110 500,00
	07.01.04.99	Outros		20 500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		25 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		76 500,00
	07.01.10.02	OUTRO		76 500,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		2 500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		60 000,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		273 500,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		273 500,00
	07.03.03.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		11 000,00
	07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		20 500,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		20 000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		222 000,00
04			1 100 700,00	
04.01		DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1 100 700,00	
		DESPESAS CORRENTES		1 090 700,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		354 900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		286 000,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		210 200,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		193 800,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		16 400,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 800,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		2 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		2 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2 500,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		28 000,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		27 500,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		27 400,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		500,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		37 000,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		36 500,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		36 400,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7 500,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		3 000,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		2 500,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		61 400,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		2 100,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		100,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		58 900,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		18 700,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		40 100,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		735 800,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		312 100,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		300 200,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		800,00
	02.01.02.01	Gasolina		100,00
	02.01.02.02	Gasóleo		100,00
	02.01.02.99	Outros		600,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		200,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		700,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		3 600,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS		5 900,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		423 700,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		100,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1 300,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		30 300,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		203 200,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		32 700,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		155 500,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE		
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
05 05.01		DESPESAS DE CAPITAL		10 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		10 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		10 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		4 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		4 000,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		4 000,00
			3 743 000,00	
		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL	3 065 500,00	
		DESPESAS CORRENTES		3 047 000,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		867 400,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		704 900,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		486 300,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		457 700,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		28 600,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 800,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		2 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		56 800,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2 500,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2 500,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		59 400,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		59 200,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		59 100,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		91 100,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		81 500,00
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		81 400,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		9 600,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		2 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		10 100,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		4 500,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		3 600,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		152 400,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		4 800,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		2 500,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		144 800,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		87 300,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		57 400,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2 119 600,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		74 100,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		300,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		800,00
	02.01.02.01	Gasolina		100,00
	02.01.02.02	Gasóleo		600,00
	02.01.02.99	Outros		100,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		100,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
05.02	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		4 200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		4 100,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		9 400,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		10 600,00
	02.01.21	OUTROS BENS		44 100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2 045 500,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		184 900,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		500,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		6 200,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		29 200,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		397 900,00
	02.02.12	SEGUROS		100,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		3 000,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		400,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		104 400,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1 318 500,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		60 000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		60 000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		60 000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		18 500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		16 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		16 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2 000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		10 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		10 000,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		4 000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2 500,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		2 500,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		2 500,00
		UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE	677 500,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		672 500,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		290 000,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		229 200,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		170 000,00
	01.01.04.01	TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		163 900,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		6 100,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		3 800,00
	01.01.06.01	REMUNERAÇÕES PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO		2 500,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		1 300,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1 500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		2 500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		100,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		20 800,00
	01.01.13.01	PESSOAL DO QUADRO-TRANSITADO DE ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		20 600,00
	01.01.13.01.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR NOMEAÇÃO DEFINITIVA		100,00
	01.01.13.01.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		20 500,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO-CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO		200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		29 000,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		28 500,00

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
CLASSIFICAÇÕES		Designação	MONTANTE	
Orgânica	Económica		Orgânica	Económica
	01.01.14.01.01	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-TRANSITADO DA ANTERIOR		100,00
		NOMEAÇÃO DEFINITIVA		
	01.01.14.01.02	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS-CONTRATO POR TEMPO		28 400,00
		INDETERMINADO		
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		1 500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		15 300,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		12 700,00
	01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1 000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		1 100,00
	01.02.06	FORMAÇÃO		100,00
	01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO		100,00
	01.02.10	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		45 500,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		1 500,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		100,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		43 600,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		24 300,00
	01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		19 200,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		202 500,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		22 100,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		2 800,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		300,00
	02.01.02.01	Gasolina		100,00
	02.01.02.02	Gasóleo		100,00
	02.01.02.99	Outros		100,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		100,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		5 200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1 800,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		100,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		100,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		100,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		300,00
	02.01.21	OUTROS BENS		11 200,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		180 400,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		100,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1 400,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		6 400,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		100,00
	02.02.10	TRANSPORTES		1 300,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		100,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		800,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		100,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		58 000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		112 000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		180 000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		180 000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		180 000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		5 000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		5 000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		5 000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		500,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		4 000,00
	07.01.10.02	OUTRO		4 000,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		500,00
TOTAL DAS DESPESAS				36 249 000,00

Órgão executivo

Em ____ de _____ de 2015

Órgão deliberativo

Em ____ de _____ de 2015

Anexos
Encargos a satisfazer
com a liquidação de
empréstimos obtidos a
curto, médio e longo prazos

	ENCARGOS ANUAIS A SATISFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS										POCAL
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------

(a) MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016														
Data da aprovação pela Ass. Municipal	Data da contratação do empréstimo	Visto do T.C.		Finalidade do empréstimo	Entidade Credora	CAPITAL		Taxa de Juro		Prazo do contrato	Anos decorridos	ENCARGOS DO ANO		Capital em dívida em 31.12.2016
		N.º do registo	Data			Contratado (em euros)	Utilizado	Inicial	Actual			Amortização	Juros	
18/7/1996	19/8/1996	66114	29/8/1996	Plano de Actividades	BPI	997.595,79	997.595,79	7,74	0,344	20	19	36.948,01	80,42	0,00
29/11/2004	3/1/2005	91	14/4/2005	Plano de Actividades	BBVA	1.580.096,00	1.580.096,00	2,388	0,247	20	10	86.818,44	1.934,95	723.487,38
28/4/2008	16/5/2008	768	30/7/2008	Plano de Actividades	BBVA	1.500.000,00	1.500.000,00	3,99	3,800	20	7	83.333,34	41.043,52	999.999,96
9/2/2009	26/2/2009	380	3/3/2009	Plano de Actividades	BBVA	1.500.000,00	1.500.000,00	3,99	4,050	20	6	83.333,34	45.464,06	1.041.666,63
30/4/2002	20/9/2002	1997	28/8/2002	Teatro Municipal de Bragança	CGD	1.241.000,00	1.241.000,00	4,25	1,001	15	13	99.216,84	1.595,65	137.015,30
30/4/2002	9/2/2002	1209	23/5/2002	Piscina e Pavilhão Municipais	CGD	3.746.979,00	3.746.979,00	4,34	0,258	20	13	277.554,00	708,35	138.777,00
27/4/2001	6/7/2001	2581	21/8/2001	Prolongamento da Avenida Sá Carneiro	NB	749.992,52	639.893,61	4,69	Euribor a 6 meses	15	14	49.856,12	224,64	0,00
27/4/2001	6/7/2001	2582	21/8/2001	Prolongamento da Avenida Sá Carneiro	NB	1.245.199,07	1.224.777,81	4,69	Euribor a 6 meses	15	14	95.426,16	429,97	0,00
30/04/2010	10/05/2010	646	29/07/2010	Plano de Actividades	CCAM	682.896,35	682.896,35	2,13	2,317	20	5	34.173,68	6.527,15	523.494,46
22/6/2012	9/7/2012	1040	4/2/2013	Plano de Actividades	IFDR	679.530,00	453.020,00	3,901	3,901	14	2	29.036,37	15.621,13	382.460,31
19/6/2014	3/7/2014	1440	10/11/2014	Liquidação do passivo financeiro decorrente da liquidação do MMB	BPP	618.596,20	618.596,20	2,417	2,073	4	1	153.062,80	8.929,54	315.760,32
			Total			14.541.884,93	14.184.854,76					1.028.759,10	122.559,38	4.262.661,36

(a) - Designação do Organismo ou Serviço

Valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2015.

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2015.

Anexos
Responsabilidades
contingentes do Município
de Bragança

PARTE	TRIBUNAL	N.º PROC.	PEDIDO	ESTADO DO PROCESSO	PREVISÃO DE RISCO E OUTRAS OBSERVAÇÕES
Dinis de Almeida Pinto e António Pimentão Veiga	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	143/12.8TBMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 1.309.220,00 € + juros de mora.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	415/11.9BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 88.448,67 € + juros de mora - Impugnação Judicial de Dívidas não reconhecidas à empresa ATMAD, SA.
Pedro Sérgio Pires Freitas Pereira	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	215/04.0BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 7.363,30 €+ juros de mora.
Henriqueta Carolina Rodrigues	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	1138/03 – Unidade Orgânica 2 – 3º Juízo	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 4.500,00 € por mês
Ricobra – Construções S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	610/12.3BEPRT	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 6.249,26 €
Ricobra – Construções S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	611/12.1BEPRT	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 7.922,65 €
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	438/11.8BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 53.534,54 € + juros de mora - Impugnação Judicial de Dívidas não reconhecidas à empresa ATMAD, SA.
João Horácio Correia e Maria Patrício Lourencinho	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	269/09.5BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 45.000,00 € - Declaração de nulidade de ato.
António Abílio Branco e Mercês da Conceição Fernandes	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	252/11.0BEMDL	Indemnização	Em curso	Condenação do Município a reconhecer os AA. como proprietários do prédio urbano identificado na P.I., e demolição da ETAR.
Isabel Maria Pires	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	244/08.7BEMDL	Indemnização	Em curso	Embora não exista pedido indemnizatório o Tribunal poderá determinar o ressarcimento das quantia não recebida.
Autoridade Nacional de Protecção Civil	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	4/10.5BEMDL	Indemnização solidária como a Companhia de Seguros Allianz, Portugal S.A	Em curso	Risco pecuniário: 22.665,30 €
Eliseu dos Anjos Morais	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	451/10.2BEMDL	Indemnização	Em curso	Condenação do Município a anular ato administrativo.
Hotel S. José do Nordeste	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	312/04.4BEMDL	Indemnização solidária	Em curso	Risco pecuniário: Condenação do Município (solidariamente) no pagamento da quantia de 750.000,00 € a título de ressarcimento dos danos causados, em consequência de explosão - passagem desnivelada - (Sá Carneiro).
Adozinda da Glória Baltazar Fossy e outros	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	183/08.1BEMDL	Indemnização	Em curso	Ação contra a Freguesia de Pinela e o Município foi chamado à demanda.
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	IMTT – CO 100041871070	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 288,00 €
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	IMTT – CO 100040061070	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 1.238,00 €

PORTE	TRIBUNAL	N.º PROC.	PEDIDO	ESTADO DO PROCESSO	PREVISÃO DE RISCO E OUTRAS OBSERVAÇÕES
Eusébio & Filhos, S.A. e FDP Construções, SA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	332/09.2BEMDL	Indemnização solidária com a AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A	Em curso	Condenação da Bragançopolis, SA (solidariamente com a AXA Portugal, Companhia de Seguros, SA) no pagamento da quantia de 558.994,26 € (correção e impermeabilização da cobertura do parque de estacionamento na Praça Camões, acrescida de juros vencidos.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	301/12.5BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 19.923,47 € - Impugnação Judicial de Dívidas não reconhecidas à empresa ATMAD, SA.
Ministério Público	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	140/10.8BEMDL	Indemnização	Em curso	Declaração de ilegalidade das normas constantes nos artigos 17º, nº 4, e 28º, nº 1, 3 e 4, do Regulamento das Publicidade e Propaganda e 24º do Regulamento de Taxas e Licenças.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	52/13.3BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 325.054,55 € - Impugnação Judicial de Dívidas não reconhecidas à empresa ATMAD, SA.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	102/13.3BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 1.332.195,06 € - Reconhecer facturação indevida, no período compreendido entre 28 de Fevereiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2012.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	278/13.0BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 662.354,42 € - Condenação do Município no pagamento de diversas facturas de fornecimentos de água, vencidas entre 30/05/2009 e 30/08/2012.
José Carlos Afonso Gomes	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	324/13.7BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 2.000,00€ - Falta de sinalização no entroncamento da Rua Sr. dos Afritos com a Rua Alexandre Herculano, que terá provocado acidente de viação.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	407/13.3BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 723.585,54 € - Acção intentada pelo Município - facturação de juros indevidos, referente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Julho de 2013.
Maxiflor – Produção e Comercialização de Plantas, Import e Exportação, Lda”	Tribunal Judicial de Bragança	1397/08.0TBGC-AQ	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 723.585,54 € - Condenação do Município no pagamento da quantia prevista na garantia bancária prestada ao consórcio Cisdouro/ETE (obra de remodelação da Avenida Cidade de Zamora e Avenida do Sabor), libertando as quantias retidas- Valor dos autos ou reclamado.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	44/14.5BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 169.019,99 € - Acção intentada pelo Município - facturação de juros indevidos, referente ao período de 1 de Agosto a 30 de Novembro de 2013.
Ministério Público (sendo contra interessada “ Construções Louçano, Lda”)	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	151/13.1BEMDL	Declaração de nulidade	Em curso	Declaração de nulidade da deliberação da Câmara Municipal de 24/08/2009 e do despacho de licenciamento de 19/05/2010, e reposição da situação pré-existente.
Humberto Jerónimo Sampaio	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	116/14.6BEMDL	Indemnização	Em curso	Embora não exista pedido indemnizatório o Tribunal poderá determinar o ressarcimento de quantia.
Ministério Público e Evangelista dos Anjos Bagueixe	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	56/05.0BEMDL-A	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 14.964,94 €

PARTE	TRIBUNAL	N.º PROC.	PEDIDO	ESTADO DO PROCESSO	PREVISÃO DE RISCO E OUTRAS OBSERVAÇÕES
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	167/14.0BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 241.540,58 € - Condenação do Município no pagamento de diversas facturas de fornecimentos de água, vencidas entre 31/07/2012 e 31/12/2012
Medida XXI – Sociedade de Construções Lda / Banco BPI, SA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Acção Ordinária nº 1199/09.6TBGGC – 2º Juízo	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 134.773,83 € - Reconhecer o crédito da Autora sobre a “Pavia – Pavimentos e Vias, SA”, pretendendo executar a garantia bancária sobre a obra “Beneficiação de Estradas do concelho de Bragança – Intervenção I”.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	259/14.6BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 650.604,10 € - Impugnação Judicial de Dívidas não reconhecidas à empresa ATMAD, SA.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	427/10.0BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 220.322,61 € - Impugnação Judicial de Dívidas não reconhecidas à empresa ATMAD, SA.
Eliseu dos Anjos Morais	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	340/14.1BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 2.000,00 € - Concessão de licença de construção de muro de vedação.
STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	25/14.9BEMDL	Indemnização	Em curso	Embora não exista pedido indemnizatório o Tribunal poderá determinar o ressarcimento de quantia.
Maria Luísa Dinis Macieira	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	449/14.1BEMDL	Nulidade	Em curso	Nulidade do despacho do Sr. Presidente que procedeu à declaração dominial decaminho público e determinou a desocupação do mesmo, e despachos subsequentes.
Alberto Couto Alves S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	10/10.0BEMDL	Indemnização	Em Curso	Risco pecuniário: 193.529,16 € + juros compensatórios
António David Pires Nogueiro, Maria Emília Pires Nogueiro, Maria Inês Nogueiro, Maria Vitória Pires Nogueiro e Maria Emília Afonso Nogueiro Campo	Tribunal Judicial de Bragança	972/11.0TBGGC	Fixação do valor da indemnização	Em Curso	Risco Pecuniário: 148,374,32 €, que corresponde ao valor peticionado no recurso que pede o maior valor de indemnização. Verdade seja dita que já foi depositado o montante fixado pelos Árbitros 96,206,07 €. Mas como há um recurso teremos de manter o risco em termos objectivos para o maior valor peticionado.
Manuel Amadeu Pires	-	-	Fixação do valor da indemnização	Em Curso	Risco pecuniário: 125.000,00 €
Otilia da Conceição Afonso Rodrigues e outros	Tribunal Judicial de Bragança	283/12.3TBGGC	Usucapião	Em Curso	Risco pecuniário: 33.000,00 €
PARQUE B	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	329/07.7BEMDL	Pagamento de indemnização	Em Curso	Risco pecuniário: 4.679.934,00 € + Juros de mora.
STAL	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	49/09.09BEMDL	Anulação de Despacho de não progressão na carreira	Em Curso	Embora não exista pedido indemnizatório o Tribunal poderá determinar o ressarcimento das quantias não recebidas, em virtude da não progressão na carreira, a apurar em execução de sentença.
SINTAP	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	2248/08BEMDL	Anulação de Despacho de não progressão na carreira	Em Curso	Embora não exista pedido indemnizatório o Tribunal poderá determinar o ressarcimento das quantias não recebidas, em virtude da não progressão na carreira, a apurar em execução de sentença.

PARTE	TRIBUNAL	N.º PROC.	PEDIDO	ESTADO DO PROCESSO	PREVISÃO DE RISCO E OUTRAS OBSERVAÇÕES
António Carlos Alves Gonçalves	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	441/10.5BEMDL	Anulação de Despacho de não progressão na carreira	Em Curso	Embora não exista pedido indemnizatório o Tribunal poderá determinar o ressarcimento das quantias não recebidas, em virtude da não progressão na carreira, a apurar em execução de sentença.
José Augusto Moreno	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	440/10.7BEMDL	Pagamento de indemnização.	Em Curso	Risco Pecuniário: 30.000,00 € + indemnização por diferença de salários + juros.
Aduino Leal R. Miranda	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	249/08.8BEMDL	Anulação de Despacho de Aposentação Compulsiva decorrente de Processo Disciplinar	Em Curso	Embora não exista pedido indemnizatório o Tribunal poderá determinar o ressarcimento das quantias não recebidas, em virtude da não progressão na carreira, a apurar em execução de sentença.
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	50/15.2 BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 240 037,97 € - Impugnação Judicial de Dívidas não reconhecidas à empresa ATMAD, SA.
Alexandre Alves (Trabalhador da Terra Fria Carnes, Unipessoal, LDA)	Emergente de Contrato	997/15.6TTBGC - J1	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário de 20 975,92€ acrescido de juros
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	282/15.3 BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 228 003,81€ - Impugnação judicial de dívida não reconhecida à empresa ATMAD, SA
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	528/15.8BEMDL	Indemnização	Em curso	Risco pecuniário: 149,834,08 € - Condenação do Município no pagamento de diversas facturas de fornecimentos de água, vencidas entre 01 de abril e 30 de junho de 2015

Autorização genérica – isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios (Artigo 16.º n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

Considerando que o articulado que contém as medidas para orientar a execução orçamental, conforme resulta do estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, pode ser incluído no orçamento municipal para o ano 2016;

Considerando que a autorização à concessão pelos municípios de isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios passou a ser da competência da assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do previsto no n.º 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

Considerando que anualmente existem vários pedidos de isenções do pagamento de taxas apresentados por entidades públicas e privadas, mormente no que respeita à cedência de instalações municipais, visita aos equipamentos culturais, realização de eventos públicos, execução de operações urbanísticas, de acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança;

Considerando que no articulado que contém as medidas para orientar a execução orçamental do orçamento municipal para o ano 2016, pode ser incluída uma norma de autorização genérica com limites à concessão de isenções totais ou parciais de taxas.

Nestes termos, propõe-se ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que a Assembleia Municipal de Bragança delibere aprovar no orçamento municipal para o ano 2016, uma norma com o seguinte teor:

Isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios

1 - No exercício económico de 2016, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 100.000,00 euros como limite à despesa fiscal (receita cessante).

2 - Até ao limite fixado no n.º anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções totais ou parciais dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

3 - Em todas as sessões da Assembleia Municipal, deverá ser presente informação, da qual conste os pedidos bem como o valor da respetiva isenção total ou parcial, ao abrigo da autorização genérica prevista na presente norma.

Anexos
Assunção de
Compromissos

Assunção de compromissos plurianuais 2016-2019

Designação	Unidade Orgânica	Encargo total previsto	Compromissos Plurianuais			
			Ano em curso	Anos seguintes		
				2016	2017	2018
Contratação de serviços de apoio técnico jurídico na modalidade de avença	DAGF	157.855,20	39.463,80	39.463,80	39.463,80	39.463,80
Contrato de manutenção e assistência de software para a aplicação de Eleições	DAGF/SI	4.206,44	1.051,61	1.051,61	1.051,61	1.051,61
Contrato de manutenção das aplicações SIGMA	DAGF/SI	98.833,28	24.708,32	24.708,32	24.708,32	24.708,32
Contrato de prestação de serviços de continuidade para o produto "MindPrisma" (Biblioteca Municipal)	DAGF/SI	4.298,60	1.074,65	1.074,65	1.074,65	1.074,65
Contrato de manutenção para o sistema de gestão de assiduidade	DAGF/SI	2.214,00	553,50	553,50	553,50	553,50
Contrato de assistência ao software de gestão de bilhética, instalado no Centro de Arte Contemporânea.	DAGF/SI	929,88	232,47	232,47	232,47	232,47
Contrato de assistência ao software de gestão de ginásios, instalado nas Piscinas Municipais.	DAGF/SI	1.623,60	405,90	405,90	405,90	405,90
Licenciamento Microsoft para as Escolas	DAGF/SI	8.316,00	2.079,00	2.079,00	2.079,00	2.079,00
Contrato de manutenção e suporte técnico para os sites.	DAGF/SI	7.370,16	1.842,54	1.842,54	1.842,54	1.842,54
Symantec (Licenciamento antivírus)	DAGF/SI	5.420,00	1.355,00	1.355,00	1.355,00	1.355,00
Manutenção Inline (Balcão Único)	DAGF/SI	10.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Manutenção e Suporte a tecnologias Datacenter	DAGF/SI	30.700,00	7.675,00	7.675,00	7.675,00	7.675,00
Fortigate	DAGF/SI	8.220,00	2.055,00	2.055,00	2.055,00	2.055,00
Assistência técnica a equipamentos de cópia e impressão	DAGF/SI	90.492,00	22.623,00	22.623,00	22.623,00	22.623,00
Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho	UAG	88.365,10	19.686,10	22.893,00	22.893,00	22.893,00
Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações Municipais	UAG	1.349.091,16	337.272,79	337.272,79	337.272,79	337.272,79
Serviços de Limpeza nas Instalações Municipais	UAG	470.827,20	117.706,80	117.706,80	117.706,80	117.706,80
Serviços para a Realização do Método de Seleção Obrigatório em Procedimentos Concurrais - Avaliação Psicológica	UAG	24.600,00	12.300,00	12.300,00	0,00	0,00
Serviços Postais a Crédito	UAG	576.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00
Encargos com empréstimos de Médio e Longo Prazos (serviço da dívida)	DAF	3.116.594,76	1.151.394,48	821.026,27	575.335,78	568.838,23
Aquisição de serviços para nomeação dos Revisores Oficiais de Contas	DAF	30.730,32	10.243,44	10.243,44	10.243,44	0,00
Aquisição de serviços por comissionamento de garantia bancária	DAF	896,00	224,00	224,00	224,00	224,00
Aquisição de serviços com encargos provenientes dos TPA'S	DAF	4.128,00	1.032,00	1.032,00	1.032,00	1.032,00
Aquisição de serviços com faturação (impressão, envelopagem e distribuição de avisos de dívida)	DAF/DECAS	10.080,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00	2.520,00
Quota do condomínio do edifício Forum Theatrum, sito na Av. Sá Carneiro n.º 2 da cidade de Bragança	DPIU	24.500,00	12.000,00	12.500,00	0,00	0,00

Designação	Unidade Orgânica	Encargo total previsto	Compromissos Plurianuais			
			Ano em curso	Anos seguintes		
				2016	2017	2018
Inspecções periódicas e reinspecções de elevadores do concelho de Bragança, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro	DPIU	29.000,00	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00
Prestação de serviços na área de seguros	DLM	404.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00
Manutenção e assistência técnica de parcometros e de equipamentos do parque do Mercado Municipal	DLM	135.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	0,00
Aquisição de serviços de transporte escolar no concelho de Bragança para o ano letivo 2016/2017	DLM	402.800,00	161.120,00	241.680,00	0,00	0,00
Passes escolares para o ano letivo 2016/2017	DLM	170.000,00	60.000,00	110.000,00	0,00	0,00
Acordo com Rodonorte e Instituto da Mobilidade e dos Transportes - 2016/2017	DLM	150.000,00	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00
Acordo de comparticipação financeira com a empresa Inter 2000 - 2016/2017	DLM	100.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Plano de Mobilidade	DLM	80.000,00	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Fornecimento de um sistema um sistema unificado de telecomunicações VOIP para o Município	DAAE	70.000,00	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
Manutenção preventiva e assistencia técnica aos equipamentos electrónicos do aeródromo municipal de Bragança	DAAE	24.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
Manutenção dos elevadores instalados em edificios municipais	DAAE	24.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços para tratamento de águas	DAAE	1.047.400,00	523.700,00	523.700,00	0,00	0,00
Acordo decorrente da concessão ATMAD (deduzidos os valores em créditos resultantes da correção de caudais e tarifas)	DAAE	3.749.200,00	937.300,00	937.300,00	937.300,00	937.300,00
Aquisição de serviços de recolha de residuos solidos e limpeza urbana	DAAE	7.280.000,00	1.820.000,00	1.820.000,00	1.820.000,00	1.820.000,00
Aquisição de serviços para a manutenção e tratamento de diversos espaços verdes	DAAE	400.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
Aquisição de energia - eletricidade	DAAE	7.200.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00
Aquisição de energia - gás	DAAE	1.900.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00
Serviço de impressão de faturas e envelopagem	DAAE	30.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
Aquisição de serviço de comissionamento de garantias de obras (Infraestruturas de Portugal, S. A.)	DAAE	4.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Aquisição de serviços e locação para Bragança: Terra Natal e de Sonhos	DPEDS	147.500,00	147.500,00	160.000,00	165.000,00	170.000,00
Aquisição de serviços para fornecimento de refeições às Escolas do Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo do Concelho de Bragança	DECAS	658.000,00	163.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00
Fornecimento de refeições escolares aos alunos das escolas EB1 Augusto Moreno, EB1 Toural, EB1 Mãe D'Água, EB1 de Izeda, Jardim de Infancia da Estação e Jardim de Infância de Izeda, do Concelho de Bragança.	DECAS	237.000,00	57.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00

Designação	Unidade Orgânica	Encargo total previsto	Compromissos Plurianuais			
			Ano em curso	Anos seguintes		
			2016	2017	2018	2019
Fornecimento de refeições escolares aos alunos das escolas EB1 das Beatas e do Campo Redondo, do Concelho de Bragança.	DECAS	144.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00
Fornecimento de refeições escolares aos alunos do Centro Escolar de Santa Maria, EB1 e Jardim de Infância, do Concelho de Bragança.	DECAS	300.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
Aquisição de serviços para fornecimento de suplementos alimentares aos alunos carenciados (1.º escalão) do 1.º Ciclo do Concelho de Bragança.	DECAS	184.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00
Pessoal auxiliar para a componente de apoio à família e prolongamento de horário nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1.º ciclo.	DECAS	477.000,00	120.000,00	119.000,00	119.000,00	119.000,00
Transferência de verbas para os Agrupamentos Escolares para assegurarem o fornecimento do material didático e fotocópias aos alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo para trabalho em sala de aula.	DECAS	160.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Cedência de utilização, manutenção e suporte técnico do software para utilização no sistema de bilhética do Teatro Municipal de Bragança e pagamento de comissão pelos bilhetes vendidos na rede Ticketline	DECAS	5.700,00	1.200,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Impressão da Agenda Cultural e Agenda de Programação do Teatro	DECAS	44.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00
Aquisição de serviços para a execução de material promocional -						
Mupis, Cartazes, Folhas de Sala, Flyers, Textos de Parede, Convites e Tarjas Exteriores (Teatro, CACGM, CFGD, Exposições e Eventos)	DECAS	100.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Contrato de assistência técnica e manutenção das multifunções instaladas nas escolas (i-colors)	DECAS	4.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Contrato de assistência técnica e manutenção da fotocopadora do Centro Escolar da Sé (Escritacor)	DECAS	8.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Contrato de assistência técnica e manutenção da fotocopadora Centro Escolar de Santa Maria (Konica Minolta)	DECAS	6.000,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Investigação: História de Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820	DECAS	100.000,00	60.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Volta a Portugal em Bicicleta 2015-2017 (uma partida e duas chegadas)	UDJ	110.700,00	61.500,00	49.200,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços para a realização de análises de controle da qualidade da água da Piscina Municipal	UDJ	26.583,74	6.645,94	6.645,94	6.645,94	6.645,94
Total		32.098.175,44	9.197.965,34	8.906.364,03	7.292.793,54	7.196.052,55

Valores em euros

Mapa de pessoal para o ano de 2016

GABINETE DE APOIO E RELAÇÕES EXTERNAS			
Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Técnico Superior área de Comunicação Social	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	1		
Assistente Operacional	1		
TOTAL	3		

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL - DECAS			
Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Chefe de Divisão	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior da área de Assessoria e Administração	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnica Superior área de Teatro	1		1 a exercer funções em regime de Requisição – Mapa de Pessoal do IPB - Instituto Politécnico de Bragança
Técnico Superior área de Sociologia	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior de Serviço Social	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Educação	2		1 Vínculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 a exercer funções em regime de requisição - Mapa de Pessoal da Escola EB1/PE do Foro – 1.º Ciclo do Ensino Básico de Câmara de Lobos – Madeira
Técnico Superior área de Biblioteca e Documentação	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado – Em período experimental
Técnico Superior da área Cultural	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior da área Animação e Produção Artística		1	1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior da área de Psicologia		1	1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior da área de Museologia		1	1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	17	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Operacional	23	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	49	5	

SERVIÇO LIDERADO PELO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Técnico Superior área de Medicina Veterinária	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	1		

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA - DAGF

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Diretora de Departamento	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Unidade	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Arquivo	1	1	1 Vínculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 a exercer funções de Chefe de Divisão no Museu Abade Baçal – em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Economia		1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado a exercer funções de Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira – em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Gestão		1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado a exercer funções de Chefe da Divisão de Administração Financeira – em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Gestão Autárquica		1	Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Recursos Humanos		1	Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior/área Jurídica	2		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Especialista de Informática	2	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Informática	2		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Contabilidade e Administração	2	1	2 Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 1 a exercer funções de Chefe de Unidade de Administração Geral – em Comissão de Serviço
Coordenador Técnico	7		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	25	2	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado. 2 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado – 1 concurso a decorrer
Assistente Operacional	12	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado e 1 posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	56	10	

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS - DSOM			
Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Diretora de Departamento	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	3		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Arquitetura	4		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Engenharia Civil	9	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Diretor do Departamento de Serviços e Obras Municipais – em Comissão de Serviço
Técnico Superior de Arqueologia	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Trânsito		1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo – em regime de substituição
Técnico Superior área de Economia		1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Logística e Mobilidade - em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Gestão	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Contabilidade e Administração	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Engenharia Mecânica	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Engenharia Eletrotécnica	1	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Ambiente, Águas e Energia – em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Geografia e Planeamento Regional	1	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado em período experimental, 1 a exercer funções de Chefe da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Engenharia Agrária	2		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Engenharia do Ambiente	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Coordenador Técnico	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	21	2	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 2 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado – 1 concurso a decorrer
Fiscal Municipal	3		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Fiscal de Obras	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Encarregado Geral Operacional	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Encarregado Operacional	7		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Operacional	129	5	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado, 2 postos de trabalho com vínculo de emprego público em mobilidade interna intercategorias e 3 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado – 2 concursos a decorrer
TOTAL	189	12	

DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – DPEDS			
Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Chefe de Divisão	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnica Superior área de Relações Públicas	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior área de Turismo	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Técnico Superior Área de Engenharia da Produção Animal	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Técnico	1	3	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 3 Posto de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado - 1 concurso a decorrer
Assistente Operacional	15	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 1 Posto de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	20	4	

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE – UDJ			
Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Chefe de Unidade	1		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior área de Desporto	2	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 1 a exercer funções de Chefe da Unidade de Desporto e Juventude – em Comissão de Serviço
Assistente Técnico	2		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Encarregado Operacional	1		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Operacional	11	1	Vínculo de emprego público por tempo indeterminado 1 Posto de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado – concurso a decorrer
TOTAL	17	2	

AERÓDROMO MUNICIPAL			
Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Assistente Técnico	2		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
Assistente Operacional	2		Vínculo de emprego público por tempo indeterminado
TOTAL	4	0	

MAPA RESUMO DOS POSTOS DE TRABALHO POR CARGO/CARREIRA/CATEGORIA

Cargo/carreira/categoria	N.º postos de trabalho previstos		Observações
	Ocupados	Não ocupados	
Diretor de Departamento	2		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	6		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Chefe de Unidade	2		Vínculo de emprego público em Comissão de Serviço
Técnico Superior	42	12	Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
			2 em regime de requisição no Município de Bragança
			9 a exercerem funções de Dirigente. 8 em Comissão de Serviço e 1 em regime de substituição;
			1 a exercer funções de Diretora do Museu Abade Baçal – em Comissão de Serviço;
			2 Postos de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado – aprovação de abertura de concurso
Coordenador Técnico	8		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Assistente Técnico	69	4	Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
			4 Postos de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado – 3 concursos a decorrer e 1 aprovado para abertura
Encarregado Geral Operacional	1		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Encarregado Operacional	8		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Assistente Operacional	193	7	192 Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado e 6 Postos de trabalho ocupados ao abrigo do acordo de cedência de interesse público
			7 Postos de trabalho a preencher com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado – 2 em mobilidade interna intercategorias (encarregado operacional), 1 concurso a decorrer e 4 concursos com aprovação para abertura
Especialista de Informática	2		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Técnico de Informática	2		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Fiscal Municipal	3		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Fiscal de Obras	1		Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado
Novos postos de trabalho em 2016 (vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado)		10	1 Especialista de Informática 1 Técnico Superior da área de Recursos Humanos 1 Técnico Superior da área de Animação e Produção artística 1 Técnico Superior da área de Museologia 4 Assistentes Técnicos 1 Assistente Operacional – área de Operador de Máquinas e Veículos Especiais 1 Assistente Operacional – área de Limpeza das instalações
TOTAL	339	33	

O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA elaborado no âmbito do artigo 29.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, prevê, para o ano de 2016:

- POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E OCUPADOS – 339 (327 com Vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado + 10 em funções dirigentes - em Comissão de Serviço + 2 em regime de Requisição).
- POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS – 33 (9 Técnicos Superiores que exercem funções de Dirigentes no Município de Bragança + 1 Técnica Superior que exerce funções de Dirigente noutra entidade + 2 Assistentes Operacionais em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional) + 10 pela criação de novos postos de trabalho (ano 2016) + 4 procedimentos concursais a decorrer (1 Assistente Técnico para a UAG; 1 Assistente Técnico para a DLM; 1 Assistente Técnico para a DPEDS e 1 Assistente Operacional – auxiliar dos serviços gerais para a UDJ) + 7 Postos de trabalho a ocupar com Vínculo de emprego público por tempo indeterminado (aprovada a abertura dos concursos).

MODALIDADES DA VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO:

- 327 Postos de trabalho previstos e ocupados com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;
- 10 Postos de trabalho previstos e ocupados em Comissão de Serviço;
- 9 Postos de trabalho previstos e não ocupados a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado, em Comissão de Serviço na entidade;
- 1 Posto de trabalho previsto e não ocupado em Comissão de Serviço noutra entidade;
- 2 Postos de trabalho em regime de Requisição;
- 2 Postos de trabalho em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional);
- 21 Postos de trabalho a preencher com vínculo de emprego público por Tempo Indeterminado;

TOTAL DE TRABALHADORES: 372 (POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E OCUPADOS E POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS).

Anexos
Participações Financeiras
e Entidades Participadas

Participações Financeiras e Entidades Participadas

Em estrito cumprimento do estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se seguidamente o mapa das participações financeiras do Município de Bragança.

Mapa de Participações financeiras

Município de Bragança

30/09/2015

Denominação	N.I.P.C.	Tipo de entidade	Participação detida	
			%	Valor
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	505.863.901	Participada	3,85	1.070.867
Laboratório Regional de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Lda.	503.271.985	Participada	4,55	3.741
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	504.475.606	Empresa Local	0,77	24.940
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	508.767.229	Associativa	73,34	1.400.000
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	510.957.544	Comunidade Intermunicipal	17,01	42.327
Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park)	502.772.271	Associativa	n.d.	10.000
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park	508.774.128	Associativa	4 UP	2.000

n.d. - não disponível

Valores em Euros

No cômputo geral das entidades identificadas e participadas pelo Município que constam do mapa apresentado anteriormente, à data da elaboração do orçamento, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark é a única entidade em que se verifica o controlo ou presunção do controlo pelo Município de acordo com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Nestes termos, e para cumprimento da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º do referido articulado legal, o orçamento desta entidade constam da ordem de trabalhos da reunião do Órgão Executivo.

O Município de Bragança é associado e/ou parceiro das entidades que a seguir se elencam.

Mapa das Entidades Associadas e/ou Parceiras

Município de Bragança

30/09/2015

Denominação	N.I.P.C.	Tipo de entidade	Observações
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	509 620 540	Associativa	
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	503 264 270	Associativa Municipal	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	Associativa Municipal	a)
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502 131 047	Associativa Municipal	a)
Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	504 941 569	Associativa Municipal	a)
AMTFNT - Associação Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	504 004 522	Associativa Municipal	a)
CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina	503 712 914	Associativa	b)
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503 990 698	Associativa Municipal	a)
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508 905 435	Associativa	a)
Associação Centro Ciência Viva de Bragança	507 010 035	Associativa	c)
Asociación Autovia León-Bragança	24 586 885	Associativa	a)
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET	509 245 846	Associativa	b)
FICAM - Asociación Foro Ibérico de Ciudades Amuralladas	G-10368116	Associativa	
Associação Amigos de Pedro e Inês	507 053 488	Associativa	
Associação Norte Cultural	502 885 955	Associativa	
Fundação "Os Nossos Livros"	501 823 603	Fundação	d)
Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	504 095 650	Fundação	e)

a) Quota anual, de acordo com os estatutos

b) Participação através da AMTFNT

c) Transferências para despesas de funcionamento

d) O MB integra a Direção, a qual preside

e) O MB integra a Comissão Executiva Delegada

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

CAPITULO I

Âmbito e Princípios Genéricos

Artigo 1.º - Definição e objeto

Atento à necessidade da sustentabilidade das finanças públicas, bem como aos princípios de rigor e contenção orçamental, o presente regulamento estabelece as regras e procedimentos para orientar a execução orçamental, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Foram ainda observadas as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as sucessivas alterações que lhes foram introduzidas, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município de Bragança para o ano de 2016. A aplicação do disposto anteriormente deve conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da Câmara Municipal.

Artigo 2.º - Registo contabilístico

- 1- Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e cobrar. São ainda responsáveis pela realização da despesa, bem como pela entrega atempada, junto da Divisão de Administração Financeira (DAF), dos correspondentes documentos justificativos.
- 2- Salvo disposição em contrário, as faturas ou documentos equivalentes devem ser remetidas pela Unidade de Administração Geral (UAG), depois de rececionadas e do respetivo tratamento informático, diretamente para a DAF.
- 3- Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isolada ou conjuntamente, não exceda o montante de 10.000,00€ por mês, devem ser enviados à DAF em 48 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 5 dias após a realização da despesa
- 4- Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana devem ser enviados à DAF em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

Artigo 3.º - Gestão de bens móveis e imóveis da Autarquia

- 1- A gestão dos bens móveis e imóveis será executada nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário do Património da Autarquia.
- 2- As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as Grandes Opções do Plano, nomeadamente o Plano Plurianual de Investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 4.º - Gestão de stocks

- 1- A Divisão de Logística e Mobilidade (DLM) através do Serviço de Compras e Armazém, na qualidade de responsável pelo armazenamento de bens, deve acautelar as quantidades mínimas necessárias.
- 2- O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das

atividades desenvolvidas pelos serviços, devendo os mesmos providenciar para a redução adequada dos valores existentes em excesso e uma correta análise dos stocks sem rotação.

3- A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo sem armazenagem ou com um período de armazenagem mínimo.

4- Todos os bens saídos de armazém afetos a obras por administração direta deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, associados aos respetivos centros de custo.

5- Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito de gestão de stocks, constam da Norma de Controlo Interno da Autarquia e do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais.

Artigo 5.º - Candidaturas a fundos comunitários e outras participações

1- Cada unidade orgânica é responsável, no âmbito das suas atribuições, pela apresentação de propostas de candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários e contratos-programa.

2- A preparação, apresentação e concretização de candidaturas são acompanhadas pelo Gabinete de Planeamento Estratégico e Auditoria Interna (GPEAI).

3- O GPEAI garante que envia à DAF, em tempo oportuno, informação relativa a qualquer candidatura a financiamento alheio, de forma a permitir o cabal acompanhamento.

CAPITULO II

Gestão de Dotações Orçamentais

Artigo 6.º - Execução orçamental

1- Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da Tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deverá ter subjacente a sua justificação quanto à necessidade, utilidade e oportunidade, atenta aos princípios da sua economia, eficiência e eficácia.

2- Os serviços municipais, na qualidade dos dirigentes e demais chefias (diretamente dependentes do Executivo), face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, são responsáveis pelo controlo dos recursos orçamentais disponíveis para as respetivas unidades orgânicas, promovendo as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, bem como diligenciar pelo cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

3- A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);

b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;

c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2016 e anos futuros.

4- Sempre que se verificarem na intenção da realização da despesa, situações de insuficiência (ou ausência) de dotação definida, deverão ser reportadas superiormente, com as respetivas propostas de correção através do mecanismo das modificações orçamentais.

Artigo 7.º - Modificações ao Orçamento e às GOP's

- 1- A Câmara Municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 do POCAL.
- 2- As dotações inscritas no orçamento, comparticipadas por Fundos Comunitários, ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida do próprio Município.

CAPITULO III

Receita Orçamental

Artigo 8.º - Princípios gerais para a arrecadação de receitas

- 1- Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
- 2- As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se venha a concretizar.
- 3- A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais e outros diplomas legais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos.

Artigo 9.º - Isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios

- 1- No exercício económico de 2016, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 100.000,00 euros como limite à despesa fiscal (receita cessante).
- 2- Até ao limite fixado no número anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- 3- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente relação, da qual constem os pedidos efetuados no período, bem como o valor da respetiva isenção ou redução no âmbito do preceituado nos dois números anteriores.

Artigo 10.º - Cobranças pelos Serviços Municipais

- 1- As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria no próprio dia, sempre que o horário de cobrança o permita, ou no dia útil seguinte.
- 2- A cobrança de receitas municipais por entidades diversas do tesoureiro é efetuada através da emissão de documentos de receita, acompanhadas dos comprovativos emitidos a partir da aplicação informática afeta a cada serviço, com indicação do serviço de cobrança.

Artigo 11.º - Valores recebidos pelo correio

- 1- Todos os cheques e vales de correio rececionados no Município são remetidos diretamente à Tesouraria

que solicitará, quando for o caso, da emissão pelo respetivo serviço emissor do correspondente documento de receita.

2- O tratamento dos documentos referidos anteriormente será efetuado pela Tesouraria quando o documento de receita já se encontrar previamente emitido.

Artigo 12.º - Valores recebidos através de terminais de pagamento automático

1- Os terminais de pagamento automático (TPA) existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta do Município.

2- A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários dos TPA, validando a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas.

Artigo 13.º - Restituição de importâncias recebidas

A restituição de importâncias recebidas é executada mediante proposta prévia dos serviços municipais que deverão, obrigatoriamente, fundamentar as razões que a justificam após autorização do membro do executivo municipal com competência para autorizar a restituição do valor em causa.

Artigo 14.º - Cauções

1- As importâncias a depositar no cofre municipal a título de caução darão entrada diariamente na Tesouraria, até à hora e pela forma estabelecida para as receitas do Município.

2- Os serviços que rececionem garantias ou outras responsabilidades sem expressão monetária ou orçamental, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal, entre outros, deverão remeter o original dos documentos, com a maior brevidade possível, à DAF.

3- Cabe à DAF registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções e encaminhar os respetivos originais à Tesouraria.

4- Para efeitos de libertação de caução os serviços responsáveis devem enviar à DAF informação devidamente autorizada, nos termos do contrato e legislação em vigor, onde constem as condições de libertação das cauções existentes e a identificação da referência de cada uma e dos processos que a originaram.

5- A comunicação às instituições financeiras de libertação das garantias deverá ser efetuada pelos serviços que as exigiram ao adjudicatário.

CAPITULO IV

Despesa Orçamental

Artigo 15.º - Princípios gerais para a realização da despesa

1- Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e ainda nas normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, que constam do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as sucessivas alterações que lhes foram introduzidas.

2- Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa nos termos da lei;
- b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
- c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda ou documento equivalente.
- d) Confirmada a existência de fundos disponíveis.

3- As obrigações de efetuar pagamentos a terceiros devem ser registadas, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de três meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.

4- As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos/atividades relevantes, se estiverem inscritas no Orçamento e/ou no PPI/PAM, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e, no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

5- As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data serem processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

6- Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras (empreitadas ou por administração direta) deverá ter uma conta corrente individualizada das mesmas para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo.

Artigo 16.º - Tramitação dos processos de despesa

1- Em 2016 os serviços municipais devem utilizar, sempre que possível e sempre que seja imposto legalmente, a plataforma eletrónica para as aquisições de bens e serviços, empreitadas ou concessões, enquadráveis no Código dos Contratos Públicos (CCP), quer deem origem a contrato de fornecimento contínuo ou não.

2- Nas aquisições ao abrigo do ajuste direto simplificado, de valor estimado entre 250,00€ e 5.000,00€ serão, obrigatoriamente, consultados, no mínimo, três fornecedores/empreiteiros.

3- Cumpre à DLM realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os serviços.

4- Para efeitos do número anterior, cada unidade orgânica ou serviço responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens e serviços ou empreitadas a adquirir as quais constarão do caderno de encargos a elaborar.

5- Para efeitos de aplicação do nº 5 do artigo 113º do CCP, todos os serviços municipais devem comunicar à DLM, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 17.º - Conferência de saldos de cabimentos e compromissos

1- Considerando a necessidade da contabilidade orçamental da despesa exprimir de forma verdadeira e apropriada o valor dos cabimentos e compromissos devem ser cumpridos os seguintes procedimentos:

- a) As propostas de realização de despesas que não venham a ser autorizadas ou o sejam parcialmente, após informação pelo serviço proponente, devem ser descabimentadas pela DAF, no prazo de cinco dias úteis após a decisão de não autorização ou autorização parcial da realização das mesmas;
- b) Os compromissos por faturar ou parcialmente faturados, após informação pelo serviço proponente, devem ser anulados pela DAF, no prazo de cinco dias úteis após a verificação da não realização da despesa;
- c) Compete à DLM, no âmbito do procedimento de compras e contratação pública, verificar as requisições externas não fornecidas até um prazo máximo de 90 dias, informando a DAF das eventuais anulações provenientes da não concretização do fornecimento ou prestação do serviço;
- d) Compete especificamente à DPIU, no âmbito da contratação pública, assegurar um controlo eficiente dos níveis de execução de cada empreitada ou obra por administração direta, bem como os seus custos finais, informando a DAF das alterações necessárias ao valor dos cabimentos e/ou compromissos inicialmente contratados.

Artigo 18.º - Conferência de faturas

2- As faturas que se encontrem em condições de serem visadas deverão sê-lo num prazo máximo de 5 dias úteis, após a sua receção. Passado esse prazo e para efeitos da aplicação da LCPA, passará a ser considerada “contas a pagar”. Pontualmente e em casos devidamente justificados, esse prazo poderá ser alargado até um máximo de 20 dias úteis.

3- Perante a evidência de não conformidades deverão ser as faturas devolvidas, em carta registada com aviso de receção e com a fundamentação da sua devolução.

Artigo 19.º - Processamento de remunerações

As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pelo Serviço de Recursos Humanos, seguindo o preceituado nas normas e instruções vigentes no Município.

Artigo 20.º - Fundos de maneo

1- Serão constituídos para o ano de 2016 os fundos de maneo julgados necessários e convenientes ao bom funcionamento do Município, mediante deliberação do Órgão Executivo.

2- Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, relativos aos fundos de maneo encontram-se definidos no Regulamento Interno de Fundos de Maneio do Município.

Artigo 20.º - Compromissos plurianuais

1- Para efeitos do previsto na alínea c), do nº 1, do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.

2- Ficam ainda autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que integram o mapa Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização prévia pela Assembleia Municipal constante em anexo às Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal.

Artigo 21.º - Autorizações assumidas

1- Consideram-se automaticamente autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, tendo em conta as suas alterações legislativas, as seguintes despesas:

- a) Remunerações;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões transitórias de aposentações e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica e gás;
- h) Internet, comunicações telefónicas e postais;
- i) Prémios de seguros;
- j) Quaisquer outros encargos que resultem de encargos de contratos legalmente celebrados.

2- Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por operações de tesouraria.

CAPITULO V

Disposições Finais

Artigo 22.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

1- As dúvidas que se suscitarem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente.

2- Sem prejuízo do presente normativo, a execução e controlo orçamental encontra-se sujeito ao disposto nos diversos regulamentos vigentes na Autarquia.

Artigo 24.º - Validade

A validade da presente regulamento é coincidente com o período de vigência do Orçamento para o ano económico de 2016.

Artigo 25.º - Entrada em vigor

O Orçamento, as Grandes Opções do Plano e as Normas de Execução Orçamental vigorarão, após aprovação em Assembleia Municipal, a partir do dia 1 de janeiro de 2016.



GRANDES OPÇÕES DO PLANO,
ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL
2016